

PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA DA FAZENDA  
ALAGOAS ATIVOS

RELATÓRIO DE GESTÃO  
EXERCÍCIO DE 2019



**AlagoasAtivos**

PODER EXECUTIVO  
SECRETARIA DA FAZENDA  
ALAGOAS ATIVOS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

Relatório de Gestão do exercício de 2019, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta empresa pública está obrigada nos termos do art. 8º, inciso IX da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Maceió, 22 de abril de 2020  
Alagoas Ativos S.A.  
CNPJ nº 29.218.037/0001-72  
Assessoria de Compliance e Auditoria Interna

## Lista de Siglas e Abreviações

ABDE – Associação Brasileira de Desenvolvimento  
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade  
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CCERC – Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso  
CEASA – Central de Abastecimento  
CGE – Controladoria Geral do Estado  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas  
CPP – Companhia Paulista de Parcerias  
CP<sup>3</sup>P – Certified PPP Professional  
CPPP – Complexo Prisional Público Privado  
CVM – Comissão de Valores Mobiliários  
DFC - Demonstrativo de Fluxo de Caixa  
DLPA - Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados  
DVA - Demonstração do Valor Adicionado  
e-OUV – Portal de Ouvidoria do Estado de Alagoas  
e-SIC – Portal de Serviço de Informação ao Cidadão  
FAP – Fundo Alagoano de Parcerias  
FGBP – Fundo Garantidor Baiano de Parcerias  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FISCO – Autoridade Fazendária  
FPE – Fundo de Participação dos Estados  
FPM – Fundo de Participação dos Municípios  
GP – Goiás Parcerias  
GPA – Gestores Prisionais Associados  
IN – Instrução Normativa  
IP – Iluminação Pública  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
ISO - International Organization for Standardization  
MGI – Minas Gerais Participações S.A.  
NBR ISO – Norma Brasileira da Organização Internacional de Normatização  
PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional  
PDEG - Programa de Desmobilização de Ativos do Estado de Goiás

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PPP – Parceria Público Privada

PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

RJ – Rio de Janeiro

SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda

S.A. – Sociedade Anônima

SPE – Sociedade de Propósito Específico

STF – Supremo Tribunal Federal

SEI - Sistema Eletrônico de Informações

SUPARC - Superintendência de Parcerias e Concessões Piauí

SEGES/MP - Secretaria de Gestão - Ministério do Planejamento

SEPLAG - Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão

SEF - Secretaria de Estado da Fazenda

SP – São Paulo

SPDA - Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos

SEDETUR - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo

UAI – Unidade de Atendimento Integrado

UNOPS - Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos

## Lista de Figuras

Figura 1 – Organograma .....	14
Figura 2 - Modelo de Governança.....	19
Figura 3 - Fluxo de PPPs.....	41

## Lista de Quadros

Quadro 1 - Mapa estratégico .....	18
Quadro 2 – Carta de Serviços.....	28
Quadro 3 - Mapa de Riscos .....	30
Quadro 4 - Gerenciamento de Riscos.....	34
Quadro 5 - Monitoramento de Metas .....	46
Quadro 6 - Quadro geral de lotação de vagas .....	52

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Orçamento por categoria.....	48
Gráfico 2 - Pessoal .....	49
Gráfico 3 - Custeio .....	50
Gráfico 4 - Capital.....	51
Gráfico 5 - Rendimentos Mensais .....	51
Gráfico 6 - Disponibilidade Financeira.....	52
Gráfico 7 – Contratos de 2020 .....	53
Gráfico 8 – Novas Contratações.....	54

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Pessoal.....	49
Tabela 2 - Custeio .....	49
Tabela 3 - Capital .....	50



## Sumário

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE.....	12
1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	13
1.1 IDENTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE MISSÃO E VISÃO DA UNIDADE .....	13
1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	14
1.3. MISSÃO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS DA EMPRESA.....	14
1.3.1. A ASSEMBLEIA GERAL.....	14
1.3.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	15
1.3.3. CONSELHO FISCAL.....	15
1.3.4. DIRETORIA .....	15
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.....	17
2.1 PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA UNIDADE E PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DA GESTÃO.....	17
2.2 MODELO E ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	19
2.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS .....	20
2.2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA .....	22
2.2.3 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA .....	23
2.2.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS .....	23
2.2.5 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO .....	24
2.2.6 POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO .....	24
2.2.7 MODELO DE GOVERNANÇA DA ENTIDADE EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS DO CONGLOMERADO.....	24
2.2.8 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE.....	24
2.3 CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	24
2.4 CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	25
2.5 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS .....	26
3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS .....	29
3.1 PRINCIPAIS RISCOS .....	29
3.1.1 PERSPECTIVA CLIENTES.....	30
3.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS .....	31
3.1.3 APRENDIZADO E CONHECIMENTO .....	31

3.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA .....	32
3.2 MODELO DE GESTÃO DOS RISCOS .....	32
4. RESULTADO DA GESTÃO.....	35
4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DE GESTÃO .....	35
4.1.1 PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO .....	35
4.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS .....	39
4.1.3 PERSPECTIVA CLIENTES.....	39
4.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA .....	42
4.2 PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS OU INICIATIVAS.....	42
4.2.1 AVALIAÇÃO DO CENTRO CULTURAL E DE EXPOSIÇÕES RUTH CARDOSO – CCERC.....	42
4.2.2 AVALIAÇÃO DO ABATEDOURO DE VIÇOSA.....	43
4.2.3 AVALIAÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE ALAGOAS - CEASA .....	44
4.2.4 FORMATAÇÃO DO FUNDO IMOBILIÁRIO DE ALAGOAS.....	44
4.3 MONITORAMENTO DE METAS E JUSTIFICATIVAS PARA O RESULTADO .....	45
5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO .....	47
5.1 ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA UNIDADE ....	47
5.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	47
5.2.1. ORÇAMENTO 2019.....	48
5.2.2. ORÇAMENTÁRIO POR CATEGORIA DE DESPESA .....	48
5.2.3. PESSOAL .....	48
5.2.4. CUSTEIO.....	49
5.2.5. CAPITAL.....	50
5.2.6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	51
5.3 GESTÃO DE PESSOAS.....	52
5.4 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS.....	53
5.4.1. DETALHAMENTO DOS CONTRATOS.....	54
5.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA.....	65
5.6 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	65
5.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	66
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	67
6.1 OPINIÃO DOS AUDITORES EXTERNOS.....	67
6.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	67
6.3 NOTAS EXPLICATIVAS.....	67
7. CONCLUSÃO E APROVAÇÃO .....	68
8. ANEXOS E APÊNDICES .....	69

ANEXO I - CARTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	69
ANEXO II - RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE.....	85
ANEXO III – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	115
ANEXO IV – NOTAS EXPLICATIVAS.....	124

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A Alagoas Ativos S.A., empresa pública vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, apresenta o Relatório de Gestão que versa sobre os atos de gestão praticados no exercício de 2019, de forma a atender às determinações do art. 8º, IX da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que determina que as empresas públicas e sociedades de economia mista deverão divulgar relatório integrado ou de sustentabilidade, de forma a obedecer ao postulado da transparência e da Resolução Normativa nº 001/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - TCE/AL.

O presente relatório está contêm a apresentação da empresa, a visão geral organizacional e ambiente externo, planejamento estratégico e governança, gestão de riscos e controles internos, resultados da gestão, alocação de recursos e áreas especiais de gestão e outras informações relevantes.

A Alagoas Ativos, em 2019, apesar de ainda se encontrar em estágio pré-operacional, organizando sua estrutura interna para melhor adaptá-la à persecução de seus objetivos institucionais, atingiu algumas metas importantes relacionadas a sua atividade fim, como a entrega de seu primeiro projeto e a criação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

Internamente, a empresa implantou a área de compliance e auditoria interna, que desenvolveu diversas políticas internas exigidas pelas normas aplicáveis à empresa, além de ter desenvolvido e aprovado seu novo Código de Conduta Ética, com os padrões de comportamento exigidos para todos aqueles envolvidos com a empresa.

Ainda, para a maior eficiência de sua estrutura, a empresa criou o cargo de Gerência Financeira e de Assessoria de Comunicação e trouxe para sua estrutura o cargo de Secretária Executiva, antes terceirizado, além de modificar e redistribuir atribuições de seus cargos.

Por fim, no que se refere às suas finalidades institucionais, em 2019 a empresa voltou seus esforços ao atingimento das metas em aberto de 2018, focando, principalmente, em três aspectos principais:

- I - Constituição do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, que viabilizará a realização de um maior número de concessões e Parcerias Públicos Privados no Estado de Alagoas;
- II – Desenvolver a modelagem de concessões e Parcerias Público Privadas no Estado de Alagoas, em conjunto com outros órgãos estaduais interessados; e
- III – Definir os ativos patrimoniais imobiliários do Estado de Alagoas que ficarão sob sua responsabilidade.

O Relatório de Gestão 2019 da Alagoas Ativos apresenta as ações executadas em suas principais áreas de atuação e seus resultados, mostrando como a empresa desenvolveu as ações de seu planejamento e enfrentou os desafios de consolidar-se como a empresa alagoana de gestão dos ativos patrimoniais e responsável pelas Parcerias Público Privadas do Estado de Alagoas.

## 1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

### 1.1 IDENTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE MISSÃO E VISÃO DA UNIDADE

A Alagoas Ativos é uma empresa pública do Estado de Alagoas, constituída sob a forma de Sociedade por Ações de capital fechado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), com sede e foro em Maceió, e tem como missão “Viabilizar investimentos para o Estado de Alagoas, através de serviços técnicos diversificados e de excelência e diálogo aberto entre os setores público e privado”.

A visão da empresa é “Ser reconhecida como um importante elo do processo de fomento e viabilização de investimentos para o Estado de Alagoas”.

Sua criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 7.893, de 23 de junho de 2017, que, juntamente com seu Estatuto Social, instrumentalizado pelo Decreto Estadual nº 58.861, de 03 de maio de 2018, define seu fim específico, quais sejam:

I – colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado de Alagoas;

II – gerir os ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título;

III – gerir os ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP; e

IV – estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Ainda, ambas as normas identificam os objetivos sociais da empresa, cujas atividades serão realizadas em nome próprio e por sua responsabilidade:

I – administrar e explorar economicamente ativos estaduais;

II – auxiliar o Tesouro Estadual na captação de recursos financeiros;

III – estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;

IV – auxiliar o Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral;

V – auxiliar o Estado na atividade de conservação e manutenção de seus bens;

VI – colaborar, apoiar e viabilizar os projetos de concessão, de parcerias público-privadas, de locação de ativos e de outros instrumentos similares podendo, para tanto, assumir obrigações ou prestar garantias;

VII – participar de outras sociedades cujo objeto social seja compatível com suas finalidades; e

VIII – realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.

Além das referidas normas, a empresa também é regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017, pela Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976 e demais legislações aplicáveis.

A composição acionária da Alagoas Ativos é formada essencialmente pelo Estado de Alagoas, que integralizou seu capital social subscrito de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), divididos em 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, cabendo a cada uma o direito a um voto nas deliberações da assembleia. Não houve mudanças na composição acionária da Alagoas Ativos em 2019 e a empresa não possui participação em outras sociedades.

## 1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Alagoas Ativos finalizou o ano de 2019 com a seguinte estrutura organizacional:

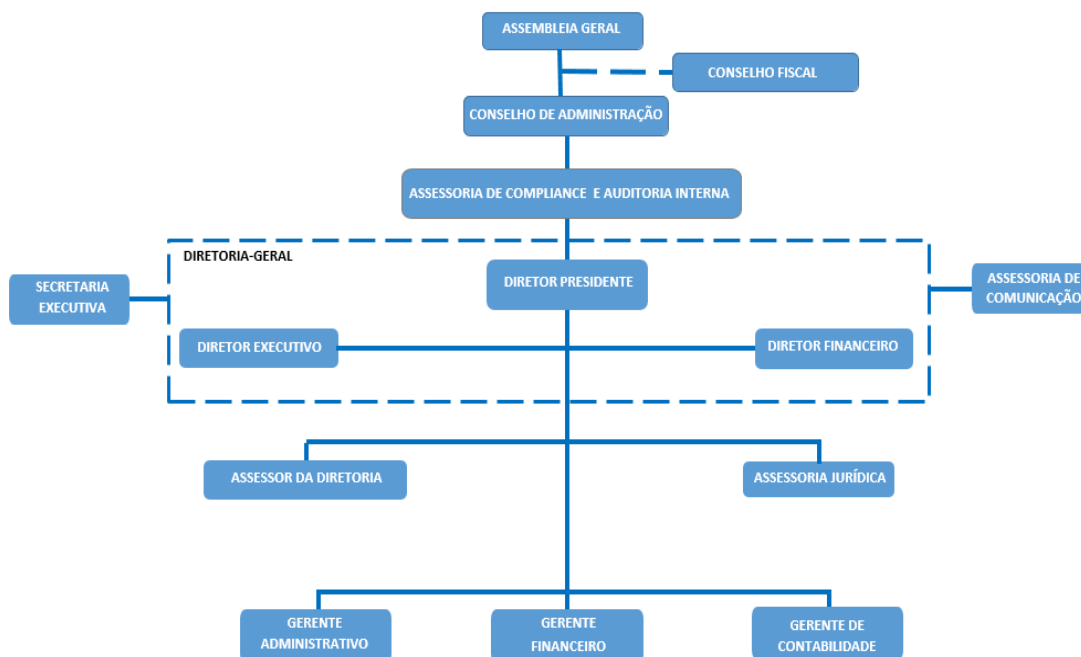


Figura 1 – Organograma

## 1.3. MISSÃO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS DA EMPRESA

### 1.3.1. A ASSEMBLEIA GERAL

É o órgão composto pelos acionistas da Alagoas Ativos, que em 2019 foi somente o Estado de Alagoas, que tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as decisões necessárias para a sua defesa e desenvolvimento.

De acordo com Estatuto da empresa, a Assembleia Geral tem poderes para tomar as contas anuais dos seus administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas, deliberar sobre a destinação do lucro líquido de exercício e a distribuição dos dividendos, eleger os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, estabelecer e supervisionar a política de remuneração da diretoria, incluindo verbas salariais, remuneração variável, benefícios

de qualquer natureza e verbas de representação e aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

### 1.3.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

É o órgão de deliberação colegiada responsável, juntamente com a Diretoria, pela administração da empresa, sob a fiscalização do Conselho Fiscal, composta por quatro membros escolhidos pela Assembleia Geral, observados os requisitos constantes no art. 5º, do Decreto Estadual nº. 52.555/2017, que regulamenta a Lei nº. 13.303/2016.

O Conselho de Administração tem por missão institucional principal cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral, além de competências gerenciais da empresa, como eleger e destituir os Diretores da Companhia, escolher e destituir Auditores independentes, aprovar regimentos, políticas e códigos internos da empresa e práticas de governança corporativa e de controle de orçamento, informações contábeis e financeiras da empresa.

Quanto à missão estratégica da companhia, o Conselho de Administração tem a atribuição de fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e deliberar sobre as modelagens técnicas, econômico-financeiras e jurídicas dos projetos de Concessões e Parceria Público-Privadas, para posterior encaminhamento ao Conselho Gestor de Parceria Público-Privada, que se manifestará nos termos da legislação vigente.

### 1.3.3. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão competente para controlar e fiscalizar os atos da empresa, dos seus administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opiando sobre o relatório anual da administração e sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, denunciar os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a companhia e analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia.

É órgão de funcionamento permanente, composto, em 2019, por quatro membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, e eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

### 1.3.4. DIRETORIA

Conforme seu Estatuto Social, a Diretoria da Alagoas Ativos é composta por um Diretor-Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, a quem cumpre a missão institucional de cumprir as metas e resultados estabelecidos pelo Conselho de Administração, observados os fins específicos da companhia, além de ser o órgão competente para elaborar, realizar e cumprir as políticas, códigos, regimentos e relatórios internos da empresa, realizar aquisições, representar

a companhia ativa e passivamente e deliberar sobre as modelagens técnicas, econômico-financeiras e jurídicas dos projetos de Concessões e Parceria Público-Privadas, e submetê-las à deliberação do Conselho de Administração.

Em 2019, a Diretoria foi formada pelo Diretor Presidente e Pelo Diretor Executivo, que, por deliberação do Conselho de Administração, for autorizado a acumular as funções da Diretoria Financeira, previstas no art. 27 do Estatuto Social da companhia.



## 2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

### 2.1 PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA UNIDADE E PLANOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DA GESTÃO

Em 2019, a Alagoas Ativos continuou a perseguir os objetivos previstos no planejamento estratégico formulado para o ano de 2018, tendo em vista não ter conseguido alcançar todas as metas estabelecidas. Dessa forma, sua atenção continuou voltada para a estruturação da empresa, principalmente no que se refere à organização interna, sem deixar de lado os objetivos relacionados diretamente com sua missão institucional, de acordo com os seguinte Mapa Estratégico:

MAPA ESTRATÉGICO

Perspectiva	Objetivos Estratégicos	Indicadores Estratégicos	Meta Estratégica	Ações Estratégicas da Unidade
Clientes	Realizar a modelagem de concessões e PPPs	100% da modelagem da concessão pronta e entregue	Realizar a modelagem dos projetos do Centro de Convenções, Matadouro de Viçosa, Aeroporto de Maragogi e CEASA Maceió.	Entregar modelagens dos projetos para a Secretaria Responsável até dez/2019
	Viabilizar garantias para as PPPs em curso no Estado	100% dos valores de garantia aceitos pela instituição que financia o consórcio	Viabilizar garantia hábil para a PPP de saneamento do consórcio SANAMA até set/2018	Criação do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP
Processos Internos	Mapear os processos principais e operacionais da Alagoas Ativos adequando a ISO 9001:2015	100% dos processos mapeados e descritos	Mapear todos os processos principais e operacionais até agosto/2018	Elaborar mapa de perfil da empresa
				Elaborar mapa dos processos
				Descrever os processos principais e de apoio

Aprendizado e Crescimento	Capacitar tecnicamente a equipe	100% dos colaboradores capacitados	Viabilizar 2 cursos técnicos anuais para cada colaborador até dezembro de 2019.	Elaborar plano de treinamento individual e por equipe para todos os colaboradores.
Financeira	Repor o capital social	100% do previsto em relação ao realizado	Reduzir 10% do gasto do orçamento até dezembro de 2019	Elaborar planilha de planejamento financeiro
		100% do orçamento reestruturado de 2019, com base no orçamento de 2018.	Reestruturar 80% das contas orçamentárias para 2019	Elaborar a planilha orçamentária de 2019.

Quadro 1 - Mapa estratégico

Na perspectiva Aprendizado e Crescimento foi definido o objetivo estratégico de “Capacitar Tecnicamente a Equipe”, cuja estratégia foi elaborar um plano de treinamento, tanto em relação às necessidades individuais de cada colaborador, como em relação à missão institucional da empresa.

Já na perspectiva Processos Internos estabeleceu o objetivo estratégicos de “Mapear os Processos Principais e Operacionais adequando a ISO 9001:2015”, cujas estratégias definidas foram elaborar mapa de perfil e de processo da empresa e descrever os processos principais e de apoio.

Na perspectiva Clientes, a empresa definiu dois objetivos estratégicos principais: “Realizar a Modelagem de Concessões e PPPs” e “Viabilizar Garantias para as PPPs em Curso no Estado”, que tiveram como ações estratégicas a entrega das modelagens dos projetos do Centro de Convenções, Matadouro de Viçosa, Aeroporto de Maragogi e CEASA Maceió e a criação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

Por fim, na Perspectiva Financeira, foi identificado como o principal objetivo estratégico a “Reposição do Capital Social da Empresa”, cujas ações estratégicas são a Elaboração de Planilha de Planejamento Financeiro e Planilha Orçamentária de 2019.

Os objetivos traçados para 2018 na Perspectiva Clientes, e mantidos em 2019, se alinham diretamente com a missão da Alagoas Ativos, uma vez que se voltaram prioritariamente para a realização dos estudos necessários para a entrega de modelagens de projetos de concessões e PPPs às Secretarias responsáveis e também para a criação de um mecanismo garantidor que reduza os riscos para o investidor privado.

Nesse mesmo sentido, os objetivos estratégicos traçados nas Perspectivas Aprendizado e Crescimento, Processos Internos e Financeiro se voltaram a apoiar a empresa, capacitando seus colaboradores em sua atividade-fim, criando processos ágeis e em conformidade com o ordenamento jurídico aplicável e definindo metas financeiras que motivem a empresa a alcançar sua missão institucional.

## 2.2 MODELO E ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Alagoas Ativos S.A. foi criada através da Lei 7.893, de 23 de junho de 2017, com a finalidade de dotar o Estado de mecanismos modernos de gestão e adequados à estrutura normativa vigente, otimizando desta forma a eficiência na gestão de ativos, visando o melhor atendimento ao interesse público.

Por ser uma empresa pública, a Alagoas Ativos S.A deve operar nos moldes da Lei Federal 13.303/2016, em conjunto com a Lei nº 6.404/76 e com o Decreto Estadual nº 52.555/2017, no tocante às exigências estatutárias, governança corporativa, treinamento de pessoal, compliance, controle interno e demais providências legais.

Dessa forma, a Alagoas Ativos apresenta, em 2019, a seguinte estrutura de Governança:

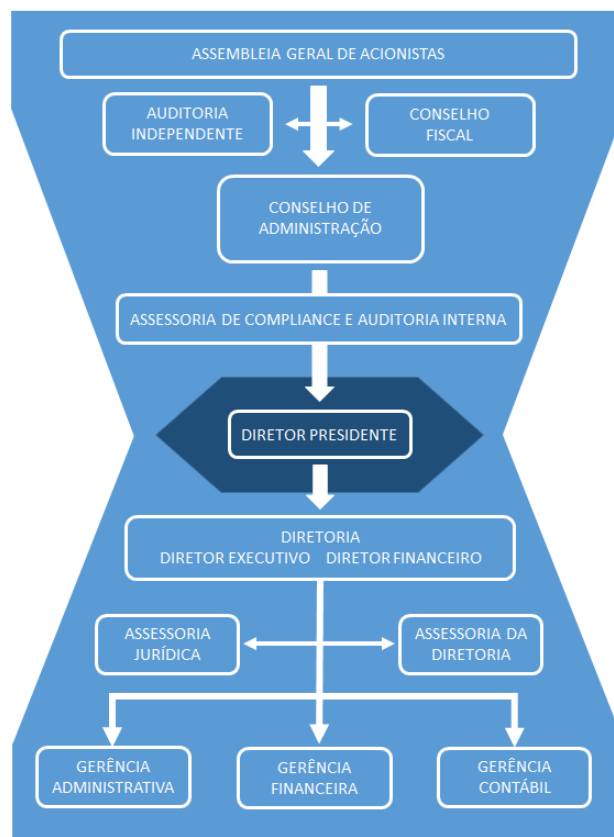


Figura 2 - Modelo de Governança

Em sua estrutura de Governança, hoje, a Alagoas Ativos mantém a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, além da Diretoria Geral, formada pela Presidência, Diretoria Executiva e Diretoria Financeira. Como órgãos internos de apoio à Governança existem a Assessoria de Compliance e Auditoria Interna, a Assessoria da Presidência, a Assessoria Jurídica e as Gerências Administrativa, Contábil e Financeira, que também funcionam como órgãos de apoio à Gestão.

## 2.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

De acordo com seu Estatuto, a Alagoas Ativos, além da Assembleia Geral, dispõe de Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Geral como órgãos colegiados estatutários.

### A. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão deliberativo da Companhia e é constituído por quatro membros escolhidos pela Assembleia Geral entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos os requisitos constantes no art. 5º do Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017.

Ao longo do ano de 2019 foram realizadas doze Reuniões Ordinárias e uma Reunião Extraordinárias. As Reuniões Ordinárias aconteceram mensalmente conforme previsão do Estatuto Social da empresa, com a presença dos Conselheiros eleitos.

De janeiro a agosto de 2019 as Reuniões do Conselho contaram com três membros, conforme vinha acontecendo em 2018, tendo em vista a renúncia de um dos Conselheiros em abril de 2018. Em 14 de agosto de 2019, ocorreu a 1ª Assembleia Geral Ordinária, em que foi eleita e empossada a Sra. Gabriela Magalhães, como novo membro do referido Conselho.

Já em 21 de novembro de 2019, ocorreu a 1ª Reunião Geral Extraordinária, em que o então Conselheiro Helder Gonçalves Lima foi substituído pelo atual Diretor Presidente da empresa como membro do Conselho, tendo em vista o fim de seu mandato, voltando o órgão colegiado a manter quatro membros.

O Conselho prestou um papel essencial nas decisões estratégicas da empresa, sempre alinhadas com as diretrizes do Governo do Estado, proporcionando suporte à Diretoria e direcionando a empresa a trabalhar com segurança e com as melhores práticas.

Importa evidenciar, também, que o Conselheiro José Ernesto de Sousa foi reconduzido ao seu cargo no Conselho de Administração na 1ª Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 21 de novembro de 2019, tendo em vista o fim de seu primeiro mandato enquanto Conselheiro. O Conselheiro George André Palermo Santoro, Presidente do Conselho, não precisou ser reconduzido, em face da regra contida no art. 5º, parágrafo único, do Decreto nº 52.555/17, que determina que membros de Conselhos que ocupem cargo de Secretário de Estado participam do órgão colegiado enquanto ocuparem o referido cargo.

Adicionalmente, segue a composição do Conselho de Administração em 2019:

**George André Palermo Santoro**, Presidente do Conselho de 01/01/2019 a 31/12/2019.

**José Ernesto de Sousa Filho**, Conselheiro de 01/01/2019 a 31/12/2019.

**Helder Gonçalves Lima**, Conselheiro de 01/01/2019 a 21/11/2019.

**Gabriela Magalhães** Conselheira de 14/08/2019 a 31/12/2019.

**Antônio Tenório Cavalcante Neto**, Conselheiro de 21/11/2019 a 31/12/2019.

## B. DIRETORIA GERAL

A Diretoria Geral é composta pelo Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, escolhidos entre cidadãos de reputação ilibada e de notório conhecimento, devendo ser atendidos os requisitos constantes no art. 5º do Decreto Estadual nº 52.555, de 2017.

Os critérios de elegibilidade de administradores, prazos de gestão e atribuições são fixados pelo Estatuto Social da Alagoas Ativos e segue os requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/16 e pelo Decreto Estadual nº 52.555/17.

Em 2019, houve a substituição da Diretoria da empresa, tendo a então Diretora Executiva saído em maio e então Diretor Presidente em junho, sendo substituídos pela nova Diretoria. Em 2019, a empresa ainda não contou com Diretor Financeiro, ficando a Diretoria Executiva responsável pelas suas atribuições.

Adicionalmente, seguem as informações individuais dos dirigentes, retratando a composição da Diretoria da Alagoas Ativos em 2019:

**Helder Gonçalves Lima**, Presidente de 01/01/2019 a 30/06/2019.

**Antônio Tenório Cavalcante Neto**, Presidente de 17/07/2019 a 31/12/2019.

**Emilly Leite Pacheco**, Diretora Executiva de 01/01/2019 a 24/05/2019.

**Andrey Mello Cavalcante Gameleira**, Diretor Executivo de 24/05/2019 a 31/12/2019.

## B. CONSELHO FISCAL

No ano de 2019 foram realizadas seis Reuniões Ordinárias do Conselho Fiscal da Alagoas Ativos, realizadas bimestralmente conforme preceitua o Estatuto Social da empresa. Na ocasião das reuniões foram aprovados os balancetes relativos ao bimestre anterior à reunião, que apresentavam as movimentações relativas aos gastos com pessoal, custeio e capital da empresa, os quais foram todos aprovados pelos Conselho.

Ocorreu, ainda, uma Reunião Extraordinária em abril, tendo em vista a iminente prestação de contas da empresa ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e a necessidade de aprovação de documentos financeiros e contábeis da empresa.

Importa evidenciar, também, que os Conselheiros José Ediberto de Omena e Adrualdo de Lima Catão foram reconduzidos aos seus cargos no Conselho Fiscal na 1ª Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 21 de novembro de 2019, tendo em vista o fim do primeiro mandato enquanto Conselheiros. Na mesma reunião foi eleita a Sra. Isabella Laíse Menezes Vasconcelos Vieira, como novo membro do referido Conselho. A Conselheira Renata dos Santos não precisou ser reconduzida, em face da regra contida no art. 5º, parágrafo único, do Decreto nº 52.555/17, que determina que membros de Conselhos que ocupem cargo de Secretário de Estado participam do órgão colegiado enquanto ocuparem o referido cargo.

Adicionalmente, segue a composição do Conselho Fiscal em 2019:

**Adrualdo de Lima Catão**, Presidente do Conselho de 01/01/2019 a 31/12/2019.

**Renata dos Santos**, Conselheira de 01/01/2019 a 31/12/2019.

**José Ediberto de Omena**, Conselheiro de 01/01/2019 a 31/12/2019.

**Isabella Laíse Menezes Vasconcelos Vieira**, Conselheira de 21/11/2019 a 31/12/2019.

## 2.2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A atuação da auditoria interna é regulada pelo Estatuto Social do Alagoas Ativos, que prevê que a empresa deve ter uma estrutura administrativa que contenha área de compliance e área de auditoria interna, conforme determina a Lei nº 13.303/16 e o Decreto Estadual nº 52.555/17.

O Estatuto da empresa prevê que a área deverá ser vinculada diretamente ao Conselho de Administração e é responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras e pela elaboração de relatórios sobre as conclusões de todas as suas atividades, sempre visando a transparência e ao interesse público, assegurado o necessário sigilo durante a coleta e análise de dados e informações.

A área somente foi criada em abril de 2019, juntamente com a Assessoria de Compliance, e ficou vaga até agosto de 2019, quando ambas as áreas foram conjugadas em um único cargo, após deliberação em reunião do Conselho de Administração, denominada Assessoria de Compliance e Auditoria Interna.

Em 2019, a área focou principalmente na implantação do Programa de Compliance da empresa, que teve, como primeira medida, o desenvolvimento do Código de Conduta e das políticas internas, especificamente exigidas pela legislação pertinente. Dessa forma, a empresa consta com as seguintes políticas internas:

- Código de Conduta Ética
- Política de Classificação de Informações
- Política de Divulgação de informações
- Política de Porta-Vozes
- Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses
- Política de Indicação de Administradores
- Política de Distribuição de Dividendos
- Política de Remuneração dos Administradores
- Política de Diárias e Passagens

Além das políticas, a Assessoria de Compliance e Auditoria Interna realizou o levantamento e avaliação dos riscos da empresa, desenvolveu os processos de investigação e diligência prévia, além de ter criado o plano de capacitação interna e comunicação em compliance para a equipe.

Importante mencionar que todas as mudanças de diretoria, a eleição de novos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e as contratações realizadas em 2019 foram precedidas do procedimento de due diligence, ou diligência prévia, implantado pela Assessoria de

Compliance e Auditoria Interna para verificar a adequação da pessoa ao cargo, se ela preenche os requisitos legais e regimentais e se existe alguma situação de conflito de interesse que possa prejudicar ou interferir nas atividades da Alagoas Ativos.

Como meta de conformidade com a legislação, a área implantou o canal de denúncias, por meio do sistema virtual e-OUV e o sistema de informações ao cidadão e-SIC, ambos coordenados pela Controladoria Geral do Estado – CGE, em que qualquer cidadão pode pedir informações, adequando a empresa às exigências de transparência governamental.

Como parte de sua atuação, a Assessoria de Compliance e Auditoria Interna adequou o portal da transparência da empresa, mantido em seu site institucional, para apresentar informações exigidas pela legislação relativa à transparência pública, como licitações e contratações realizadas, despesas com pessoal e informações relativas à governança corporativa.

Em 2019 não foram realizados procedimentos de auditoria interna, porém a área desenvolveu seu Plano Anual para 2020, além de fixar as metas de criar o Estatuto e o Manual de Auditoria Interna, de forma que consiga implantar adequadamente a área e auditar todos os processos da empresa.

### 2.2.3 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

Em atendimento às disposições da Lei nº 11.638/07, da Lei nº 6.404/76, da Lei nº 13.303/16 e das instruções, normas e procedimentos expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão, a Alagoas Ativos S.A. contratou em fevereiro de 2020 o serviço de auditoria independente para avaliação de suas Demonstrações Contábeis da empresa.

Nesses termos, as Demonstrações Contábeis da Alagoas Ativos referentes ao exercício de 2019, foram avaliadas pela empresa Convicta Auditores Independentes SS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.061.922/0001-05, contratada por meio de dispensa de licitação, e entregou seu relatório contendo avaliação sobre o balanço patrimonial, demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa.

O relatório da Auditoria Independente consta do Anexo II deste relatório.

### 2.2.4 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

De acordo com o Regimento Interno da Alagoas Ativos, é de competência da Assessoria de Compliance e Auditoria Interna, a verificação do cumprimento de obrigações, da conduta, integridade, gestão de riscos, prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude dentro da empresa, além de cuidar da implementação e cumprimento do Código de Conduta e Integridade da Companhia.

Nesse sentido, não houve ilícitos administrativos a serem apurados no ano de 2019, não havendo atividade de correição nesse período.

#### 2.2.5 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS AO ERÁRIO

Do mesmo modo que o item anterior, em 2019 não houve condutas por parte dos colaboradores da empresa que dessem causa à apuração de responsabilidade por danos ao erário.

#### 2.2.6 POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

A Alagoas Ativos é uma empresa pública que não possui subsidiárias e não está conglomerada ou coligada a nenhuma outra empresa estatal. Não há, portanto, política de designação de representantes de Assembleias e Colegiados de controladas e coligadas ou de Sociedades de Propósito Específico.

#### 2.2.7 MODELO DE GOVERNANÇA DA ENTIDADE EM RELAÇÃO ÀS EMPRESAS DO CONGLOMERADO

Conforme item anterior, como a empresa não possui subsidiárias, controladas ou coligadas, não fazendo parte de conglomerado, não existe modelo de governança dessa natureza.

#### 2.2.8 PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE.

A Alagoas Ativos é uma empresa pública que tem o Estado de Alagoas como seu único acionista. Dessa forma, não há participação acionária de qualquer membro dos colegiados da entidade.

### 2.3 CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2020, o Estado de Alagoas publicou a Lei Estadual nº 8.232/20, que atualizou o Programa de Concessões e Parceria Público-Privada – PPP do Estado de Alagoas, com o intuito de promover, fomentar e disciplinar a realização de concessões e parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta, revogando a Lei Estadual nº 6.972/08.

A referida lei foi publicada após diversos estudos sobre as concessões e PPPs existentes no Estado e traz as diretrizes de estruturação e governança do Programa de Concessões e PPPs, o Plano Estadual de Concessões e PPPs, além de dispor sobre os instrumentos, regras de licitação e contratos firmados no âmbito do Programa.

Nesse novo contexto criado pela referida lei estadual, a Alagoas Ativos tem o papel principal de ser a entidade responsável por gerir o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, criado para garantir o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Direta e Indireta em contratos de concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

Ainda, a empresa tem como um de seus objetivos institucionais ser uma entidade de auxílio ao Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos



estaduais em geral, de forma a viabilizar projetos de concessão e de Parcerias Público-Privadas junto às Secretarias de Estado interessadas.

A Alagoas Ativos também é responsável pela gestão patrimonial e dos ativos do Estado de Alagoas ou de seus órgãos e entidades da administração direta, auxiliando na conservação, manutenção e melhor aproveitamento dos bens públicos estaduais.

Em relação aos principais programas e projetos, a empresa realizou estudos sobre potenciais projetos de PPPs e concessões para o Estado de Alagoas, avaliando diversas demandas dos órgãos estaduais e analisado a sua viabilidade enquanto projeto de PPP e concessão, em conjunto com a consultoria contratada para auxiliar nessa atividade.

Em relação às metas que dizem respeito ao cumprimento de políticas públicas do Estado de Alagoas, a empresa definiu dois objetivos estratégicos principais: Realizar a Modelagem de Concessões e PPPs e a criação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

Em 2019, a empresa a empresa cumpriu as seguintes metas:

- Conclusão e entrega da avaliação e modelagem da concessão do matadouro de Viçosa;
- Conclusão e entrega da avaliação do Centro Cultural e Exposições Ruth Cardoso;
- Conclusão e entrega da avaliação do CEASA Maceió;
- Criação e estruturação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP;
- Assinatura do Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP;
- Conclusão e entrega do estudo sobre a estruturação do Fundo Alagoano de Parcerias.

A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa detalhada consta do Anexo I deste relatório.

## 2.4 CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Estrutura de Governança da Alagoas Ativos é composta por sua Assembleia Geral de Acionistas, um Conselho de Administração, integrado por quatro membros escolhidos pela Assembleia Geral, observados os requisitos constantes no art. 5º, do Decreto Estadual nº. 52.555, 2017, que regulamenta a Lei nº. 13.303/2016, e uma Diretoria Geral, constituída por três Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, eleitos pelo Conselho de Administração. Em 2019, a empresa contou somente com o Diretor Presidente e a Diretoria Executiva, que acumula também as funções da Diretoria Financeira.

Como órgãos operacionais da empresa estão a Gerência Contábil e a Gerência Financeira, subordinadas diretamente à Diretoria Financeira, e a Gerência Administrativa, subordinada diretamente à Diretoria Executiva, e a Assessoria da Diretoria, que dá suporte diretamente à Diretoria Geral.

A Alagoas Ativos conta, ainda, com órgãos de controle, sendo o principal o Conselho Fiscal, composto por três membros eleitos pela Assembleia Geral. A empresa mantém, ainda, uma Assessoria Jurídica, responsável por dar apoio à Diretoria Geral e ao Conselho de Administração em matérias jurídicas e de governança.

A empresa implantou em 2019 a Assessoria de Compliance e Auditoria Interna, responsável tanto pela implantação, execução e monitoramento do Sistema de Compliance da empresa, da verificação da conformidade da empresa às exigências legais, quanto pela

implantação, execução e monitoramento da auditoria interna da empresa e avaliação e acompanhamento dos controles internos de cada área.

Como resultado do trabalho realizado pela Assessoria de Compliance em 2019, a empresa dispõe dos seguintes documentos internos: Código de Conduta Ética, Política de Classificação de Informações, Política de Divulgação de informações, Política de Porta-Vozes, Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, Política de Indicação de Administradores, Política de Distribuição de Dividendos, Política de Remuneração dos Administradores e Política de Diárias e Passagens.

Outros documentos essenciais para o desenvolvimento das atividades da empresa são o Estatuto Social e o Regimento Interno, ambos revisados em 2019.

Em 2019, a Assessoria de Compliance e Auditoria Interna realizou o levantamento e avaliação dos riscos da empresa, essencial para a implantação de seu programa de Compliance e para a revisão e desenvolvimento do próximo planejamento estratégico.

Além dessas políticas, implantou-se o canal de denúncias, por meio do sistema virtual e-OUV e o sistema de informações ao cidadão e-SIC, ambos coordenados pela Controladoria Geral do Estado – CGE, em que qualquer cidadão pode pedir informações, adequando a empresa às exigências de transparência governamental.

A empresa também contou com uma auditoria independente que examinou suas demonstrações contábeis referentes ao balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício de 2019.

No que se refere ao controle externo, a empresa está subordinada ao controle da sociedade, à Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, a qual a Alagoas Ativos está vinculada, à Controladoria Geral do Estado de Alagoas e ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, que são responsáveis pela fiscalização externa da Empresa.

Em relação à rotina operacional, cada unidade possui seus próprios controles internos em relação às suas atividades, como licitações, contratos, processos administrativos, pagamentos, fornecedores, entre outros, que serão reavaliados a partir da análise de riscos realizada em 2019.

A Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa detalhada consta do Anexo I deste relatório.

## 2.5 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

A Alagoas Ativos, pautada em seus valores Ética, Transparência, Competitividade, Responsabilidade Socioambiental e Compromisso com a Sociedade, tem como um de seus princípios de atuação a clareza de sua atuação e publicidade de suas informações e tem, como seus principais canais de comunicação, o site da empresa, o contato telefônico, contato via e-mail institucional, o canal de denúncias disponibilizado no site da empresa, além de visita presencial a sua sede.

Por sua vez, ainda não dispõe de dados sobre participação cidadã em seus processos decisórios, nem possui resultados de satisfação dos seus usuários, tendo em vista ainda não ter os procedimentos implantados para aferir esse grau.

No que se refere a mecanismos, a empresa possui uma seção específica de Transparência em seu site, onde disponibiliza todas as informações cabíveis e necessárias, tanto internas, quanto em relação à sua atividade fim, para acesso fácil e rápido por todos os interessados.

Dessa forma, e em conjunto com a infraestrutura de sua sede adequada à acessibilidade de todos os cidadãos, tem o objetivo de manter a transparência e de seus dados, documentos e informações a todos que tenham interesse.

Em observância aos requisitos legais da Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/11, e da Lei Estadual nº 8.087/19, a Alagoas Ativos possui sua Carta de Serviços ao Cidadão, que possui as seguintes informações:

#### **DESCRIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (NOME, FINALIDADE, LEGISLAÇÃO)**

Empresa pública integrada à administração indireta do Estado de Alagoas, criada pela Lei Estadual nº 7.893, de 23 de junho de 2017, tendo sua estrutura disciplinada pelas normas internas definidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Geral da empresa. É responsável pela viabilização da implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado, gerir os ativos patrimoniais do Estado e de entidades da administração indireta, além dos ativos financeiros, mobiliários e fiduciários do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP e estruturar e implementar operações para obtenção e recursos junto ao mercado de capitais.

#### **COMPROMISSOS E PADRÕES DE QUALIDADE**

##### **Prioridade de Atendimento**

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender aos usuários dos serviços públicos que comparecerem à Sede da empresa por ordem de chegada, ressalvados os casos de urgência e prioridade legal;
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender com prioridade, às pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais, idosos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo;
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a garantir a acessibilidade às pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais.

##### **Previsão do Tempo de Espera para Atendimento**

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender aos usuários em sua Sede por ordem de chegada, ressalvados os casos de urgência, em até dez minutos;
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a atender as ligações telefônicas em até (cinco) toques.
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a responder e-mails em até quarenta e oito horas úteis.
- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a respeitar os prazos legais de resposta a solicitações via Sistema de Informações ao Cidadão ou via Ouvidoria.

##### **Mecanismo de Comunicação com os Usuários**

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a disponibilizar mecanismos de comunicação com os usuários dos serviços públicos, como e-mail, número de telefone, número de celular, atendimento presencial, formulários impressos e sistemas eletrônicos.

**Procedimentos para Receber e Responder as Manifestações dos Usuários**

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a disponibilizar meios de comunicação ao usuário do serviço público para apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço público, seja pela via presencial na sede da Empresa ou via sistema de solicitação de informações e de manifestação de informações, como e-mail, número de telefone, número de celular, atendimento presencial, formulários impressos e sistemas eletrônicos.

**Mecanismos de Consulta por Parte dos Usuários, Acerca do Andamento do Serviço Solicitado ou de Eventual Manifestação**

- A Alagoas Ativos S.A. se compromete a disponibilizar aos usuários dos serviços públicos o andamento do serviço solicitado e de eventual manifestação presencialmente ou por meio dos canais eletrônicos e-SIC e e-Ouv.

**QUADRO GERAL DE SERVIÇOS (2)**

1. Serviço de Informação ao Cidadão
2. Ouvidoria

**INFORMAÇÕES**

Endereço: Edf. Delman Empresarial, Rua Sampaio Marques, 25, sala 608, Pajuçara, Maceió/AL, CEP 57030-107  
 Telefones: (82) 98862-0344  
 Dirigente: Antônio Tenório Cavalcante Neto  
 Diretor Presidente  
 Site oficial do Órgão: [www.alagoasativos.com](http://www.alagoasativos.com)  
 E-mail oficial do Órgão: [contato@alagoasativos.com](mailto:contato@alagoasativos.com)

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO**

	Início	Fim
Segunda-feira	08:00	17:00
Terça-feira	08:00	17:00
Quarta-feira	08:00	17:00
Quinta-feira	08:00	17:00
Sexta-feira	08:00	17:00

Esta é a Carta de Serviços ao Usuário do(a) Alagoas Ativos - Alagoas Ativos, gerada automaticamente a partir dos Dados Abertos do Guia de Serviços do Governo de Alagoas (<http://servicos.al.gov.br>), disponibilizados em cumprimento ao Art. 8º, § 3º, III da Lei Federal 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao Art. 5º do Decreto Estadual 58.690/2018. A Carta de Serviços ao Usuário é uma obrigação legal determinada pelo Art. 7º da Lei Federal 13.460/2017 e pelo Art. 5º do Decreto Estadual 58.690/2018.

*Quadro 2 – Carta de Serviços*

### 3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

#### 3.1 PRINCIPAIS RISCOS

Mapa de Riscos

<b>Perspectiva</b>	<b>Objetivos Estratégicos</b>	<b>Tipo de Risco</b>	<b>Principais riscos</b>
Clientes	Realizar a modelagem de concessões e PPPs	Estratégico	Demora em definir processo de concessões e PPPs no Estado
		Operacional	Demora nos processos advindos da cadeia de valor
		Estratégico	Modelo de negócio estar na mão de terceiros (consultoria)
		De crédito	Decisão do STF (ADI 553) sobre inconstitucionalidade de vinculação de receitas do FPE e FPM a fundos
		Operacional	Não ter pessoa capacitada para operar FAP no Estado de Alagoas
		Estratégico	Descontinuidade de projetos em razão de estratégias de Governo
Processos Internos	Mapear os processos principais e operacionais da Alagoas Ativos adequando a ISO 9001:2015	Operacional	Não conseguir desenvolver os processos principais da empresa
		De conformidade	Não ter todas as estruturas internas de governança exigidas pela legislação
		De conformidade	Não possuir estruturas que reforcem a segurança das informações sensíveis

Aprendizado e Crescimento	Capacitar tecnicamente a equipe	Estratégico e Operacional	Não ter pessoal capacitado para atuar na atividade fim da empresa
		Operacional	Desatualização e desconhecimento do PPRA/PCMSO pela equipe
		Estratégico e Operacional	Equipe não preencher requisitos do cargo e não se adequar ao perfil da empresa
Financeira	Repor o capital social	Estratégico	Utilização do capital social
		Estratégico	Não gerar receitas

Quadro 3 - Mapa de Riscos

### 3.1.1 PERSPECTIVA CLIENTES

Em relação à perspectiva Clientes, a Alagoas ativos tem como principais riscos:

- Demora em definir processo de concessões e PPPs no Estado – risco estratégico que afeta diretamente a atividade fim da empresa, uma vez que a demora na definição do fluxo padrão de concessões e PPPs impacta no início da operacionalização da empresa.
- Demora nos processos advindos da cadeia de valor – risco operacional que impacta diretamente na missão institucional na empresa, tendo em vista que a atuação da empresa depende de processos anteriores advindos dos órgãos demandantes das concessões e PPPs e a demora nessa cadeia de valor pode interferir nas atividades da empresa e em sua sustentabilidade de longo prazo.
- Modelo de negócio estar na mão de terceiros (consultoria) – risco estratégico que impacta na perenidade do negócio, tendo em vista que o conhecimento elementar sobre o negócio está concentrado na empresa de consultoria contratada para dar suporte à implantação das atividades na Alagoas Ativos.
- Decisão do STF (ADI 553) sobre inconstitucionalidade de vinculação de receitas do FPE e FPM a fundos – risco de crédito que afeta diretamente o mecanismo de garantia das concessões e PPPs a serem desenvolvidas e operacionalizadas pela empresa, uma de suas atividades principais da empresa. A decisão final já publicada pelo Supremo Tribunal Federal considera inconstitucional a vinculação de receitas do FPE a quaisquer

espécies de fundo, independentemente de sua finalidade. Tendo em vista que esse mesmo procedimento foi utilizado como fonte de receitas para o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, a declaração de inconstitucionalidade inviabilizaria, a priori, seu funcionamento.

- Não ter pessoa capacitada para operar FAP no Estado de Alagoas – risco operacional que se refere à dificuldade de encontrar, no Estado de Alagoas, pessoa capacitada tecnicamente para gerir o Fundo Alagoano de Parcerias, tendo em vista sua complexidade, o que leva à dependência de mão-de-obra externa.
- Descontinuidade de projetos em razão de estratégias de Governo – risco estratégico que afeta diretamente a atuação e as receitas da empresa, tendo em vista que a decisão do Governo do Estado em descontinuar um projeto de concessão e parceria público-privada prejudica a atuação da Alagoas Ativos e a obtenção de receitas advindas desse projeto, inclusive quanto a potencial utilização do mecanismo de garantias operado pela empresa.

### 3.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

- Não conseguir desenvolver os processos principais da empresa – risco operacional que configura a dependência da empresa em um processo de desenvolvimento dos fluxos padrão de concessões e PPPs que envolve diversos órgãos governamentais da esfera estadual, prolongando a sua definição e, por conseguinte, a operacionalização da empresa.
- Não ter todas as estruturas internas de governança exigidas pela legislação – risco de conformidade, tendo em vista que a Lei nº 13.303/16 e o Decreto Estadual nº 52.555/17 exigem que as empresas públicas tenham estruturas internas de governança específicas para o seu funcionamento e a Alagoas Ativos ainda não possui todas essas estruturas, devendo se adequar o quanto antes à legislação pertinente.
- Não possuir estruturas que reforcem a segurança das informações sensíveis – risco de conformidade que afeta diretamente a atuação estratégica da Alagoas Ativos, uma vez que a empresa lida com informações estratégicas, sensíveis e sigilosas e a sua divulgação não autorizada ou utilização por interesses individuais gera prejuízo de competitividade, de imagem e financeiro.

### 3.1.3 APRENDIZADO E CONHECIMENTO

- Não ter pessoal capacitado para atuar na atividade fim da empresa – risco estratégico que se funda na dependência da Alagoas Ativos no conhecimento e na mão de obra de terceiros, uma vez que não tem pessoal capacitado para modelar e gerir contratos de grande porte de concessão e PPPs.
- Desatualização e desconhecimento do PPRA/PCMSO pela equipe – risco operacional que impacta na saúde e segurança das atividades internas da empresa, tendo em vista desconhecerem os documentos e práticas laborais.

- Equipe não preencher requisitos do cargo e não se adequar ao perfil da empresa – risco estratégico e operacional que impacta, primeiro na conformidade da empresa, tendo em vista que cargos de Direção e de Conselhos da empresa possuem rígidos requisitos legais para sua ocupação e que a empresa possui requisitos para cada cargo a ser ocupado. A não observância desses requisitos impacta, ainda, na produtividade, na receita, na imagem e na rotina operacional da empresa.

### 3.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA

- Utilização do capital social - risco estratégico que se funda na sustentabilidade da empresa, tendo em vista estar utilizando seu capital social porquanto não possui fontes de renda capazes de manter sua estrutura e repor o capital já utilizado.
- Não gerar receitas – risco estratégico que impacta na própria existência e utilidade da empresa.

Por fim, em relação aos riscos referentes a ações trabalhistas, em 2019, apesar de a empresa ter desligado colaboradores e destituído diretores, a empresa não foi surpreendida com nenhuma demanda. Portanto, não há informações pertinentes a esse tema.

### 3.2 MODELO DE GESTÃO DOS RISCOS

A gestão do risco da empresa é realizada semestralmente em Reunião de Análise de Riscos, momento em que a situação da empresa é analisada criticamente, assim como todos os riscos relacionados as suas atividades internas e externas, principais e de apoio, são avaliados e são definidas as ações e metas para monitoramento e controle dos principais riscos que podem interferir na persecução dos objetivos institucionais da empresa.

Em relação aos riscos relacionados especificamente aos seus objetivos estratégicos, elenca-se os seguintes:

<b>GERENCIAMENTO DE RISCO</b>			
<b>PROBLEMA</b>	<b>CAUSA</b>	<b>SOLUÇÃO</b>	<b>TIPO DE RISCO</b>
Demora em definir processos de concessões e PPPs no Estado	Demora em consenso dos envolvidos	Definir o processo	ESTRATÉGICO
Demora no processo advindo da cadeia de valor	Falta de conhecimento do processo	Apresentação para todos os envolvidos do funcionamento processo de PPP	OPERACIONAL



Modelo de Negócio estar nas mãos de terceiros (consultoria)	Falta de expertise para desenvolvimento do fluxo	Capacitar os colaboradores para operação do processo	ESTRATÉGICO
Decisão do STF (ADI553) sobre inconstitucionalidade de vinculação de receitas do FPE e FPM a fundos	Única fonte de custeio	Encontrar fontes alternativas de custeio	CRÉDITO
Não ter pessoa capacitada para operar FAP no Estado de Alagoas	Falta de expertise para operar FAP	Contratar pessoa de fora do Estado para operar FAP	OPERACIONAL
Descontinuidade de projetos em razão de estratégias de Governo	Desinteresse do Governo em continuar com o projeto	Montar uma carteira com projetos viáveis e de alto retorno para o Estado e para a sociedade	ESTRATÉGICO
Não conseguir desenvolver os processos principais da empresa	Demora em consenso dos envolvidos	Definir o processo	ESTRATÉGICO
Não ter todas as estruturas internas de governança exigidas pela legislação	Falta de estrutura	Criação do mínimo exigido	CONFORMIDADE
Não possuir estruturas que reforcem a segurança das informações sensíveis	Falta de estrutura, normas e procedimentos internos	Desenvolver políticas de segurança da informação e implantar procedimentos a serem seguidos	CONFORMIDADE
Não ter pessoal capacitado para atuar na atividade fim da empresa	Não ter pessoa com expertise em PPP	Contratar pessoa que conheça de PPP	ESTRATÉGICO E OPERACIONAL

Desatualização e desconhecimento do PPRA/PCMSO pela equipe	Falta de palestra	Apresentação para toda a equipe sobre PPRA/PCMSO	OPERACIONAL
Equipe não preencher requisitos do cargo e não se adequar ao perfil da empresa	Necessidade de preenchimento do cargo e indicações políticas	Realizar processo seletivo e processo de due diligence antes da contratação	ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
Utilização do capital social	Não ter iniciado as operações	Gerar receita	ESTRATÉGICO
Não gerar receitas	Não ter iniciado as operações	Iniciar as operações	ESTRATÉGICO

Quadro 4 - Gerenciamento de Riscos

O controle interno da empresa é realizado principalmente com base em planilhas de controle financeiro e contábil, além de planilhas de controle de licitações, contratos e processos administrativos. Ainda, a empresa possui boa parte de seus procedimentos internos mapeados e padronizados, faltando somente os processos finalísticos referentes às atividades principais da empresa.

Em 2019, a empresa implantou o SEI – Sistema Eletrônico de Informações, onde passou a tramitar todos os seus processos, se adequando às exigências legais e obtendo maior controle da movimentação e sobre os prazos a serem observados por cada setor, garantindo maior transparência e eficiência.

No que se refere às demandas judiciais, a empresa possui um departamento jurídico, representado pela Assessoria Jurídica, responsável pelas demandas jurídicas internas, em relação aos processos administrativos essenciais para o desenvolvimento das atividades diárias da empresa.

A Assessoria Jurídica também é responsável pela gestão e controle de demandas judiciais que envolverem os interesses da empresa. No entanto, no ano de 2019 a Alagoas Ativos não sofreu nem demandou judicialmente, não havendo necessidades dessa gestão, nem existindo números ou dados que representem os resultados do departamento.

## 4. RESULTADO DA GESTÃO

### 4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E ÀS PRIORIDADES DE GESTÃO

#### 4.1.1 PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

A Alagoas Ativos definiu como o objetivo estratégico específico na perspectiva Aprendizado e Crescimento “Capacitar Tecnicamente a Equipe” e, para alcançá-lo, estabeleceu a estratégia de elaborar um plano de treinamento em que planejou viabilizar pelo menos dois cursos para cada colaborador.

Nesse sentido, durante o ano de 2019, seguindo a orientação de governança corporativa da Alagoas Ativos S.A. em prestar os serviços concernentes aos seus objetivos com excelência, todos os diretores e demais colaboradores da empresa participaram de capacitações nas suas respectivas áreas de atuação. Também nesse sentido, tornou-se imprescindível a capacitação dos administradores da Companhia, ressaltando que essa demanda está alinhada à Lei nº 13.303/2016, que estabelece a obrigatoriedade de treinamento, na posse e anualmente, sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, código de conduta, Lei Anticorrupção, e demais temas relacionados às atividades da empresa.

#### A. CAPACITAÇÃO DIRECIONADA PARA A OBTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL CP3P

O Guia de Certificação em PPPs da APMG é o Corpo de Conhecimento (BoK, da sigla em inglês para “Book of Knowledge”) que fornece os detalhes de todos os aspectos relevantes da criação e implementação de Parcerias Público- Privadas (PPPs) eficientes e sustentáveis. Destina-se ao uso por profissionais de PPP, governos, consultores, investidores e outros interessados em PPPs. Essa certificação faz parte da família de credenciais CP3P que, uma vez obtida, permite que os aprovados utilizem o título “Certified PPP Professional”, uma designação criada sob os auspícios do Programa de Certificação de PPPs da APMG.

A Certificação CP3P foi concebida pelo Banco Mundial, junto com outros multilaterais e é implementada pela APMG International, uma das principais certificadoras profissionais do mundo, com sede em Londres e escritório em 13 países. A certificação CP3P foi desenhada para profissionais que pretendem consolidar seu conhecimento especializado no mercado de investimentos privados em infraestrutura e que desejam entender melhor as boas práticas internacionais, especialmente especialistas do governo e equipes de unidades de PPP e profissionais que atuam diretamente na estruturação de desenho de projetos. Além disso, a certificação permite o desenvolvimento de uma linguagem e de práticas comuns entre gestores do setor privado que possuem interface com o governo, e os gestores públicos a frente dos projetos. Como a Alagoas Ativos é uma empresa pública que objetiva fomentar os contratos de Parcerias Público-Privadas no Estado de Alagoas, os profissionais do seu quadro atuam na estruturação de projetos, necessitando observar o quanto as práticas são diferentes entre os setores, entre os governos e mesmo entre os projetos. Além disso, apesar da enorme experiência do Brasil em investimento privado em infraestrutura pública, ainda não se consolidou uma linguagem comum, com conceitos claros, que viabilize uma discussão eficiente entre governos, entre agências do mesmo governo e entre o governo e a iniciativa privada. Assim, a certificação profissional

permitiu o acesso a boas práticas e a conhecimentos-chave exigidos profissionalmente em diversos países do mundo, o alinhamento de conceitos com as principais agências que atuam no mercado (incluindo de financiamento) no mundo (e.g. Banco Mundial), a possibilidade de uma harmonização entre a linguagem necessária para as discussões entre os órgãos públicos e entre eles e os operadores e investidores, bem como o reconhecimento da especialidade profissional em um campo que tem sido foco de esforços do governo federal e de governos subnacionais para implementação de infraestrutura econômica e social no país. Foram certificados 05 (cinco) colaboradores da empresa.

## B. CURSO DE PREGOEIRO

A contratação de serviços das empresas estatais é regulamentada pela Lei 13.303/16 que normatiza a contratação por licitação, preconizando o art. 32, inciso IV, a adoção preferencial do pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns, com isso identificamos a necessidade de capacitação de um colaborador desta Alagoas Ativos no curso, a fim de adquirir conhecimentos gerais nos procedimentos e orientações acerca de licitações com ênfase em pregão – presencial e eletrônico. A capacitação objetivou ao colaborador exercer a atividade de Pregoeiro nos termos do Decreto nº 3.555/00, com conhecimentos técnicos, diretrizes e normas gerais de licitação, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos normativos que regem a matéria. Foi capacitado o Gerente Administrativo da Companhia, que atua como pregoeiro nas licitações.

## C. CAPACITAÇÃO EM CURSO DE COMPLIANCE ANTICORRUPÇÃO

O Curso de Compliance Anticorrupção fornece subsídios teóricos e práticos para a implantação de um programa de Compliance, bem como o seu aperfeiçoamento. O curso também prepara os profissionais para atuarem na área de Compliance e áreas de apoio ao Compliance, bem como prestadores de serviços que atuarão nessa área. Com o objetivo de capacitar os profissionais de diversos segmentos a enfrentar os principais desafios encontrados na área de Compliance, o curso é fundamentado no US Federal Sentencing Guidelines, na Lei Anticorrupção Brasileira (Lei nº 12.846/13) e nas melhores práticas de Compliance desenvolvidas por empresas multinacionais. Foi capacitada a Assessora de Compliance da Companhia, que inclusive foi aprovada no exame para obtenção da certificação CPC-A (Certificação Profissional em Compliance Anticorrupção).

## D. CAPACITAÇÃO EM INVESTIMENTO EM PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS – INSPER

Em parceria com a Católica Lisbon School of Business & Economics e com a Radar PPP, o Inesper ministrou o curso de Educação Executiva chamado Investimentos em Parcerias Público Privadas. O programa apresentou a lógica de estruturação e gestão dos contratos de PPP, e proporcionou uma maior autonomia aos participantes para avaliar oportunidades de negócio, riscos e rentabilidade, além de suas particularidades normativas e regulatórias. O aprendizado foi consolidado por meio de diversos estudos de caso, e análise de experiências exitosas e malsucedidas. O curso objetivou avaliar as oportunidades e os riscos de investimento privado em

serviços de utilidade pública, apresentar o panorama dos principais players envolvidos no mercado brasileiro de PPP e compreender a lógica de estruturação e gestão de contratos de PPP. Foi capacitado o Diretor-Presidente da empresa.

## E. WORKSHOP: INTRODUÇÃO ÀS CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

O workshop buscou apresentar o ambiente institucional e normativo no qual as concessões e as parcerias público-privadas (PPPs) surgiram no mundo e no Brasil, com a apresentação dos aspectos fáticos, jurídicos, políticos e ideológicos das PPPs. Restou consignado que as concessões e as PPPs inauguraram um novo ciclo de como o poder público contrata com a iniciativa privada, substituindo a lógica de processos pela lógica de resultados, onde foi demonstrado que nestas modalidades de contrato, os aspectos jurídicos, financeiros e operacionais se entrelaçam e a compreensão adequada dos projetos depende de habilidades e competências que conectem estes aspectos. Foi pontuado pelo professor Guilherme Naves que o futuro da infraestrutura, a exemplo do que aconteceu em diversos países do mundo, está diretamente ligado a projetos de PPP tanto para implantação de infraestruturas econômicas quanto sociais, bem como que no Brasil, a efetividade destes projetos depende do esforço dos governos em capacitarem adequadamente suas equipes e em desenvolverem as habilidades institucionais necessárias para selecionar, preparar, licitar e gerir projetos e programas de PPP de forma eficiente e eficaz. O workshop contou com a presença de 06 (seis) participantes, divididos entre Alagoas Ativos, SEPLAG e SEINFRA.

## F. IMERSÃO EM COMPLIANCE CONTÁBIL

A imersão em compliance contábil é instrumento hábil a preparar profissionais de contabilidade para que possam entender exatamente os riscos de sua atividade profissional cotidiana, visando sua identificação com o fito de mitigá-los. É cediço que a atividade contábil, possui uma infinidade de nuances e detalhes que muitas vezes escapam aos olhos dos responsáveis. Na imersão realizada os participantes foram instruídos em como mapear os riscos e promover a necessária blindagem pela utilização de ferramentas práticas para delimitar sua responsabilidade através da abordagem de técnicas e ferramentas específicas, visando sempre a mitigação de riscos e a busca da segurança e conformidade. Foram capacitados 02 (dois) colaboradores da Companhia.

## G. CAPACITAÇÃO PARA TÉCNICOS DOS ESTADOS

O curso teve por objetivo proporcionar uma experiência de aprendizado prática sobre a estruturação de projetos de concessões, PPPs e gestão de ativos imobiliários. Buscou-se que, ao final do curso, o participante esteja apto a discutir e julgar criticamente os aspectos centrais que envolvem tais modalidades, incluindo os elementos de viabilidade financeira, análise e atribuição de riscos, estrutura jurídica, contratos, aspectos regulatórios, tudo com a apresentação de casos práticos. O curso proporcionou uma reflexão sobre aspectos importantes para se conseguir aumentar o nível de investimento no Brasil, considerando a atração de capital privado e a

promoção de melhorias na infraestrutura social. Foi capacitado o Assessor da Diretoria da Alagoas Ativos.

#### H. FÓRUM EXAME PPPs E CONCESSÕES 2019:

O então Diretor Presidente desta Alagoas Ativos, Helder Lima, foi convidado a debater no FÓRUM EXAME PPPs E CONCESSÕES 2019, que foi realizado no dia 28/05/2019 na cidade de São Paulo/SP. O Fórum teve a participação de 300 investidores e representantes do setor público e teve como objetivo proporcionar o encontro do mercado e das lideranças do setor de infraestrutura com os novos projetos de desestatização, PPP's e concessões no Brasil; produzir e compartilhar conhecimento sobre como participar dos novos planos de PPPs e concessões; e catalisar oportunidades de negócios entre parceiros privados e localidades que possuem necessidades e estrutura para projetos de PPPs e concessões.

#### I. THE 17th LATIN AMERICAN INFRASTRUCTURE LEADERSHIP FORUM:

O Diretor Presidente da Alagoas Ativos participou do Fórum Latino Americano de Liderança em Infraestrutura, que ocorreu entre os dias 31/07 à 02/08/2019 e reuniu todos os grandes players e stakeholders de todo o mundo, apresentando os melhores projetos de PPPs e Concessões ao longo de toda a última década no mundo.

O fórum teve como foco os investimentos em Infraestrutura, ressaltando os benefícios que trouxeram a toda a sociedade atendida pelos projetos. Algumas palestras realizadas no Fórum foram, “Perspectivas Econômicas da Infraestrutura Latino-Americana”, “O impacto da Tecnologia no Desenvolvimento da Infraestrutura” e “Os TOP Projetos Estratégicos da Infraestrutura na América Latina”.

#### J. II COMPLIANCE ARCROSS AMERICAS:

O II Compliance Across Americas, que ocorreu entre os dias 05/09/2019 e 07/09/2019, contou com o comparecimento da Assessora de Compliance. Nele foram abordados diversos assuntos, tais como “Desafios e Perspectivas do Compliance e do Combate à Corrupção”, “Ética Corporativa e Cultura de Compliance”, “Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Compliance Financeiro” e contou com palestrantes renomados, como Bartosz Makowicz, da Universidade Viadrina da Alemanha, Edmo Colnaghi Neves, Presidente da IBDEE, Yuri Sahione, da OAB, Erick Lioy, representante americano da Grant Thornton, Marion Albers, da Universidade de Hamburgo, na Alemanha, dentre outros.

#### K. WORKSHOP CONCESSÕES E PPPs:

A convite do Secretário do Planejamento e Gestão do Estado de Alagoas, Fabrício Marques, o Sr. Antônio Tenório Cavalcante Neto, Diretor Presidente desta Alagoas Ativos,

participou do Workshop Concessões e PPPs, em que foi possível trocar experiências e discutir estratégias de planejamento e gestão dos projetos de PPP's e Concessões ao longo de todo o País.

Os palestrantes desenvolveram projetos exitosos, como, por exemplo, o Hospital do Subúrbio de Salvador, e puderam apresentar as melhores práticas e suas experiências, apontando o que fazer e o que não fazer no desenvolvimento e nas modelagens dos produtos.

Importante destacar, ainda, que o evento contou com a palestra do Ministro da Infraestrutura do Brasil, atualizando todos os participantes do Workshop sobre o que o Governo Federal tem feito para fomentar as PPP's e Concessões.

#### 4.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

No que se refere à Perspectiva Processos Internos, a Alagoas Ativos estabeleceu o objetivo estratégico de “Mapear os Processos Principais e Operacionais adequando a ISO 9001:2015” e, como estratégias definidas definiu a elaboração de mapa de perfil e de processo da empresa e a descrição dos processos principais e de apoio da empresa, com a meta estratégica de Mapear todos os processos principais e operacionais até agosto de 2018.

Nesse sentido, a implantação de um sistema de gestão de qualidade proporciona a possibilidade de ampliar mercados, aumentar o nível de organização interna, o controle da administração e a produtividade, a redução de custos e do número de erros e melhora a credibilidade junto aos clientes. Pensando neste ganho, a Alagoas Ativos manteve o contrato firmado em 2018 com consultoria para implantação da gestão da qualidade, adequação para certificação da NBR ISO 9001:2015 e implantação de programa de compliance.

O trabalho finalizou em 2019 finalizou com a entrega das diretrizes organizacionais da empresa, a política da qualidade e o mapeamento dos processos, com desenho dos fluxos e descrição dos procedimentos internos, inclusive da área de compliance, que somente foi implantada em 2019.

No entanto, a consultoria finalizou seu trabalho com cumprimento de 50% das metas estabelecidas, tendo em vista estar faltando o mapeamento e a padronização dos processos principais da Alagoas Ativos, uma vez que a própria empresa ainda não tem as definições necessárias para conseguir desenhar os referidos fluxos processuais.

#### 4.1.3 PERSPECTIVA CLIENTES

Em relação à perspectiva Clientes, a empresa manteve os dois objetivos estratégicos principais definidos para 2018, tendo em vista não os ter cumprido totalmente: “Realizar a Modelagem de Concessões e PPPs” e “Viabilizar Garantias para as PPPs em Curso no Estado”, que tiveram como ações estratégicas entregar modelagens dos projetos para a Secretaria Responsável até dez/2019 e criação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

A empresa avançou muito em 2019 em relação aos seus objetivos estratégicos principais, tendo cumprido algumas das ações, como a entrega da modelagem do projeto Matadouro de Viçosa, e a criação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP. No entanto, outros projetos, cujas modelagens estão em andamento, ainda não foram entregues, tendo sido reprogramados para 2019.

## A. REALIZAR MODELAGEM DE CONCESSÕES E PPPS

Quando do início das atividades da Alagoas Ativos, identificou-se a necessidade de realização de benchmarking com órgãos que atuassem, dentro dos governos dos estados na gestão de ativos públicos, bem como que estivessem realizando trabalhos relativos à Parcerias Público-Privadas e Concessões e estruturação de garantias para esses contratos.

Foram realizadas diversas visitas técnicas em Estados com concessões e PPPs já instaladas, em locais onde já existem mecanismos de garantia de PPPs como o FAP e que também estão buscando soluções para gerir os ativos patrimoniais públicos. Assim, em 2018, a Alagoas Ativos focou no levantamento de informações, que foi essencial para o avanço realizado em 2019.

Em 2019, a Alagoas Ativos partiu para o desenvolvimento de uma carteira de projetos e para a negociação com os órgãos da administração direta e indireta do Estado de Alagoas para a priorização dos estudos a serem realizados e modelagens de concessões e PPPs a serem desenvolvidas.

Assim, desenvolvemos estudos referentes ao Centro de Convenções, Matadouro de Viçosa, CEASA e estruturação do Fundo de Investimento Imobiliário, sendo que o Matadouro de Viçosa foi o projeto prioritário, com modelagem desenvolvida e já entregue, agora sob responsabilidade da Secretaria interessada para as providências necessárias. Os projetos serão analisados mais a frente, no ponto Principais Programas e Projetos.

Nesse ponto, a Alagoas Ativos participou de algumas reuniões e eventos com o mercado, para se apresentar enquanto empresa e a apresentar alguns dos projetos em sua carteira, de forma analisar a reação às oportunidades apresentadas pelo Estado de Alagoas.

### 1) REUNIÕES BNDS E FGV:

No dia 19/08/2019, ocorreram duas reuniões na cidade do Rio de Janeiro. A primeira se deu no BNDES, em que a pauta principal foi o Fundo Alagoano de Parcerias - FAP. A discussão teve como premissa a utilização dessa garantia no Projeto de Saneamento da região Metropolitana do Estado de Alagoas. Após amplos debates, chegou-se à conclusão de que a garantia deveria ser utilizada e a gestão feita pela Alagoas Ativos.

A segunda reunião aconteceu na Fundação Getúlio Vargas - FGV, que teve como pauta a concessão do Abatedouro Regional de Viçosa/AL, que se encontra totalmente pronto. Foram traçadas as estratégias de apresentação do seu edital perante o Conselho Gestor de PPP do Estado.

Em ambas as reuniões estavam presentes o Secretário da Fazenda do Estado de Alagoas, George Santoro, a Secretária Adjunta da Fazenda, Renata Santos, o Vice-Presidente da Casal, Victor Vigolvinho e Antônio Tenório Cavalcante Neto, Diretor Presidente desta Alagoas Ativos.

### 2) REUNIÃO NO INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS JURÍDICOS DA INFRAESTRUTURA – IBEJI:

No dia 08/11/2019, o Diretor Presidente participou de uma reunião no Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura – IBEJI, que teve como alvo a apresentação do Instituto e



todos os trabalhos relacionados à PPPs e Concessões de que fez parte em todo o País. A reunião foi bastante proveitosa e o IBEJI apresentou total interesse em prestar consultoria ao Estado de Alagoas, além de apoiar os projetos que possam utilizar a experiência deles para as modelagens.

## B. VIABILIZAR GARANTIAS PARA AS PPPS

O surgimento da Lei nº 11.079/2004 trouxe o instituto das parcerias público-privadas, que harmoniza o interesse da administração pública em desenvolver projetos públicos com o interesse do setor privado em realizar investimentos seguros e rentáveis. Uma grande preocupação da referida lei é oferecer ao parceiro privado a segurança necessária no intuito de atrair recursos e investimentos para os projetos públicos. Essa segurança pode ser refletida na criação de garantias conferidas pela administração pública aos parceiros privados, a fim de mitigar os riscos de inadimplemento das contraprestações assumidas pelo parceiro público.

Com este objetivo, o FAP foi criado formalmente no final de 2019 e tem por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelo Estado de Alagoas, na condição de parceiro público, em virtude de contratos de PPPs, não podendo ser extinto antes da quitação da totalidade dos débitos garantidos ou da liberação das garantias pelos credores.

Com natureza jurídica de direito privado, o FAP tem patrimônio próprio e separado do patrimônio de seus cotistas, sendo sujeito de direitos e obrigações próprias, onde o Estado de Alagoas é constituído como seu cotista inicial. Seu Estatuto e Regulamento já foram criados e sua estrutura contará com uma Assembleia de Cotistas e um Conselho Consultivo, a quem caberá a análise técnica dos pedidos de garantias de projetos efetuados ao Fundo.

O FAP será administrado e gerido pela Alagoas Ativos e, a princípio, o FAP será constituído por retenções mensais no percentual de 12% dos repasses a título de FPE recebidos pelo Estado de Alagoas, que ficarão temporariamente na conta do Fundo para caso seja necessário garantir alguma contraprestação pública. Assim será o funcionamento do Fundo:

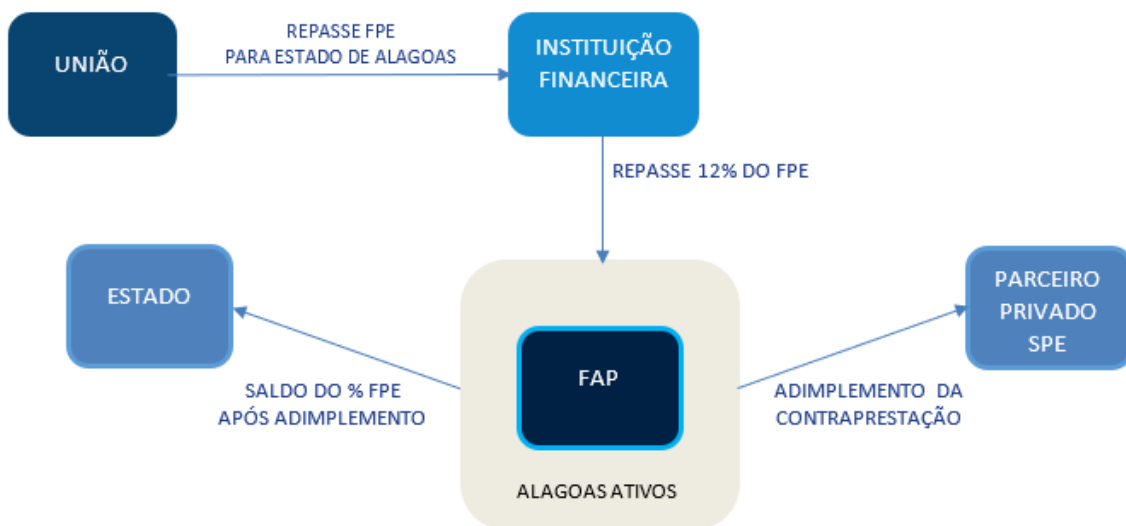


Figura 3 - Fluxo de PPPs

No final de 2019, a Alagoas Ativos e o Banco do Brasil, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, firmaram Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas foi firmado entre, de forma a estabelecer os direitos e obrigações de

cada parte, ficando o Banco do Brasil como agente de pagamento do FAP, tendo em vista ser o banco responsável pelos repasses do FPE aos Estados.

Assim, o FAP está devidamente criado e funcionando, já recebendo os repasses mensais do FPE e pronto para garantir projetos de parcerias público-privadas nos quais o Estado de Alagoas seja o parceiro público.

#### 4.1.4 PERSPECTIVA FINANCEIRA

Perspectiva Financeira, foi identificado como o principal objetivo estratégico a “Reposição do Capital Social da Empresa”, cujas metas estratégicas definidas foram “Reduzir 10% do gasto do orçamento até dezembro de 2018” e Reestruturar as contas orçamentárias para 2019, até dezembro de 2018”, cujas respectivas ações estratégicas definidas foram Elaboração de Planilha de Planejamento Financeiro e Planilha Orçamentária de 2019.

Tendo em vista 2018 ter sido o primeiro ano de funcionamento da Alagoas Ativos, seu principal objetivo foi sua estruturação interna, principalmente com a contratação de consultoria externa para auxiliar nessa estruturação, a capacitação técnica da equipe diretamente relacionada com a atividade-fim da empresa e a construção de sua sede definitiva. E 2019 não foi diferente.

Com a mudança total na diretoria e acréscimos na equipe, houve a necessidade de capacitação dos novos colaboradores, além da manutenção da empresa especializada no assessoramento e desenvolvimento dos estudos e modelagens de projetos de concessões e PPPs.

Por conta disso, não foi possível reduzir os gastos do orçamento, porém foi possível reestruturar as contas orçamentárias para 2019, tendo cumprido as ações estratégicas definidas pela Gerência Contábil, conforme se verá a seguir.

#### 4.2 PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS OU INICIATIVAS

Em relação aos principais programas e projetos, a empresa concentrou suas ações no desenvolvimento de estudos sobre os projetos prioritários definidos pelo Estado de Alagoas, avaliando diversas demandas dos órgãos estaduais e analisado a sua viabilidade enquanto projeto de PPP e concessão, em conjunto com a consultoria contrata para auxiliar nessa atividade.

Ainda, em 2019, a empresa focou na constituição e formalização do Fundo Alagoano de Parcerias, assim como nas avaliações dos imóveis de titularidade do Estado de Alagoas e nos estudos preliminares sobre a constituição de um Fundo de investimentos Imobiliários para gerir os imóveis do Estado.

##### 4.2.1 AVALIAÇÃO DO CENTRO CULTURAL E DE EXPOSIÇÕES RUTH CARDOSO – CCERC

O centro cultural e de exposições Ruth Cardoso – CCERC foi inaugurado em 1996, possui uma área total de 48.000 m<sup>2</sup> e, devido a sua modularidade, atende às mais diversas necessidades de congressos, feiras, apresentações artísticas e culturais e exposições. Sua gestão é feita atualmente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR, e possui uma equipe própria de 03 pessoas e 50 terceirizados.

Foram realizadas reuniões entre a Alagoas Ativos, FGV e Superintendência do CCERC para coleta de informações, bem como visita técnica ao local para verificação pelos técnicos da FGV da estrutura e potencial do ativo, para subsidiar posterior relatório elaborado. Nesta visita foi constatado o bom estado de conservação e estrutura com salas e ambientes para diversos tipos de eventos.

A partir dos estudos realizados e pelo que se observa em outros estados da Federação onde essa estrutura é operada pelo ente público, os resultados financeiros geralmente não são satisfatórios, em virtude da grande quantidade de gratuidades concedidas, bem como a não utilização de todo potencial que um Centro de Convenções pode oferecer.

Visando dar mais dinamismo ao espaço, através da intensificação de eventos genéricos, além da locação do espaço e estacionamento, únicas fontes do CCERC atualmente, foi elaborado relatório aprofundado com as alternativas, envolvendo os aspectos jurídicos e de mercado, indicando a concessão sem outorga inicial do Centro de Convenções e Exposições Ruth Cardoso – CCERC como a melhor alternativa para o Governo do Estado de Alagoas, deixando sua operação sob responsabilidade do privado.

Até o final de 2019 o projeto não evoluiu, ficando apenas nos estudos preliminares.

#### 4.2.2 AVALIAÇÃO DO ABATEDOURO DE VIÇOSA

Com o objetivo de ofertar a população carne inspecionada e fortalecer a cadeia produtiva da pecuária de corte de Alagoas, o Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI lançou o programa de regionalização de abatedouros. Ele consiste na readequação e construção de novas unidades, a fim de que o rebanho do Estado seja abatido conforme à legislação sanitária e ambiental vigente.

Em virtude de funcionarem em condições sanitárias e estruturas físicas inadequadas, representando um grande risco à saúde pública, ocasionando a exposição da população a às zoonoses como tuberculose, brucelose e toxoplasmose, vários municípios estão sofrendo com o fechamento dos matadouros, acarretando em desemprego, retorno do abate clandestino, escassez de produto nas feiras livres e aumento de preço dos produtos.

Nesse contexto, o Abatedouro de Viçosa está em construção e é objeto do Programa de Regionalização do Estado. Possui estrutura moderna, com 2.341 m<sup>2</sup> de área construída, composta por currais, área destinada à administração, caldeiras, vestiários, subestação de energia, blocos de abate, necropsia, pocilga, lagoas tratamento e depósito para cascos e chifres e possui capacidade de produção projetada de 140 animais/dia, com possibilidade de expansão.

Após período de coleta de dados sobre este ativo e análise das possibilidades de um melhor aproveitamento do mesmo com eficiência, o estudo preliminar foi concluído em agosto de 2018, com a recomendação de concessão de uso da planta, sem outorga inicial com percentual da receita bruta como contrapartida do operador privado ao Estado, incluindo metas de desempenho e investimentos.

Em 2019, o projeto foi aprovado após apresentação e avaliações pelo Conselho Gestor de PPP do Estado. Após a aprovação, o projeto de Lei de Concessão foi encaminhado à Assembleia Legislativa para deliberação e aprovação, o que ocorreu ainda em 2019.

Após sanção da lei pelo Governador do Estado, a SEAGRI poderá dar andamento ao procedimento, com a realização de Consulta e Audiências Públicas e desenvolvimento do edital para seleção do concessionário adequado para receber a delegação do projeto.

#### 4.2.3 AVALIAÇÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE ALAGOAS - CEASA

A Central de Abastecimento de Alagoas - CEASA/AL é administrada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas - IDERAL, autarquia estadual criada pela Lei nº 6.194/00, e vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Pesca - SEAP.

A empresa é gerida com uma combinação de recursos oriundos de receitas próprias e dotação pública. O IDERAL tem como objetivo dar suporte à SEAP na implementação de sua agenda de promoção da agricultura, pesca e abastecimento a partir da prestação de serviços de distribuição, classificação e armazenagem.

Na distribuição, o IDERAL atua tanto no nível estadual quanto no nacional como um canal de comercialização de seus produtores, viabilizando toda a cadeia de distribuição agroalimentar. Nesta função, a CEASA/AL desempenha papel fundamental de controle e a fiscalização do fluxo, da qualidade e das condições higiênicas e sanitárias das mercadorias.

Após estudos preliminares, os dados levantados demonstraram que, apesar da evolução na receita durante o período analisado, parte desta receita é custeada pelos aportes realizados pela SEFAZ/AL e por conta disso a CEASA/AL fica extremamente dependente deste repasse, o que reflete na grande variação entre lucros/prejuízos.

O estudo, então, recomendou o modelo de Concessão de Uso de Bem público com a Exploração, Operação e Manutenção, de forma que o Estado poderá exigir mais investimento de modernização das atividades do aparelho estatal, uma vez que ele possui instrumentos legais de controle e fiscalização do concessionário, acarretando a desoneração do ente federativo da prestação do serviço público.

Até o final de 2019 o projeto não evoluiu, ficando apenas nos estudos preliminares.

#### 4.2.4 FORMATAÇÃO DO FUNDO IMOBILIÁRIO DE ALAGOAS

Com o intuito de melhorar a eficiência da gestão de patrimônio do Estado de Alagoas, reduzindo gastos e aumentando sua rentabilidade, a Alagoas Ativos, como empresa pública gestora dos ativos do Estado, iniciou em 2018 estudos sobre a formatação, constituição e gestão de Fundos Imobiliários.

Após visitas técnicas realizadas em 2018 à SP Parcerias e Companhia Paulista de Parcerias - CPP, em São Paulo, e à MGI, em Minas Gerais, com a finalidade de reunir informações e dados sobre o procedimento de formatação e constituição desses fundos, a Alagoas Ativos, em conjunto com a FGV, que lhe presta consultoria, passou a realizar os estudos iniciais sobre a constituição, integralização e gestão do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Em 2019, a empresa realizou o primeiro estudo sobre a adequação e gestão de ativos, em que fez uma análise sobre as possibilidades de gestão dos ativos imobiliários de acordo com sua situação de afetação ou desafetação e apontou os requisitos e procedimentos preliminares para a constituição do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Também em 2019, a Alagoas Ativos, em conjunto com órgãos do Estado, realizou levantamento dos ativos imobiliários do Estado e avaliação de seu valor de mercado, além de um

estudo econômico-financeiro preliminar, a partir dos dados apresentados, que deverá continuar em 2020.

Com essas informações, a Alagoas Ativos pode iniciar o planejamento da formatação e constituição do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas, que terá maior foco em 2020.

#### 4.3 MONITORAMENTO DE METAS E JUSTIFICATIVAS PARA O RESULTADO

Objetivos Estratégicos	Indicadores Estratégicos	Meta Estratégica	Ações Estratégicas da Unidade	Status			Progresso da Meta
				Concluído	Em andamento		
					Iniciado	Não Iniciado	
Realizar a modelagem de concessões e PPPs	100% da modelagem da concessão pronta e entregue	Realizar a modelagem para a concessão do Centro de Convenções para fins de decisão da Secretaria Responsável até nov/2018	Entregar modelagens dos projetos para a Secretaria Responsável até dez/2019		X		
Viabilizar garantias para as PPPs em curso no Estado	100% dos valores de garantia aceitos pela instituição que financia o consórcio	Viabilizar garantia hábil para a PPP de saneamento do consórcio SANAMA até set/2018	Criação do Fundo Alagoano de Parcerias - FAP	X			100%
Mapear os processos principais e operacionais da Alagoas Ativos adequando a ISO 9001:2015	100% dos processos mapeados e descritos	Mapear todos os processos principais e operacionais até agosto/2018	Elaborar mapa de perfil da empresa	X			100%
			Elaborar mapa dos processos	X			100%
			Descrever os processos principais e de apoio		X		50%
Capacitar tecnicamente a equipe	100% dos colaboradores capacitados	Viabilizar 2 cursos técnicos para cada colaborador até dezembro de 2018.	Elaborar plano de treinamento individual e por equipe para todos os colaboradores.	X			100%
Repor o capital social	100% do previsto em relação ao realizado	Reduzir 10% do gasto do orçamento até dezembro de 2018	Elaborar planilha de planejamento financeiro	X			100%
	100% do orçamento reestruturado de 2019, com	Reestruturar 80% das contas orçamentárias para 2019, até	Elaborar a planilha orçamentária de 2019.	X			100%

	base no orçamento de 2018.	dezembro de 2018				
--	----------------------------------	---------------------	--	--	--	--

*Quadro 5 - Monitoramento de Metas*

Em 2019 a Alagoas Ativos ainda se encontrava em um momento de estruturação interna, com alterações em sua equipe e nas estratégias de atuação, porém sem perder o foco nas atividades essenciais para o alcance de seus objetivos institucionais.

Na Perspectiva Aprendizado e Conhecimento, a empresa conseguiu cumprir seus objetivos estratégicos e todas as metas definidas, uma vez que criou um plano de capacitação para sua equipe e capacitou os colaboradores e diretores em suas atividades principais.

Na Perspectiva Processo Internos, a empresa cumpriu 50% das metas definidas, tendo conseguido mapear e padronizar boa parte de seus processos internos e também documentações essenciais para o andamento diário de suas atividades, conseguido, até o final de 2019, mapear alguns dos processos finalísticos, referentes ao Fundo Garantidor de Parcerias – FAP.

Na perspectiva Clientes, a Alagoas Ativos deu passos importantes, tendo realizados estudos preliminares referentes aos projetos do CEASA e do Fundo de Investimentos Imobiliários, além de ter criado formalmente o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP e de avançado em muito no projeto referente ao Matadouro de Viçosa, com a finalização dos estudos e da modelagem, tendo inclusive apresentado projeto de lei de concessão à Assembleia Legislativa de Alagoas.

Por fim, na Perspectiva Financeira, apesar de a empresa ainda não possuir fluxo de receitas, já consegue vislumbrar ganhos, com a criação e funcionamento do FAP, que gerará receitas provenientes da administração do Fundo e da outorga das garantias.

## 5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

### 5.1 ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA UNIDADE

Os dois objetivos principais da empresa, que possuem relação direta com a sua missão institucional de “Garantir a qualidade da prestação dos serviços públicos em parceria com a iniciativa privada, atraindo investimentos para o Estado e fomentando um ambiente de negócios seguro e competitivo para o mercado” e com seus objetivos institucionais são a estruturação do fluxo padrão de concessões e PPPs do Estado de Alagoas, de forma a realizar modelagens desses projetos, e a criação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, de forma a viabilizar garantias para as PPPs em curso no Estado. Todos os outros objetivos definidos em seu planejamento estratégico são de apoio para esses dois objetivos principais.

Para alcançar ambos os objetivos, a empresa definiu estratégias, que envolvem tanto o ambiente interno, quanto partes relacionadas do ambiente externo. Dessa forma, uma das estratégias internas adotadas foi a capacitação técnica de sua equipe, tendo em vista não haver pessoal capacitado para se envolver com as atividades-fim da empresa.

Ainda como estratégia para alcançar seus objetivos principais, a empresa contratou consultoria externa da Fundação Getúlio Vargas – FGV para realização dos estudos e das modelagens dos projetos prioritários definidos pelo Governo.

No âmbito interno, a empresa manteve o contrato da consultoria de implantação de programa de qualidade, que foi responsável pelo planejamento estratégico da empresa, mapeamento e padronização de processos internos e principais.

Assim, a partir dessas estratégias implantadas, a empresa concretizou o objetivo estratégico de criação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, que já iniciou seu funcionamento e está preparado para receber solicitações de garantias, e, no que se refere ao objetivo estratégico de realizar modelagens de projetos de concessões e PPPs, a empresa avançou significativamente no projeto do matadouro de Viçosa e entregou os estudos preliminares referentes ao CEASA e ao Centro de Convenções, dependendo agora da decisão das secretarias interessadas para dar o devido andamento.

### 5.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Em razão de sua natureza e como resultado de sua gestão, a empresa não sofreu nenhuma restrição ou aplicação de multas em decorrência de fiscalização de suas atividades, nem possui informações sobre precatórios. Nesse mesmo sentido, a empresa não é responsável ou gestora de fundos ou programas e não auferiu ou renunciou receitas, razão pela qual não há informações pertinentes a esse tema,

No que se refere a demandas judiciais e administrativas, a empresa não foi demandada, nem demandou em juízo ou na seara administrativa e, por esse motivo, não possui informações sobre indenizações a clientes em quaisquer das duas esferas. Por fim, também não realizou ou foi objeto de depósitos judiciais ou extrajudiciais.

### 5.2.1. ORÇAMENTO 2019

Em 19 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da Alagoas Ativos S.A., aprovou o orçamento para o exercício de 2019, o qual perfaz o total de R\$ 6.167.864,76 (seis milhões, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos).

### 5.2.2. ORÇAMENTÁRIO POR CATEGORIA DE DESPESA

O orçamento da Alagoas Ativos S.A foi dividido por categoria de despesa, a fim de demonstrar com precisão a aplicação dos recursos e seus percentuais. Em 2019 foi orçado R\$ 6.167.864,76 dividido em R\$ 1.463.410,80 para a categoria de pessoal, R\$ 4.504.453,96 para custeio e R\$ 200.000,00 de capital, o equivalente a 24%, 73% e 3% do total orçado, respectivamente.

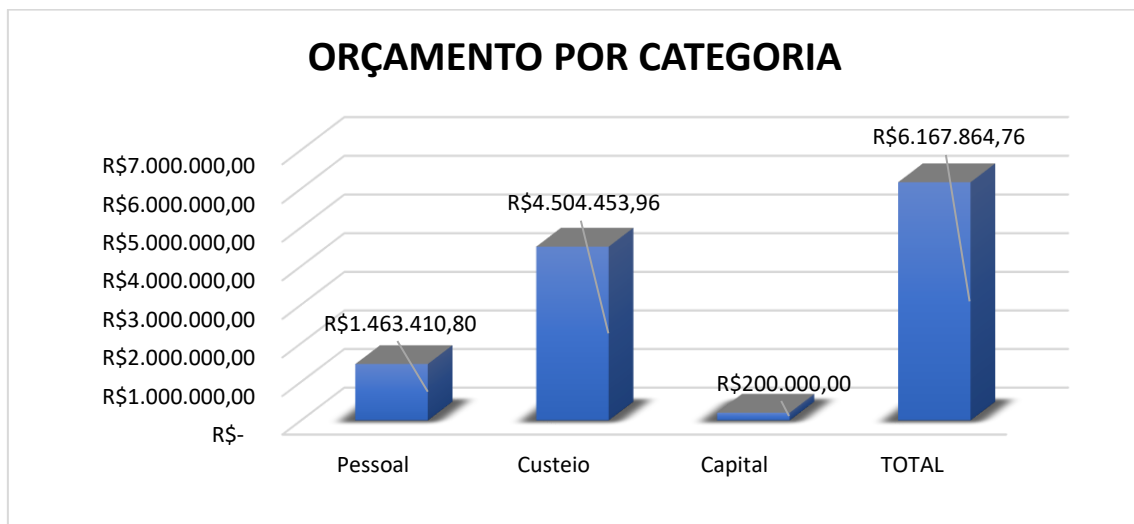


Gráfico 1 - Orçamento por categoria

- **PESSOAL:** compreende as verbas, encargos sociais que incidem sobre a folha de pagamento e inclui as remunerações dos Jetons.
- **CUSTEIO:** recursos aplicados nas despesas com contratos de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, diárias, passagens e toda manutenção da administração.
- **CAPITAL:** conhecido com investimento, são recursos aplicados no patrimônio, tais como obras, construções, instalações e aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

### 5.2.3. PESSOAL

No exercício de 2019, foi orçado R\$ 1.463.410,80 para pessoal, dos quais foram executados R\$ 1.143.417,86, valor esse que equivale a 78% do orçado. Nas categorias salários foram executados 98,6%, encargos 49,6% e conselhos 68,8% do orçado no exercício, conforme demonstrado abaixo.



Pessoal	Orçado	Executado
Salários	R\$ 717.120,00	R\$ 707.112,73
Encargos	R\$ 400.690,80	R\$ 198.705,13
Conselhos	R\$ 345.600,00	R\$ 237.600,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.463.410,80</b>	<b>R\$ 1.143.417,86</b>

Tabela 1 - Pessoal

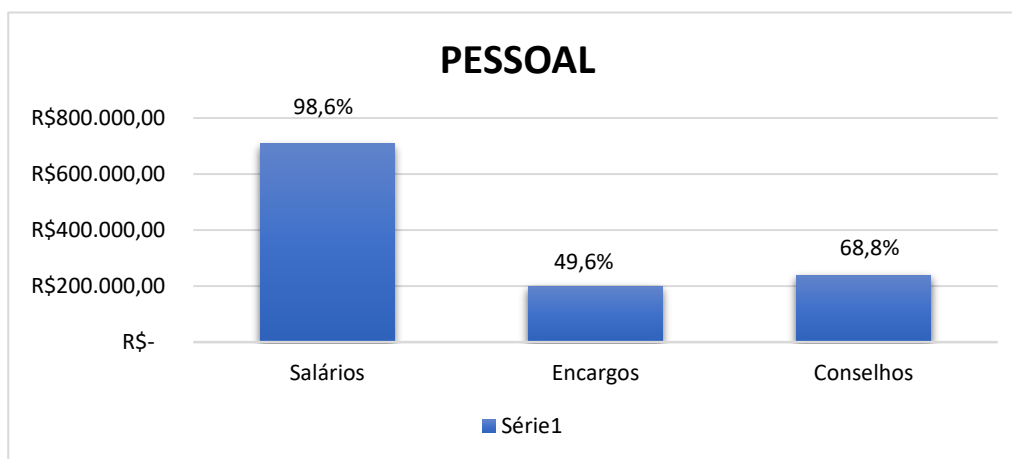


Gráfico 2 - Pessoal

#### 5.2.4. CUSTEIO

No exercício de 2019, foi orçado R\$ 4.504.453,96 para custeio e executado R\$ 2.337.801,28, o equivalente a 52% do orçado, conforme demonstrado a abaixo.

O valor mais relevante no quadro abaixo, refere-se a despesa com Fundação Getúlio Vargas – FGV, que nos assessoria na adequação da gestão de Ativos do Estado de Alagoas.

Custeio	Orçado	Executado
Terceirizados	R\$ 192.000,00	155.537,15
Aluguel	R\$ 108.000,00	104.335,06
Locação de Bens	R\$ 126.684,00	37.344,35
Combustível	R\$ 16.800,00	13.591,65
Assist. Técnica em TI	R\$ 5.220,00	5.114,88
Energia	R\$ 21.600,00	6.992,65
Diárias	R\$ 110.000,00	47.000,00
Passagens e Hospedagens	R\$ 260.000,00	110.905,95
Capacitação	R\$ 100.000,00	99.737,00
Consultoria	R\$ 3.375.999,96	1.644.000,00
Manutenção do órgão	R\$ 188.150,00	113.242,59
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 4.504.453,96</b>	<b>2.337.801,28</b>

Tabela 2 - Custeio

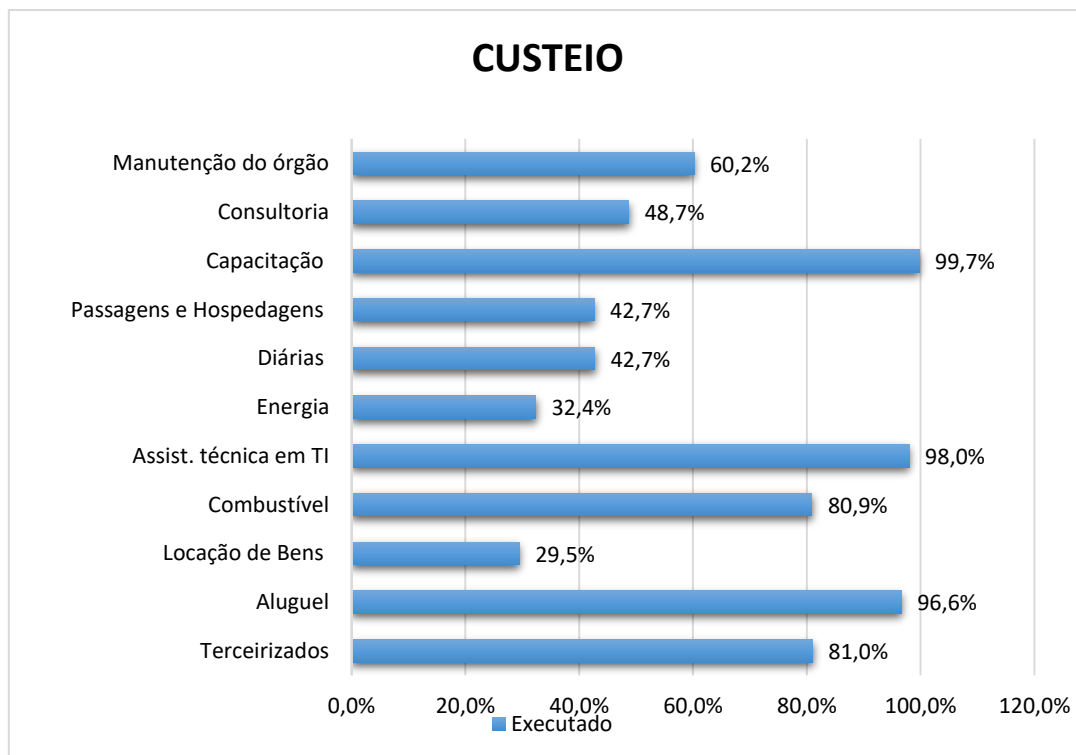


Gráfico 3 - Custeio

### 5.2.5. CAPITAL

Foi orçado R\$ 200.000,00 para capital e executado R\$ 8.195,96, o equivalente a 4% do orçado, conforme demonstrado abaixo.

O gasto com capital, teve uma queda significativa comparado ao ano de 2018, este, por sua vez, foi um ano de início das operações com aquisições de bens para a nova sede. Todavia, no exercício de 2019, adquirimos apenas computadores para completar os bens utilizados nas atividades da companhia.

Capital	Orçado	Executado
<b>Bens</b>	100.000	8.195,96
<b>Serviços</b>	100.000	-
<b>TOTAL</b>	200.000	8.195,96

Tabela 3 - Capital

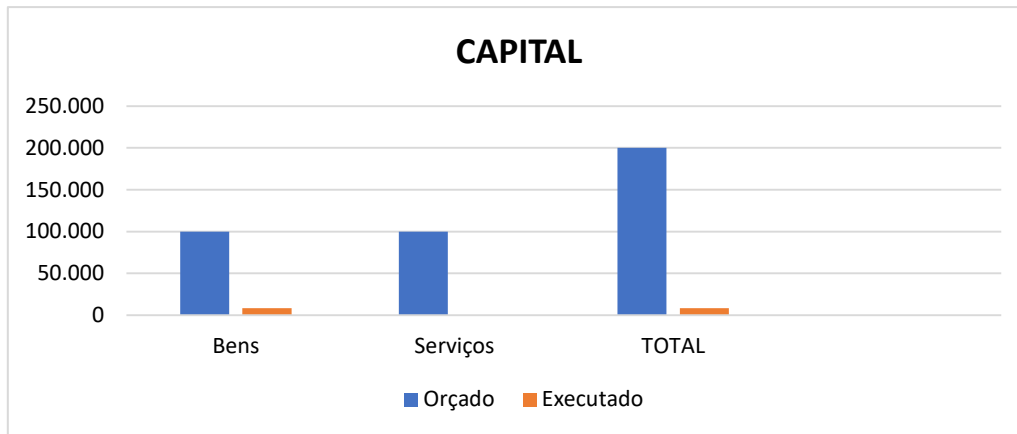


Gráfico 4 - Capital

### 5.2.6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os recursos da Alagoas Ativos S.A são aplicados em duas contas de investimentos no Banco do Brasil, Aplicação Público Supremo e Aplicação Público Absoluto.

Abaixo demonstraremos um gráfico para acompanhar a evolução dos rendimentos mensais, porém em maio e novembro houve uma queda, devido ao chamado “come-cotas”, este refere-se à antecipação da alíquota do Imposto de Renda, que incide sobre a rentabilidade das aplicações via fundos de investimentos.

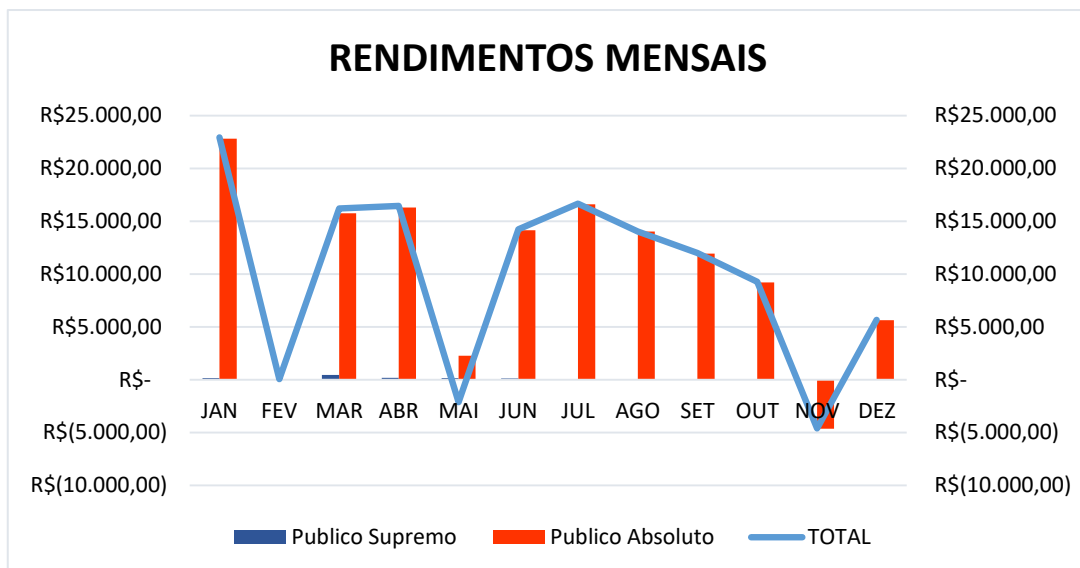


Gráfico 5 - Rendimentos Mensais

Abaixo, podemos demonstrar a evolução do total da disponibilidade financeira, mensalmente.

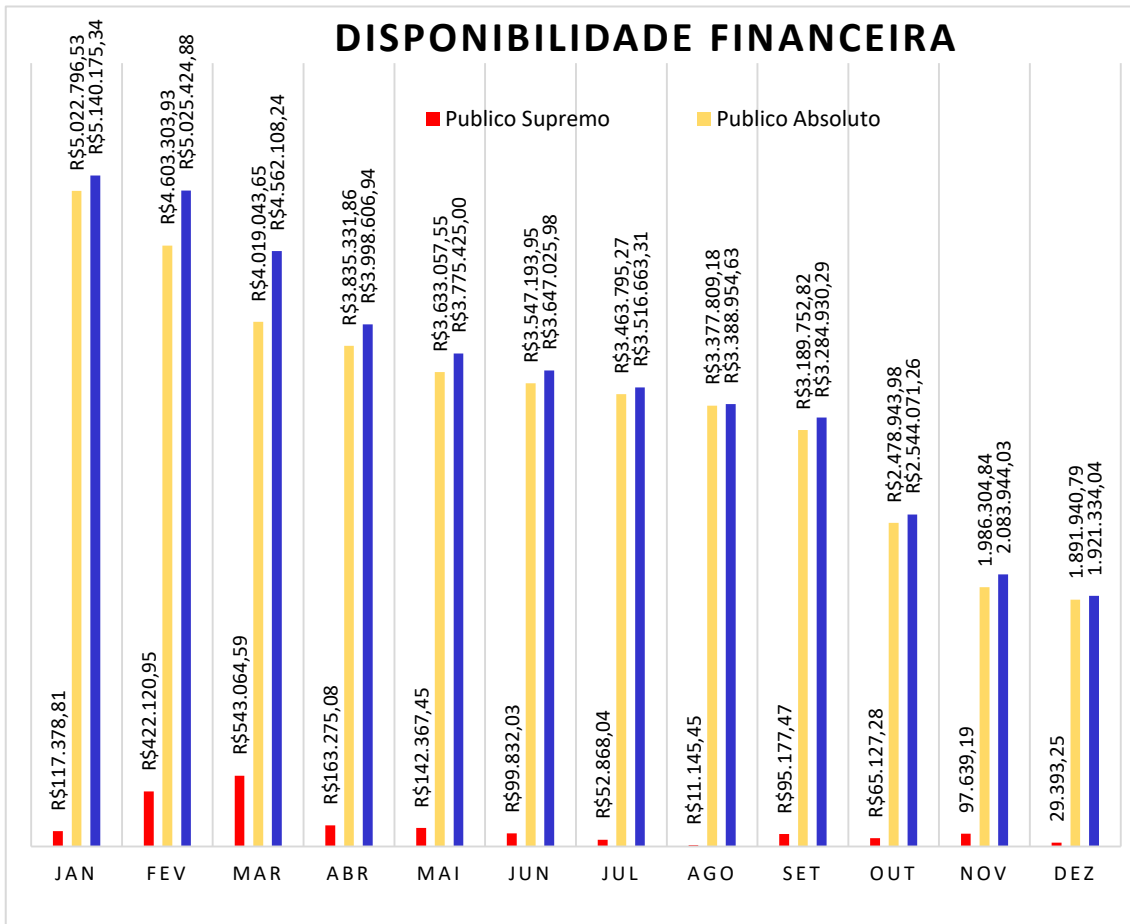


Gráfico 6 - Disponibilidade Financeira

Em suma, a Alagoas Ativos ainda funciona com seu capital próprios, no entanto em 2020 estamos na iminência de receber recursos oriundos da administração do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

### 5.3 GESTÃO DE PESSOAS

ANEXO II - QUADRO GERAL DA LOTAÇÃO DE VAGAS E FORÇA DE TRABALHO		
Lotação	Cargo	Qtde de Vagas
Diretoria-Geral	Diretor Presidente	1
	Diretor Executivo	1
	Diretor Financeiro	1
	Assessor Jurídico	1
	Assessor da Diretoria	1
	Assessor de Comunicação	1
	Secretaria Executiva	1
Assessoria de Compliance e Auditoria Interna	Assessor de Compliance e Auditoria Interna	1
Diretoria Executiva	Gerente Administrativo	1
Diretoria Financeira	Gerente Financeiro	1
	Gerente de Contabilidade	1
<b>TOTAL DE VAGAS</b>		
<b>Total de Cargos Comissionados</b>		
Ocupados		11
Cargos vagos		2

Quadro 6 - Quadro geral de lotação de vagas

Conforme se depreende pelo Quadro 6, a Alagoas Ativos possuiu em 2019 um quadro funcional reduzido, com apenas onze cargos, incluindo a Diretoria Geral, onde apenas um dos cargos estava vago.

O regime de trabalho é celetista, enquanto a forma de remuneração dos administradores e membros dos colegiados é definida em Assembleia Geral, que o fará anualmente, conforme dispõe o art. 11, do Estatuto Social da Alagoas Ativos, sendo modificada somente pela própria Assembleia:

Art. 11. A Assembleia Geral fixará o montante anual global ou individual de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, incluindo verbas salariais, remuneração variável, benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em vista as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

A empresa ainda não possui política em relação à participação de empregados e administradores nos resultados da entidade, assim como não possui política de participação acionária dos membros de colegiados da entidade.

#### 5.4 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Quanto ao desempenho administrativo referente ao exercício do ano de 2019, da Alagoas Ativos manteve a maioria de seus contratos, através de aditivos, tendo, no entanto, realizado procedimento de licitação para renovação dos principais fornecedores da empresa. A escolha de realizar aditivos nos contratos se deu pela economicidade do procedimento, tendo em vista que não seria possível manter um fornecedor qualificado, sem efetuar os gastos referentes a um novo procedimento de contratação.

A Alagoas Ativos não possui muitos contratos, por ser uma empresa ainda de funcionamento enxuto, e, em 2019, realizou 15 (quinze) aditivos, dois termos de apostilamento, cinco novas contratações por dispensa e uma contratação por meio de licitação na modalidade pregão.

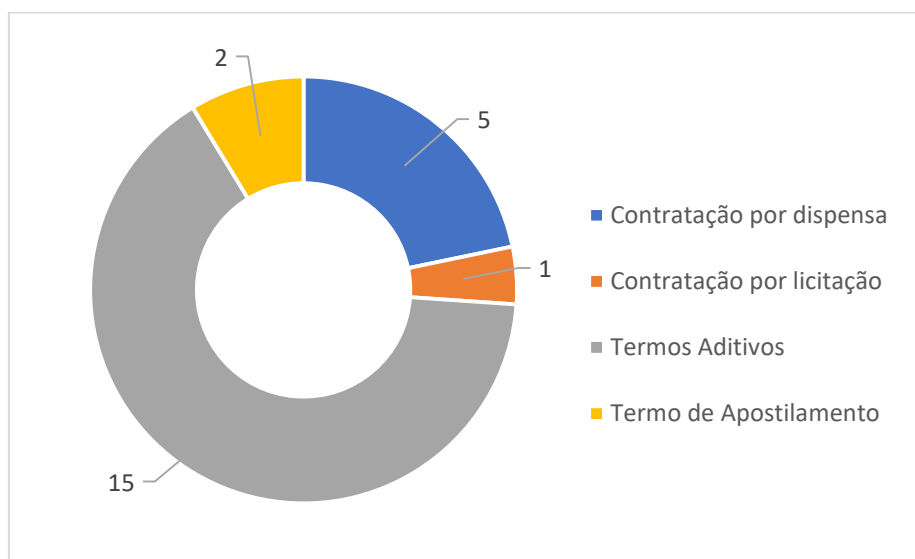


Gráfico 7 – Contratos de 2020

A seguir estão relacionadas as novas contratações, realizadas por meio de dispensa de licitação e por pregão presencial, em razão do valor e da empresa contratada.

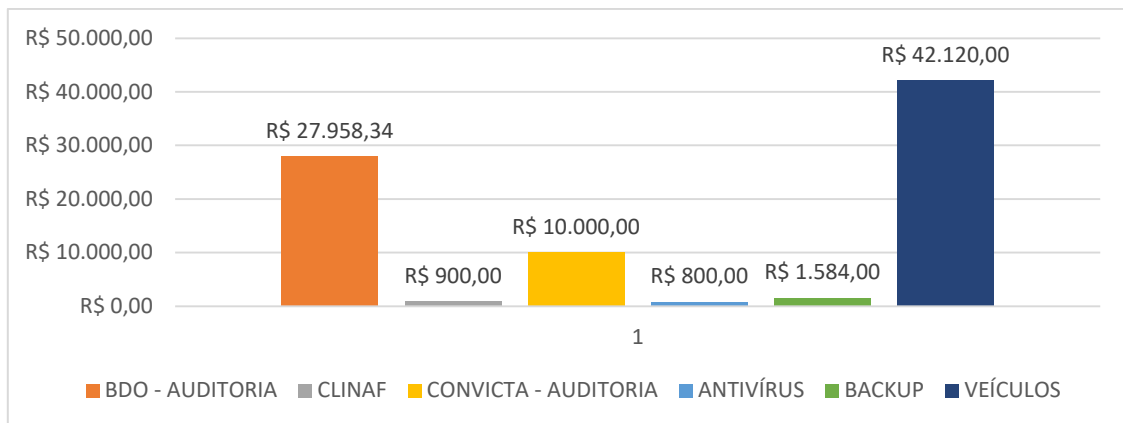


Gráfico 8 – Novas Contratações

#### 5.4.1. DETALHAMENTO DOS CONTRATOS

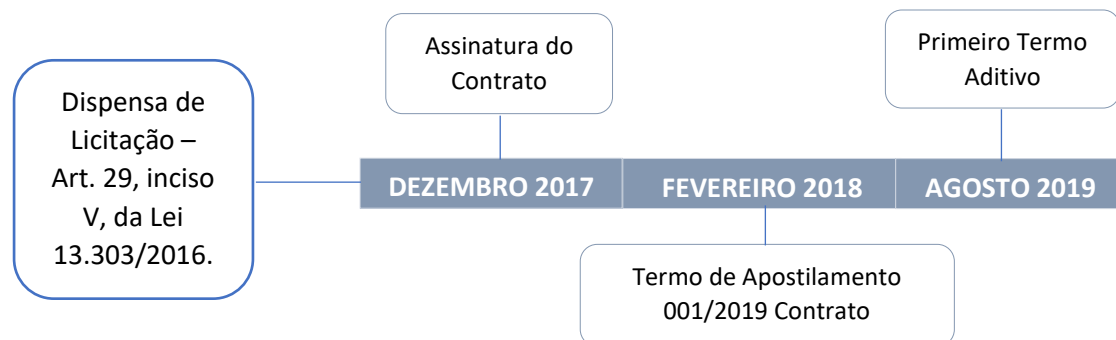
O relatório dedica-se, ainda, à exposição de nossa estratégia e modelo de gestão, incluindo as práticas de desempenho no tocante a execução dos contratos firmados pela Alagoas Ativos.

##### A. TERMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO N° 001/2017 – DELMAN EMPRESARIAL

Em 20 dezembro de 2017, a Alagoas Ativos S.A firmou o Contrato de Locação 001/2017, com início de vigência a partir de 03/01/2018, cujo objeto é a locação das salas 606, 607, 608 e 609, localizadas no Edif. Delman Empresarial, no valor mensal de R\$9.000,00 (nove mil reais), com prazo final de vigência até 03/01/2023.

A primeira modificação no referido contrato se deu em 11 de fevereiro de 2019, com a realização do Primeiro Termo de Apostilamento 001/2019, que teve por objeto o reajuste da Cláusula Terceira – do aluguel, alterando o valor mensal do Contrato de R\$9.000,00 (nove mil reais) para R\$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

Já em 13/08/2019 realizou-se o Primeiro Termo Aditivo a alteração do objeto e valor do Contrato, excluindo da Cláusula Primeira – do objeto a locação da sala 606, com sua consequente devolução ao Contratado, reduzindo o valor do Contrato de R\$9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) para R\$7.470,62 (sete mil, quatrocentos e setenta reais e sessenta e dois centavos).



## B. TERMO DE CONTRATO Nº 003/2017 – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

A Alagoas Ativos S.A. celebrou em 12 dezembro de 2017 o Contrato 003/2017, junto a Fundação Getúlio Vargas cujo objeto é a prestação de serviços de assessoria para adequação de empresa pública de gestão de ativos aos novos postulados da Lei 13.303, de 2016, com vigência inicial de 12 (doze) meses, a partir de 03/01/2018, data da publicação de seu extrato no Diário Oficial.

Na data de 08/08/2018 foi realizado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato, que teve por fundamento a alteração da Cláusula Primeira – do objeto, Cláusula Segunda – da alteração do escopo de serviços e Cláusula Terceira – do preço e condições de pagamento, prorrogando a vigência do Contrato por mais 6 (seis) meses, a partir de 03/01/2019 até 02 de julho de 2019.

Em 07/12/2018 realizou-se o Segundo Termo Aditivo ao contrato em questão, que teve por objeto proceder com ajustes no escopo dos serviços, no prazo e no preço dos produtos do Contrato de Prestação de Serviços, bem como prorrogação do prazo de execução para 24 (vinte e quatro meses) contados a partir da data de início de vigência do Contrato, em 03/01/2018.

Em 11 de dezembro de 2019 realizou-se o Terceiro Termo Aditivo, cuja publicação no Diário Oficial ocorreu em 09/01/2020 ao contrato de prestação de serviços, que teve por objeto proceder com ajustes no escopo dos serviços, no prazo e no preço dos produtos do Contrato de Prestação de Serviços, bem como prorrogação do prazo de execução para 30 (trinta) meses contados a partir da data de início de vigência do Contrato.



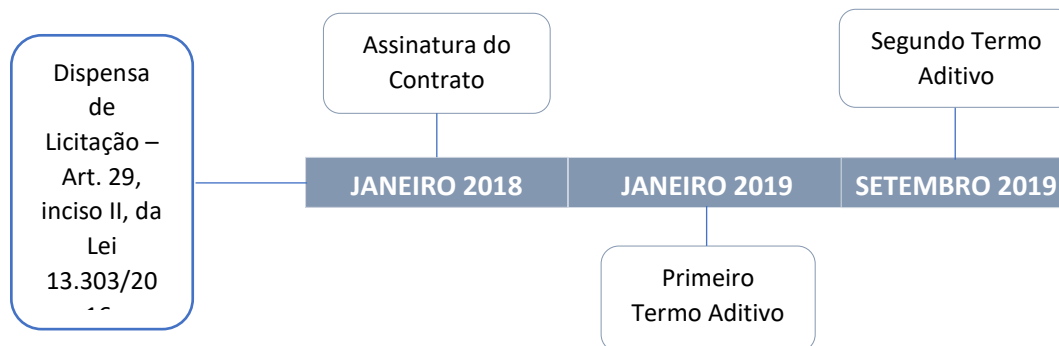
## C. TERMO DE CONTRATO Nº 002/2018 – LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS

Em 05 de janeiro de 2018 foi celebrado entre esta Alagoas Ativos S.A e empresa Meyer Comércio e Serviços Ltda o contrato cujo objeto é a prestação de serviços de solução outsourcing, incluso a manutenção preventiva e corretiva das impressoras, bem como o fornecimento de peças e suprimentos necessários, no valor mensal de R\$1.100,00 (mil e cem reais).

Na data de 16 de janeiro de 2019 foi realizado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 002/2018, cujo objeto foi a prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do extrato do termo aditivo publicado no Diário Oficial do Estado, em 18/01/2019.

Em 04 de setembro de 2019, tendo em vista a recomendação constante do Memorando Circular DP nº 001/2019, de 08 de maio de 2019, de adoção de medidas internas para redução dos custos da empresa em pelo menos 30% (trinta por cento) e otimização de recursos foi realizado o

Segundo Termo Aditivo ao Contrato 002/2018, que teve como objeto a modificação quantitativa da Cláusula Primeira – do objeto, excluindo do objeto o item 2 (impressora multifuncional monocromática), reduzindo do valor mensal do contrato a quantia de R\$300,00 (trezentos reais), bem como a alteração da Cláusula Terceira - do preço, alterando o valor mensal de R\$1.100,00 (mil e cem reais) para R\$800,00 (oitocentos reais), que corresponde a locação do item 1 – impressora multifuncional colorida, surtindo seus efeitos a partir da publicação do extrato no Diário Oficial de Alagoas, em 12/09/2019.

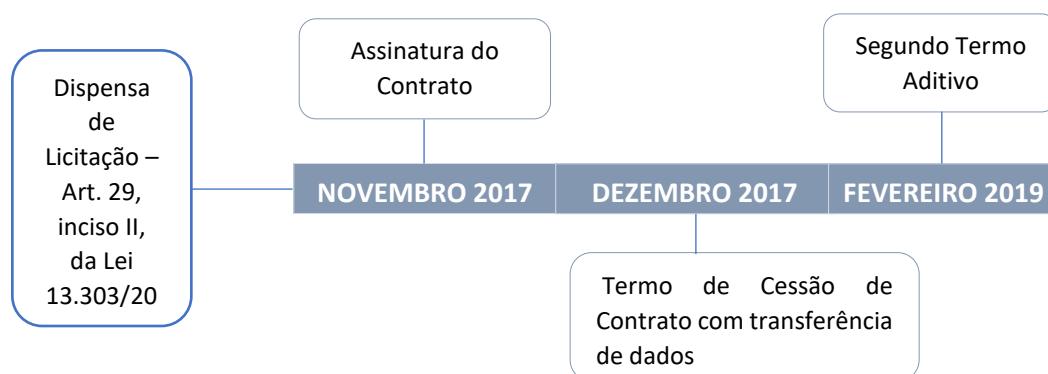


#### D. TERMO DE CONTRATO Nº 007/2018 – SISTEMA CONTÁBIL

Em 14/11/2017 foi celebrado Contrato de Locação de Licença de Uso de Software junto à TSL – Tecnologia em Sistemas de Legislação Ltda, cujo objeto é a locação de uso de sistema de domínio empresarial, composto pelos módulos de contabilidade, escrita fiscal, atualizar, patrimônio, lalur, folha de pagamento, processos, auditoria e domínio atendimento, na forma multi-usuário, no valor mensal de R\$810,00 (oitocentos e dez reais), com vigência de doze meses, com início a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado, em 02/03/2018.

Em 18/12/2017 foi ajustado o Termo de Cessão de Contrato com Transferência de Banco de Dados, que teve por objeto a alteração da razão social de TSL – Tecnologia em Sistemas de Legislação Ltda para THOMSON REUTERS BRASIL CONTÚDO E TECNOLOGIA LTDA, bem como pelo presente termo cede a Alagoas Ativos S.A o uso de softwares contratados e autoriza a transferência do banco de dados com as informações de seus clientes para o Contratante, sem quaisquer reservas de direito, com a interveniência e anuência da Contratada.

Em 28 de fevereiro de 2019 foi realizado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 007/2018, que teve por objeto promover a prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses, bem como o reajuste de 6,74% (seis vírgula setenta e quatro por cento), modificando o valor mensal do contrato de R\$810,00 (oitocentos e dez reais) para R\$ 876,69 (oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e nove centavos), tendo sua vigência iniciada a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado de Alagoas, em 01/03/2019.

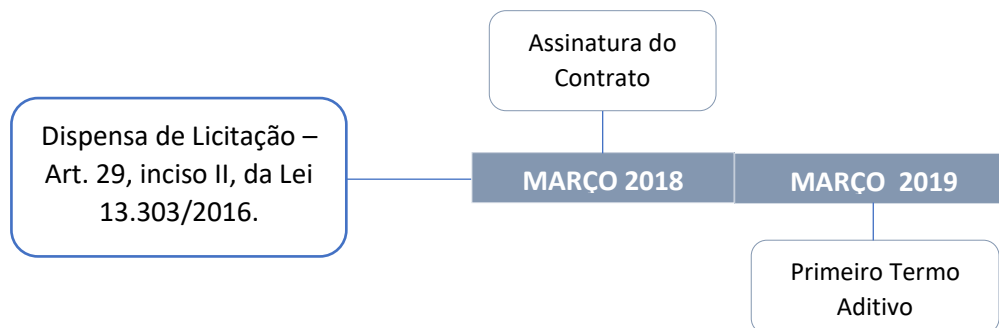




#### E. TERMO DE CONTRATO Nº 011/2018 – APERTI – FAM SUPORTE

Em 26 de março de 2018 a Alagoas Ativos S.A celebrou contrato de prestação de serviços técnicos especializados em execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos computadores, servidores, firewall, cabeamento estruturado e rede de dados, incluindo o serviço de atualização de sistema operacional, instalação de antivírus e backup de dados, junto a empresa FAM Suporte Técnico em Informática Ltda.

O início da vigência do contrato iniciou com a publicação do extrato no Diário Oficial do Estado, em 28/03/2018. O valor inicial da contratação era de R\$435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais). Em 22 de março de 2019 foi realizado no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 011/2018, que teve por objeto a prorrogação do contrato inicial por mais doze meses e reajuste do valor mensal para R\$467,84 (quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), corrigido pelo IGPM do ano anterior, vigente a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado, em 27/03/2019.



#### F. TERMO DE CONTRATO Nº 012/2018 – OI MÓVEL S.A

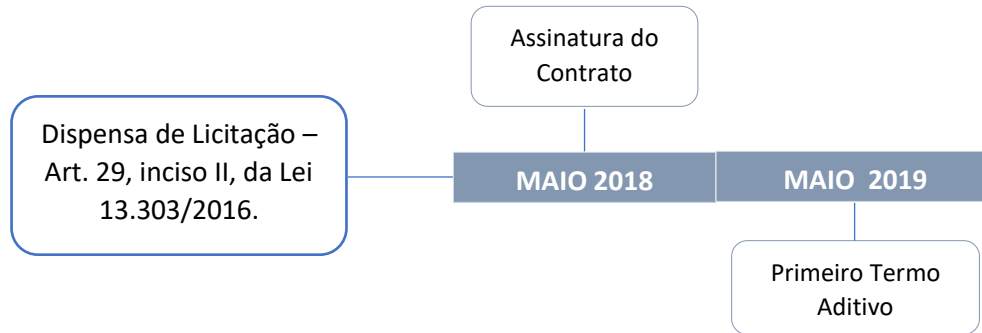
No dia 10 de maio de 2018 foi celebrado junto a Alagoas Ativos S.A e empresa OI Móvel S.A o Termo de Contrato 012/2018 cujo objeto é a disponibilização dos serviços de telefonia móvel 3G/4G, sendo 03 (três) linhas telefônicas com 10GB de internet e 05 (cinco) linhas com 3GB de internet, incluso plano de voz ilimitado para fixo e móvel de todo o Brasil.

O valor total da contratação é de R\$6.084,00 (seis mil e oitenta e quatro reais), pagos mensalmente na parcela de R\$507,00 (quinhentos e sete reais), pelo período 12 (doze) meses, prazo de vigência do contrato, iniciado a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado, em 25/05/2018.

Em 23 de maio de 2019, tendo em vista a recomendação constante do Memorando Circular DP nº 001/2019, de 08 de maio de 2019, de adoção de medidas internas para redução dos custos da empresa em pelo menos 30% (trinta por cento) e otimização de recursos foi realizado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 012/2018, cujo objeto foi a alteração da Cláusula Primeira – do objeto, item 1.2. para reduzir quantitativamente o número de linhas telefônicas do serviço móvel de pessoal, reduzindo de 08 (oito) para 04 (quatro) linhas, ocasionando a redução do valor mensal para R\$216,00 (duzentos e dezesseis reais).

Na mesma ocasião, tendo em vista o cumprimento do interregno mínimo de 01 ano para o reajuste do contrato, o valor mensal das 04 (quatro) linhas remanescentes, passou para R\$235,98 (duzentos e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), sendo utilizando o índice de correção o IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas do período de abril de 2018 a abril de 2019 no percentual de 9,25023%.

O prazo de vigência e execução contratual ficou prorrogado por mais 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, contados a partir da data do término do prazo anteriormente acordado, em 25/05/2019.



### G. TERMO DE CONTRATO Nº 020/2018 – CONEXÃO LTDA

A Alagoas Ativos S.A, por meio do pregão presencial nº 001/2018 realizado no dia 05/07/2018, firmou junto a empresa CONEXÃO LTDA, o Termo de Contrato 020/2018 cujo objeto é a prestação de serviços de fornecimento de mão de obra terceirizada (copeira, motorista e assistente administrativo), pelo valor mensal de R\$14.280,86 (catorze mil, duzentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos). O prazo de vigência e execução do Contrato 020/2018 foi de doze meses, contados da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Estado, em 26/07/2018.

Em 23/05/2019 foi realizado o Termo de Apostilamento nº 002/2019 ao Contrato 020/2018, que teve por objeto a repactuação dos valores mensais do contrato, dos atuais R\$14.280,86 (catorze mil, duzentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos) para R\$15.289,13 (quinze mil, duzentos e oitenta e nove reais e treze centavos), com base na Convenção Coletiva de Trabalho 2019/2019 da categoria.

Já na data de 18/07/2019 foi realizado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 020/2018 que teve como objeto a prorrogação do prazo constante da Cláusula Segunda – vigência e execução do contrato, por mais 12 (doze) meses, contados a partir da data do término do prazo anteriormente acordado. Na em 04/09/2019 fora realizado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato 020/2018, tendo como objeto a modificação quantitativa do contrato, em especial a Cláusula Primeira – do objeto, item 1.2., para excluir do lote 01 o cargo de assistente administrativo.

Alterou também a Cláusula Terceira - do preço, item 3.1., que, com a exclusão do cargo de assistente administrativo do objeto do contrato o valor mensal da contratação passou para R\$7.530,13 (sete mil, quinhentos e trinta reais e treze centavos).

O extrato do respectivo aditivo foi publicado no Diário Oficial de 13 de setembro de 2019.



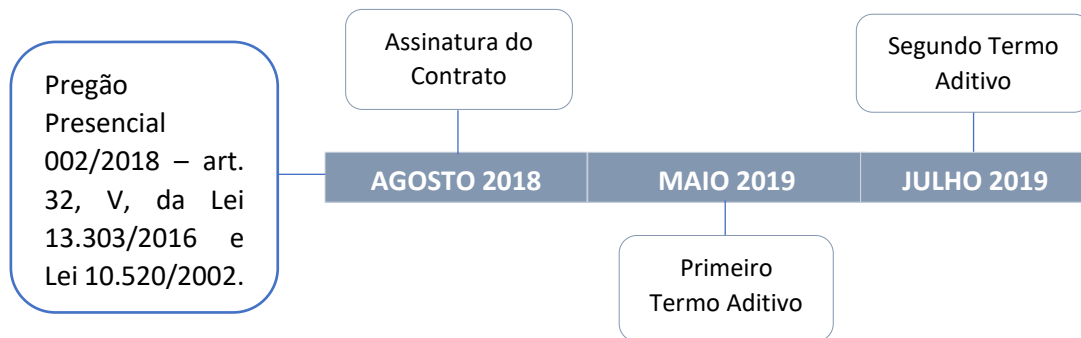
## H. TERMO DE CONTRATO Nº 021/2018 – G5 OPERADORA

A Alagoas Ativos S.A, por meio do pregão presencial nº 002/2018 realizado no dia 24 de julho de 2018, firmou junto a empresa G5 OPERADORA TURÍSTICA LTDA - EPP, o Termo de Contrato 021/2018 cujo objeto é a prestação de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo cotação, reserva emissão, remarcação e cancelamento de bilhete de passagens aéreas nacionais e internacionais, individuais e de grupos de excursão, assim como reserva de hotéis e transfers.

O valor global estimativo do contrato é de R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), por se tratar de contrato por demanda, e o prazo de vigência e execução do Contrato 021/2018 foi de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Estado, em 16/08/2018.

Já na data de 13 de maio de 2019 foi realizado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 021/2018 que teve como objeto a exclusão de reserva de hotéis e transfers do escopo do contrato.

Na data de 25 de julho de 2019 fora realizado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato 021/2018, tendo como objeto a prorrogação do prazo constante da Cláusula Segunda – vigência e execução do contrato, por mais 12 (doze) meses, contados a partir da data do término do prazo anteriormente acordado, bem como a substituição do Gestor do Contrato.

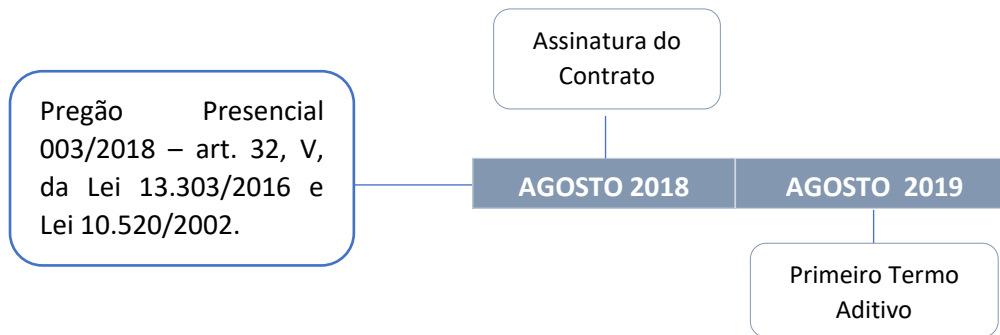


## I. TERMO DE CONTRATO Nº024/2018 – PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL

A Alagoas Ativos S.A, por meio do pregão presencial nº 003/2018 realizado no dia 13 de agosto de 2018, firmou junto a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, o Termo de Contrato 024/2018 cujo objeto é a prestação de serviços de gerenciamento e controle do abastecimento de combustíveis, por meio da implantação, operação, manutenção e administração de sistema informatizado e integrado via internet, de gestão de frota, com aquisição de combustível, com a disponibilização e instalação de dispositivo eletrônico identificador nos veículos e pontos de abastecimento que deverão ser credenciados na capital e interior do Estado de Alagoas.

O valor total do contrato é de R\$19.977,80 (dezenove mil, novecentos e setenta e sete reais e oitenta centavos), por se tratar de contrato por demanda, e o prazo de vigência e execução do Contrato 024/2018 foi de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Estado de Alagoas, em 24/08/2018.

Na data de 09 de agosto de 2019 fora realizado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 024/2018, tendo como objeto a prorrogação do prazo constante da Cláusula Segunda – vigência e execução do contrato, por mais doze meses, contados a partir da data do término do prazo anteriormente acordado, bem como a substituição do Gestor do Contrato.



#### J. TERMO DE CONTRATO 031/2018 – O AMIGÃO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

A Alagoas Ativos S.A através do Processo Administrativo 017/2017 iniciou procedimento para contratação de empresa especializada em fornecimento de água mineral (garrações de 20L).

Consagrou-se vencedora a empresa NORTSUL COMERCIAL LTDA – ME, firmando em 18 de junho de 2018 o Termo de Contrato 014/2018, cujo objeto é o fornecimento de água mineral sem gás, no valor global de R\$600,00 (seiscentos reais), pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Estado de Alagoas, em 21/06/2018.

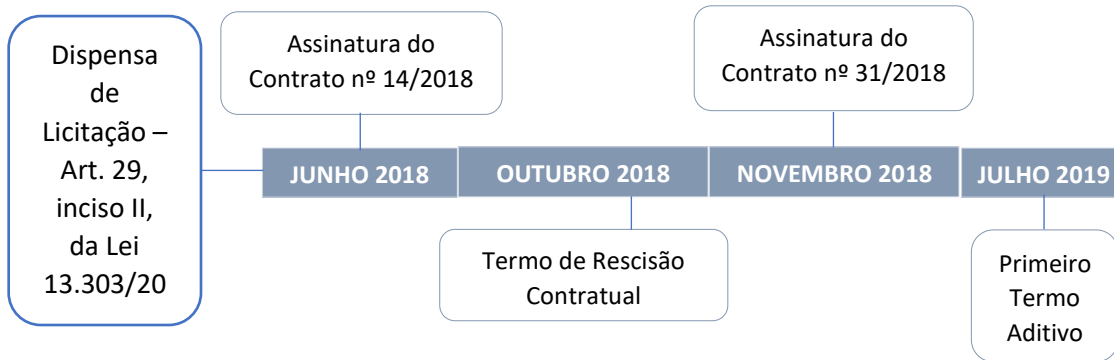
Ocorre que, transcorridos 04 (meses) desde a assinatura do Contrato, a Contratada através do Ofício nº08/2018, datado de 29 de outubro de 2018, comunicou o interesse em solicitar o cancelamento do Contrato tendo em vista o baixo consumo de água pela Contratante e a impossibilidade de armazenamento pela Alagoas Ativos S.A.

Desta forma foi realizado o Termo de Rescisão do Contrato, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado de Alagoas, em 13/11/2018.

Diante da rescisão ora efetuada, a Alagoas Ativos S.A convocou o licitante remanescente O AMIGÃO COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA - ME, na ordem de classificação, para prestar o serviço nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços praticados, o que foi prontamente aceito pelo segundo licitante melhor classificado, conforme proposta de preço atualizada anexada nos autos do Processo 017/2017.

Assim, a Alagoas Ativos S.A firmou junto a empresa O AMIGÃO COMÉRCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA – ME o Termo de Contrato 031/2018, com o mesmo objeto, com valor remanescente do Contrato anterior, no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais), e pelo período de vigência restante de 08 (oito) meses, conforme extrato publicado no Diário Oficial do Estado, em 28/11/2018

Na data de 19 de julho de 2019 fora realizado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 031/2018, tendo como objeto a prorrogação do prazo constante da Cláusula Segunda – vigência e execução do contrato, por mais 12 (doze) meses, contados a partir da data do término do prazo anteriormente acordado.



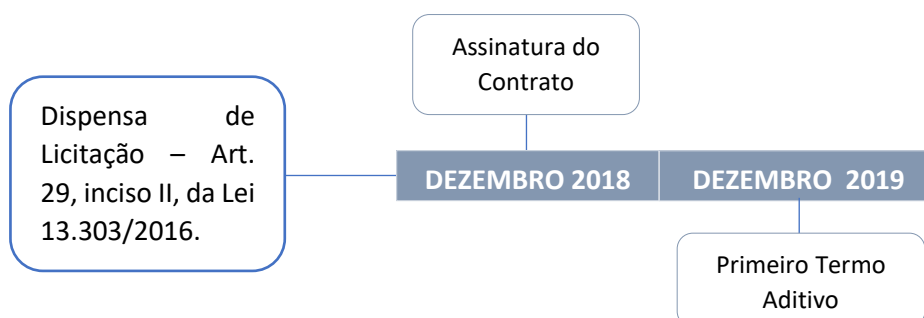
#### K. TERMO DE CONTRATO Nº 032/2018 – CLICK EVOLUE – SITE

Em 12 de dezembro de 2018 foi assinado o Contrato 032/2018 entre Alagoas Ativos S.A e a empresa Alexandre do Nascimento Lopes – EPP, sob o nome fantasia Click Evolve, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados em manutenção, atualização e inclusão de informações na plataforma digital (site) da Alagoas Ativos S.A.

O Termo de Contrato tem prazo de vigência e execução de 12 (doze) meses, com valor mensal de R\$650,00 (seiscentos e cinquenta reais), contados da data da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 14 de dezembro de 2018.

Na data de 13 de dezembro de 2019 fora realizado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 032/2018, tendo como objeto a prorrogação do prazo constante da Cláusula Segunda – vigência e execução do contrato, por mais 12 (doze) meses, contados a partir da data do término do prazo anteriormente acordado; a inclusão no objeto do contrato de que a responsabilidade pelo pagamento dos domínios ALAGOASATIVOS.COM e ALAGOASATIVOS.COM.BR ficarão a cargo do Contratado, bem como a alteração do valor mensal do contrato de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) para R\$ 659,16 (seiscentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos).

Insta salientar que a alteração no valor mensal do contrato não se trata de reajuste contratual, e sim de inclusão de serviço no escopo do objeto do Contrato.



#### L. TERMO DE CONTRATO Nº 001/2019 – SR LOCAÇÃO E SERVIÇOS

A Alagoas Ativos S.A, por meio do pregão presencial nº 001/2019 realizado no dia 15 de janeiro de 2019, firmou com a empresa SR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, o Termo de

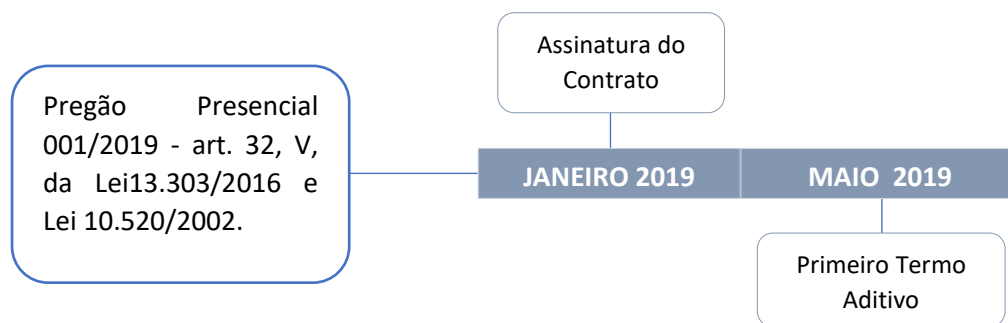
Contrato 001/2019 cujo objeto é a prestação de serviços de locação de veículos, sem motorista, destinada a atender as necessidades da Alagoas Ativos S.A.

O valor total do contrato é de R\$42.120,00 (quarenta e dois mil, cento e vinte reais), pagos mensalmente no valor de R\$ 3.510,00 (três mil, quinhentos e dez reais), referentes a dois veículos.

O prazo de vigência e execução do Contrato 001/2019 é de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Estado de Alagoas, em 24/01/2019.

Em 23 de maio de 2019, tendo em vista a recomendação constante do Memorando Circular DP nº 001/2019, de 08 de maio de 2019, foram adotadas medidas internas para redução dos custos da empresa em pelo menos 30% (trinta por cento) e otimização de recursos quanto aos contratos já firmados.

Diante disto foi realizado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 001/2019, que teve como finalidade a modificação quantitativa da Cláusula Primeira – do objeto, excluindo o veículo constante do item 2 daquela cláusula, com a consequente redução do valor mensal do contrato de R\$3.510,00 (três mil quinhentos e dez reais) para R\$2.240,00, (dois mil duzentos e quarenta reais), totalizando a quantia de R\$17.920,00 (dezesete mil, novecentos e vinte reais) para o período de 08 (oito) meses remanescentes da vigência do contrato, surtindo seus efeitos a partir da publicação do extrato no Diário Oficial de Alagoas, em 24/05/2019.



#### M. TERMO DE CONTRATO 002/2019 – BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES S/S

Em atendimento a deliberação do Conselho de Administração desta Alagoas Ativos S.A na 13ª Reunião Ordinária realizada no dia 22 de janeiro de 2019, se iniciou os procedimentos administrativos através do Processo Administrativo nº 018/2019 de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de auditoria independente para auditar as demonstrações contábeis do exercício de 2018.

A empresa que se consagrou vencedora do certame licitatório foi a BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES S.S, firmando o Termo de Contrato 002/2019, cujo objeto foram os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2018.

Os serviços foram executados segundo as Normas Brasileira de Contabilidade, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade em conformidade com as Leis nº 6.404/1976 e 11.638/2007, bem como as instruções, normas e procedimentos emanados da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, inclusive com demais definições e exigências da legislação em vigor. O contrato teve como prazo de vigência e execução de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado de Alagoas, em 19/03/2019, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes são exigíveis.

O valor global da contratação foi de R\$27.958,34 (vinte e sete mil, novecentos e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos).

A vigência do referido contrato se encerrou em 18 de abril de 2019.

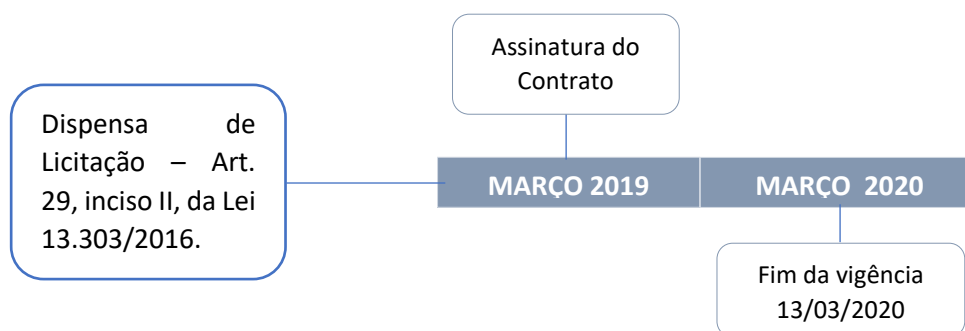


#### N. TERMO DE CONTRATO Nº 003/2019 – CLINAF – SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO E ELABORAÇÃO DE PCMSO E PPRA.

Tendo em vista a necessidade de implementar na Alagoas Ativos S.A os serviços de medicina do trabalho, de modo a elaborar, implantar e coordenar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, a realização de exames médicos admissionais, periódicos, de mudança de função e demissionais, com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional foi formalizado o Termo de Contrato 003/2019 junto a empresa CLÍNICA INTEGRADA DE AUDIOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA LTDA para a prestação dos serviços ora descritos.

O Termo de Contrato 003/2019 foi assinado em 01 de março de 2019, com vigência e execução de 12 (doze) meses a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado de Alagoas, em 13/03/2019.

O valor global da contratação é de R\$900,00 (novecentos reais) e se trata de contrato por demanda.



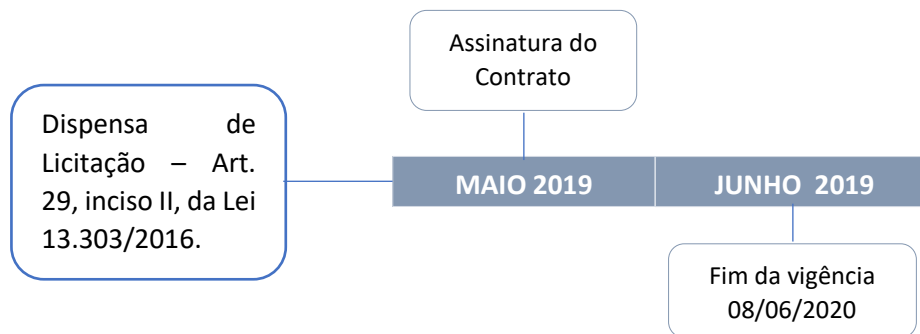
#### O. TERMO DE CONTRATO Nº 004/2019 – CONVICTA AUDITORES INDEPENDENTES

Tendo em vista o parecer da auditoria independente, contratada através do Termo de Contrato 002/2019, realizada nas contas do ano de 2018 da Alagoas Ativos, que traz em seu conteúdo a indicação de contratação de auditoria independente para analisar as demonstrações contábeis da Alagoas Ativos S.A para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e atendendo

à deliberação do Conselho de Administração desta Alagoas Ativos S.A. na 13ª Reunião Ordinária ocorrida no dia 22/01/2019, ocorreu a contratação da empresa CONVICTA AUDITORES INDEPENDENTES S/S para analisar as demonstrações financeiras do exercício de 2017.

O Termo de Contrato nº 004/2019 foi assinado em 06 de maio de 2019, com vigência e execução de 30 (trinta) dias a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado de Alagoas, em 09/05.2019.

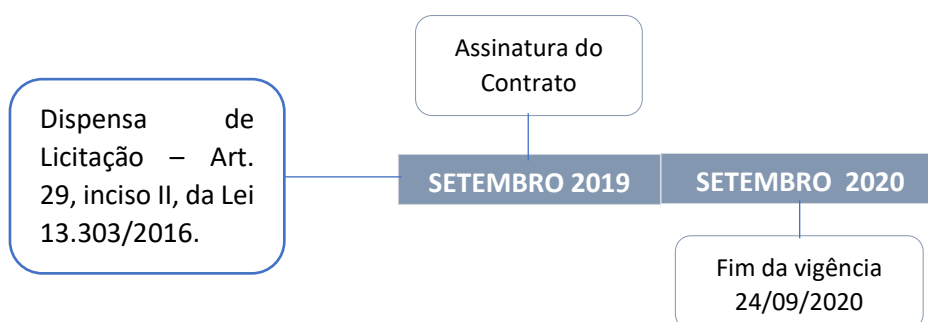
A vigência do referido contrato se encerrou em 08 de junho de 2019. O valor global da contratação foi de R\$10.000,00 (dez mil reais).



#### P. TERMO DE CONTRATO Nº 005/2019 – ANTIVÍRUS

Considerando a necessidade de contratação de serviços de proteção e segurança do tipo antivírus, incluindo serviços de instalação, suporte técnico, e garantia de renovação anual, visando a proteção de dados e sistemas de segurança da informação desta Alagoas Ativos S.A foi formalizado o Termo de Contrato 005/2019 com a empresa FAM SUPORTE TÉCNICO EM INFORMÁTICA LTDA para a prestação dos serviços descritos.

O Termo de Contrato nº 005/2019 foi assinado em 20 de setembro de 2019, com vigência e execução de 12 (doze) meses a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado de Alagoas, em 24/09/2019. O valor global da contratação foi de R\$ 800,00 (oitocentos reais).



#### Q. TERMO DE CONTRATO 006/2019 – ALGAR TELECOM – BACKUP

Considerando a necessidade de contratação de serviços de proteção e segurança de dados, tipo backup nas nuvens, incluindo serviços de instalação, suporte técnico, e garantia de renovação anual, visando a proteção das informações constantes da rede corporativa desta Alagoas Ativos



S.A foi formalizado o Termo de Contrato 006/2019 com a empresa ALGAR SOLUÇÕES EM TI S/A para a prestação dos serviços descritos.

O Termo de Contrato nº 006/2019 foi assinado em 20 de setembro de 2019, com vigência e execução de 12 (doze) meses a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado de Alagoas, em 03/10/2019.

O valor global da contratação foi de R\$1.584,00 (mil, quinhentos e oitenta e quatro reais).



## 5.5 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

A infraestrutura patrimonial da Alagoas Ativos envolve principalmente o imóvel em que está fixada a sede definitiva da empresa, a qual é locada de terceiros, um veículo também locado, cuja contratação foi realizada através de licitação e bens e equipamentos de uso comum utilizados rotineiramente pela equipe.

Em relação à gestão imobiliária, a empresa não possui imóvel próprio, nem utiliza imóvel do Estado de Alagoas. No final de 2018, a empresa se mudou para sua sede definitiva, onde passou a funcionar permanentemente em 2019.

A gestão do imóvel e dos ativos patrimoniais da empresa são de responsabilidade da Gerência Administrativa, que também é a esfera competente da empresa para realizar a manutenção preventiva e corretiva do imóvel e dos equipamentos e bens de uso habitual. Assim, em 2019, a empresa passou a tomar seu patrimônio, otimizando a gestão patrimonial.

Quanto aos veículos, a empresa realizou nova licitação de empresa especializada no fornecimento de veículos. Apesar de a licitação ter sido realizada para a contratação de dois automóveis pelo prazo de doze meses, a Alagoas Ativos, por estratégia de redução de custos, optou por solicitar somente um dos veículos. A opção pela locação se deu pela comodidade em casos de manutenção, avarias e trocas dos veículos, que não são ficam sob sua responsabilidade.

## 5.6 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A gestão da tecnologia da informação é feita através de empresa terceirizada, que efetuou a instalação de todos o sistema de tecnologia da Alagoas Ativos e realiza a manutenção preventiva e corretiva do sistema de informática, servidores e provedores de internet.

Para maior segurança das informações e dados, a empresa possui servidor próprio em que hospeda seus documentos e também trabalha com e-mail corporativo próprio, para que não haja falha de segurança que possa prejudicar a empresa.

Em 2019, para melhorar sua estrutura de tecnologia da informação e para dar maior segurança estrutural e às informações tratadas na empresa, foram contratados os serviços de backup e antivírus

## 5.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A responsabilidade socioambiental é um dos valores da Alagoas Ativos, consubstanciado em ter atitudes e iniciativas quanto aos impactos ambientais. Tendo em vista que o seu negócio não impacta diretamente o meio ambiente com resíduos e atividades prejudiciais, a empresa ainda não possui uma política de gestão ambiental.

No entanto, toda a equipe é orientada a trabalhar diariamente com atitudes que minimizem ainda mais esses impactos, como redução no consumo de energia elétrica e água, exemplificados na aquisição de condicionadores de ar com função inverter, que são mais eficientes e otimizam o consumo de energia, além de a sede da empresa ter sido instalada em edifício com janelas amplas, em que é possível manter as luzes desligadas durante o dia na maior parte do imóvel.

Dessa forma, a equipe foi orientada em manter condicionadores de ar e luzes desligadas quando a sala não estiver em utilização, além de utilizar o mínimo de papel possível, preferindo o uso de arquivos digitais e comunicação virtual sempre que possível.

Nesse sentido, em 2019, para diminuir ainda mais o consumo de papel, a empresa implantou o Sistema Eletrônico de Informação – SEI, de forma a tramitar todos os seus processos administrativos eletronicamente, sem a necessidade de processos físicos, e o procedimento de pregão eletrônico para suas contratações, com o objetivo de tornar as licitações mais eficientes e ágeis.

## 6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 6.1 OPINIÃO DOS AUDITORES EXTERNOS

A empresa contratada apresentou seu relatório com a seguinte opinião:

“Examinamos as demonstrações financeiras da ALAGOAS ATIVOS S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ALAGOAS ATIVOS S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.”

O Relatório completo dos Auditores Independentes consta do Anexo II.

### 6.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis constam do Anexo III deste Relatório de Gestão.

### 6.3 NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas às demonstrações financeiras constam do Anexo IV deste Relatório de Gestão.

## 7. CONCLUSÃO E APROVAÇÃO

A Alagoas Ativos foi criada em 2017 para ser a empresa responsável pela viabilização de projetos de alto potencial de impacto no Estado de Alagoas, lhe cabendo ser uma entidade essencial na implementação de Concessões e Parcerias Público-Privadas junto aos órgãos interessados do Estado.

Nesse sentido, o principal papel da empresa é ser responsável por oferecer garantias nos contratos de PPPs, atuando, também, como a gestora financeira do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, criado em 2019, criando de forma a assegurar o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de Concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

A Alagoas Ativos é, ainda, responsável pela gestão patrimonial do Estado de Alagoas, atuando no auxílio da conservação e manutenção de seus bens, o que ocorrerá através de Fundo Imobiliário, cujos imóveis também servirão de garantia nos contratos de PPPs e concessões.

Em 2019, a empresa continuou a se estruturar internamente, com a criação da área de Compliance e Auditoria Interna, em observância à legislação pertinente, além de ter implantado recursos de apoio, como o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, o sistema de solicitação de informações pelo cidadão e-SIC e o canal de ouvidoria eletrônico e-OUV.

Quanto às metas finalísticas, apesar de não ter havido geração de receitas, a companhia avançou bastante, tendo criado formalmente o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, com toda a estrutura necessária a operacionalizar garantias aos projetos de PPPs do Estado, além de ter entregue a modelagem do projeto do Matadouro de Viçosa, que se encontra com a lei de concessão aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo Governador do Estado e está em estágio avançado junto à Secretaria interessada para os trâmites necessários à publicação do edital de concessão. Ainda, a empresa entregou os estudos preliminares sobre o CEASA e Centro de Convenções, conseguindo avançar também em relação aos demais projetos.

O Conselho de Administração declara que aprovou nesta data o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2018 apresentado pela Diretoria geral da Alagoas Ativos S.A.

Maceió, 22 de abril de 2020

**GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO**  
Presidente do Conselho de Administração

**ANTONIO TENÓRIO CAVALCANTE NETO**  
Membro Conselho de Administração

**JOSÉ ERNESTO DE SOUZA FILHO**  
Membro Conselho de Administração

**GABRIELA MAGALHÃES**  
Membro do Conselho de Administração

8. ANEXOS E APÊNDICES

ANEXO I - CARTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

CARTA ANUAL  
DE POLÍTICAS PÚBLICAS E  
GOVERNANÇA CORPORATIVA

ALAGOAS ATIVOS S.A.

MACEIÓ/2020

ALAGOAS ATIVOS S.A.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

EXERCÍCIO BASE 2019

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30.6.2016, o Conselho de Administração da Alagoas Ativos S.A. subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2019.

I. IDENTIFICAÇÃO

**Denominação da Sociedade:** Alagoas Ativos S.A.

**Sede:** Maceió - AL

**CNPJ:** 29.218.037/0001-72

**Tipo de Estatal:** Empresa Pública

**Acionista controlador:** Estado de Alagoas

**Tipo Societário:** Sociedade Anônima

**Tipo de Capital:** Fechado

**Abrangência de atuação:** Estadual

**Sector de Atuação:** Administração Pública em geral

**Telefones de contato:** (82) 98873-0206

**Endereço eletrônico:** contato@alagoasativos.com

**Sítio eletrônico:** www.alagoasativos.com

**Endereço:** Rua Sampaio Marques, 25, Sala 608, Edf. Delman Empresarial, Pajuçara, CEP 57030-107, Maceió, AL

**Diretor Presidente:** Antônio Tenório Cavalcante Neto

**Audidores Independentes:** Convicta Auditores Independentes S/S

**Diretoria Geral:**

Diretor Presidente - Antônio Tenório Cavalcante Neto

Diretora Executiva – Andrey Mello Cavalcante Gameleira

**Conselheiros de Administração subscritores da Carta de Políticas Públicas:**

Presidente – George André Palermo Santoro

Conselheiro - Antônio Tenório Cavalcante Neto

Conselheiro - José Ernesto de Souza Filho

Conselheira – Gabriela Magalhães

## II. POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, em seu art. 8º, I, exige a elaboração de “carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos”.

### 1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

A Alagoas Ativos S.A., empresa pública constituída sob a forma de Sociedade por Ações de capital fechado, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, com sede e foro em Maceió, tem como missão “viabilizar investimentos para o Estado de Alagoas, através de serviços técnicos diversificados e de excelência e diálogo aberto entre os setores público e privado”.

Sua criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 7.893, de 23 de junho de 2017, que, juntamente com seu Estatuto Social, instrumentalizado pelo Decreto Estadual nº 58.861, de 03 de maio de 2018, definem seu fim específico:

- I – Colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado de Alagoas;
- II – Gerir os ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título;
- III – Gerir os ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP; e
- IV – Estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Ambas as normas identificam os objetivos sociais da empresa, cujas atividades serão realizadas em nome próprio e por sua responsabilidade:

- I – Administrar e explorar economicamente ativos estaduais;
- II – Auxiliar o Tesouro Estadual na captação de recursos financeiros;
- III – Estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;
- IV – Auxiliar o Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral;
- V – Auxiliar o Estado na atividade de conservação e manutenção de seus bens;
- VI – Colaborar, apoiar e viabilizar os projetos de concessão, de parcerias público-privadas, de locação de ativos e de outros instrumentos similares podendo, para tanto, assumir obrigações ou prestar garantias;



VII – Participar de outras sociedades cujo objeto social seja compatível com suas finalidades; e

VIII – Realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.

Além das referidas normas, a empresa também é regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017, pela Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976 e demais legislações aplicáveis.

## 2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2020, o Estado de Alagoas publicou a Lei Estadual nº 8.232/20, que atualizou o Programa de Concessões e Parceria Público-Privada – PPP do Estado de Alagoas, com o intuito de promover, fomentar e disciplinar a realização de concessões e parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta, revogando a Lei Estadual nº 6.972/08.

A referida lei foi publicada após diversos estudos sobre as concessões e PPPs existentes no Estado e traz as diretrizes de estruturação e governança do Programa de Concessões e PPPs, o Plano Estadual de Concessões e PPPs, além de dispor sobre os instrumentos, regras de licitação e contratos firmados no âmbito do Programa.

Nesse novo contexto criado pela referida lei estadual, a Alagoas Ativos tem o papel principal de ser responsável por gerir o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, criado para garantir o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

Ainda, a empresa tem como um de seus objetivos institucionais ser uma entidade de auxílio ao Estado na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos estaduais em geral, de forma a viabilizar projetos de concessão e de Parcerias Público-Privadas junto às Secretarias de Estado interessadas.

A Alagoas Ativos também é responsável pela gestão patrimonial e dos ativos do Estado de Alagoas ou de seus órgãos e entidades da administração direta, auxiliando na conservação, manutenção e melhor aproveitamento dos bens públicos estaduais.

### 2.1. PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS OU INICIATIVAS

Em relação aos principais programas e projetos, a empresa realizou estudos sobre potenciais projetos de PPPs e concessões para o Estado de Alagoas, avaliando diversas demandas dos órgãos estaduais e analisado a sua viabilidade enquanto projeto de PPP e concessão, em conjunto com a consultoria contratada para auxiliar nessa atividade.

## 2.1.1. REALIZAR MODELAGEM DE CONCESSÕES E PPPS

### 2.1.1.1. AVALIAÇÃO DO CENTRO CULTURAL E DE EXPOSIÇÕES RUTH CARDOSO – CCERC

O centro cultural e de exposições Ruth Cardoso – CCERC foi inaugurado em 1996, possui uma área total de 48.000 m<sup>2</sup> e devido a sua modularidade atende às mais diversas necessidades de congressos, feiras, apresentações artísticas e culturais e exposições. Sua gestão é feita atualmente pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR e possui uma equipe própria de três pessoas e cinquenta terceirizados.

Após coleta de informações, realizada através de reuniões entre a Alagoas Ativos, Fundação Getúlio Vargas - FGV e Superintendência do CCERC e de visita técnica ao local para verificação da estrutura e potencial do ativo, foi constatado o bom estado de conservação e estrutura com salas e ambientes para diversos tipos de eventos.

A FGV elaborou relatório aprofundado sobre a situação atual do Centro Cultural, apresentadas alternativas para a delegação do espaço ao setor privado, envolvendo todos os aspectos jurídicos e de mercado e avaliação econômico-financeira preliminar no caso de o projeto efetivamente ser colocado sob a gestão da iniciativa privada.

O referido projeto ainda se encontra em análise pelo sistema de Concessões e Parcerias Público-Privadas do Estado de Alagoas, de forma a decidir pelo seu prosseguimento.

Até o final de 2019 o projeto não evoluiu, ficando apenas nos estudos preliminares.

### 2.1.1.2. AVALIAÇÃO DO ABATEDOURO DE VIÇOSA

Com o objetivo de ofertar a população carne inspecionada e fortalecer a cadeia produtiva da pecuária de corte de Alagoas, o Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI lançou o programa de regionalização de abatedouros. Ele consiste na readequação e construção de novas unidades, a fim de que o rebanho do Estado seja abatido conforme à legislação sanitária e ambiental vigente.

Em virtude de funcionarem em condições sanitárias e estruturas físicas inadequadas, representando um grande risco à saúde pública, ocasionando a exposição da população a às zoonoses como tuberculose, brucelose e toxoplasmose, vários municípios estão sofrendo com o fechamento dos matadouros, acarretando em desemprego, retorno do abate clandestino, escassez de produto nas feiras livres e aumento de preço dos produtos.

Nesse contexto, o Abatedouro de Viçosa está em construção e é objeto do Programa de Regionalização do Estado. Possui estrutura moderna, com 2.341 m<sup>2</sup> de área construída, composta por currais, área destinada à administração, caldeiras, vestiários, subestação de energia, blocos de abate, necropsia, pocilga, lagoas tratamento e depósito para cascos e chifres e possui capacidade de produção projetada de 140 animais/dia, com possibilidade de expansão.

Após período de coleta de dados sobre este ativo e análise das possibilidades de um melhor aproveitamento do mesmo com eficiência, o estudo preliminar foi concluído em agosto de 2018, com a recomendação de concessão de uso da planta, sem outorga inicial com percentual da receita

bruta como contrapartida do operador privado ao Estado, incluindo metas de desempenho e investimentos.

Em 2019, o projeto foi aprovado após apresentação e avaliações pelo Conselho Gestor de PPP do Estado. Após a aprovação, o projeto de Lei de Concessão foi encaminhado à Assembleia Legislativa para deliberação e aprovação, o que ocorreu ainda em 2019.

Após sanção da lei pelo Governador do Estado, a SEAGRI poderá dar andamento ao procedimento, com a realização de Consulta e Audiências Públicas e desenvolvimento do edital para seleção do concessionário adequado para receber a delegação do projeto.

### 2.1.1.3. AVALIAÇÃO DO CEASA MACEIÓ

A Central de Abastecimento de Alagoas - CEASA/AL é administrada pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas - IDERAL, autarquia estadual, criada pela Lei nº 6.194/2000, e vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura - SEAGRI.

A empresa é gerida com uma combinação de recursos oriundos de receitas próprias e dotação pública. O IDERAL tem como objetivo dar suporte à SEAP na implementação de sua agenda de promoção da agricultura, pesca e abastecimento a partir da prestação de serviços de distribuição, classificação e armazenagem.

Na distribuição, o IDERAL atua tanto no nível estadual quanto no nacional como um canal de comercialização de seus produtores, viabilizando toda a cadeia de distribuição agroalimentar. Nesta função, a CEASA/AL desempenha papel fundamental de controle e a fiscalização do fluxo, da qualidade e das condições higiênicas e sanitárias das mercadorias.

Após estudos preliminares, os dados levantados demonstraram que, apesar da evolução na receita durante o período analisado, parte desta receita é custeada pelos aportes realizados pela SEFAZ/AL e por conta disso a CEASA/AL fica extremamente dependente deste repasse, o que reflete na grande variação entre lucros/prejuízos.

O estudo, então, recomendou o modelo de Concessão de Uso de Bem público com a Exploração, Operação e Manutenção, de forma que o Estado poderá exigir mais investimento de modernização das atividades do aparelho estatal, uma vez que ele possui instrumentos legais de controle e fiscalização do concessionário, acarretando a desoneração do ente federativo da prestação do serviço público.

Até o final de 2019 o projeto não evoluiu, ficando apenas nos estudos preliminares.

### 2.1.2. CRIAÇÃO E FORMATAÇÃO DO FUNDO ALAGOANO DE PARCERIAS – FAP

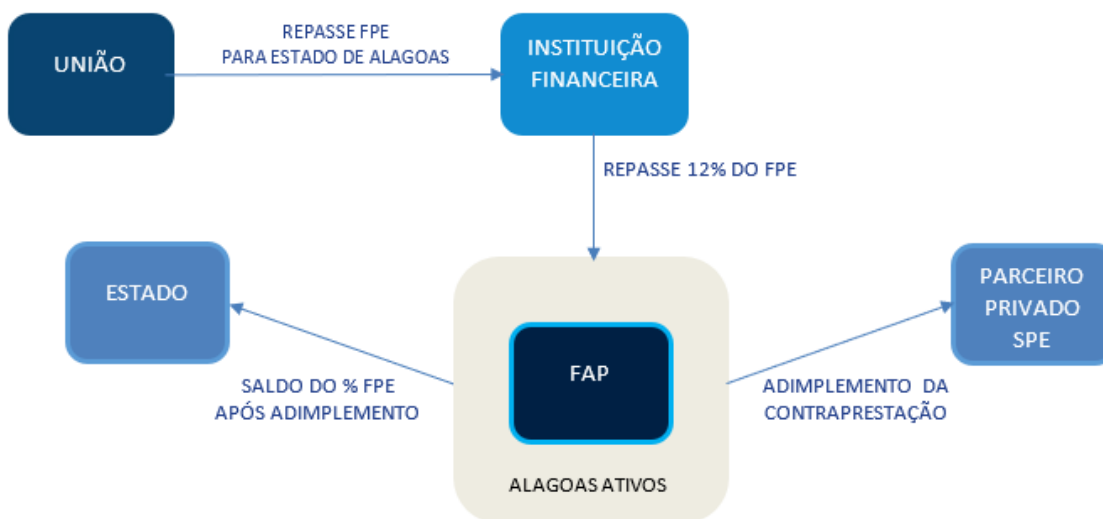
O surgimento da Lei nº 11.079/2004 trouxe o instituto das parcerias público-privadas, que harmoniza o interesse da administração pública em desenvolver projetos públicos com o interesse do setor privado em realizar investimentos seguros e rentáveis. Uma grande preocupação da referida lei é oferecer ao parceiro privado a segurança necessária no intuito de atrair recursos e investimentos para os projetos públicos. Essa segurança pode ser refletida na criação de

garantias conferidas pela administração pública aos parceiros privados, a fim de mitigar os riscos de inadimplemento das contraprestações assumidas pelo parceiro público.

Com este objetivo, o FAP foi criado formalmente no final de 2019 e tem por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelo Estado de Alagoas, na condição de parceiro público, em virtude de contratos de PPPs, não podendo ser extinto antes da quitação da totalidade dos débitos garantidos ou da liberação das garantias pelos credores.

Com natureza jurídica de direito privado, o FAP tem patrimônio próprio e separado do patrimônio de seus cotistas, sendo sujeito de direitos e obrigações próprias, onde o Estado de Alagoas é constituído como seu cotista inicial. Seu Estatuto e Regulamento já foram criados e sua estrutura contará com uma Assembleia de Cotistas e um Conselho Consultivo, a quem caberá a análise técnica dos pedidos de garantias de projetos efetuados ao Fundo.

O FAP será administrado e gerido pela Alagoas Ativos e, a princípio, o FAP será constituído por retenções mensais no percentual de 12% dos repasses a título de FPE recebidos pelo Estado de Alagoas, que ficarão temporariamente na conta do Fundo para caso seja necessário garantir alguma contraprestação pública. Assim será o funcionamento do Fundo:



No final de 2019, a Alagoas Ativos e o Banco do Brasil, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, firmaram Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas foi firmado de forma a estabelecer os direitos e obrigações de cada parte, ficando o Banco do Brasil como agente de pagamento do FAP, tendo em vista ser o banco responsável pelos repasses do FPE aos Estados.

Assim, o FAP está devidamente criado e funcionando, já recebendo os repasses mensais do FPE e pronto para garantir projetos de parcerias público-privadas nos quais o Estado de Alagoas seja o parceiro público.

### 2.1.3. FORMATAÇÃO DO FUNDO IMOBILIÁRIO DE ALAGOAS

Com o intuito de melhorar a eficiência da gestão de patrimônio do Estado de Alagoas, reduzindo gastos e aumentando sua rentabilidade, a Alagoas Ativos, como empresa pública gestora dos ativos do Estado, iniciou em 2018 estudos sobre a formatação, constituição e gestão de Fundos Imobiliários.

Após visitas técnicas realizadas em 2018 à SP Parcerias e Companhia Paulista de Parcerias - CPP, em São Paulo, e à MGI, em Minas Gerais, com a finalidade de reunir informações e dados sobre o procedimento de formatação e constituição desses fundos, a Alagoas Ativos, em conjunto com a FGV, que lhe presta consultoria, passou a realizar os estudos iniciais sobre a constituição, integralização e gestão do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Em 2019, a empresa realizou o primeiro estudo sobre a adequação e gestão de ativos, em que fez uma análise sobre as possibilidades de gestão dos ativos imobiliários de acordo com sua situação de afetação ou desafetação e apontou os requisitos e procedimentos preliminares para a constituição do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas.

Também em 2019, a Alagoas Ativos, em conjunto com órgãos do Estado, realizou levantamento dos ativos imobiliários do Estado e avaliação de seu valor de mercado, além de um estudo econômico-financeiro preliminar, a partir dos dados apresentados.

Com essas informações, a Alagoas Ativos pode iniciar o planejamento da formatação e constituição do Fundo Imobiliário do Estado de Alagoas, que terá maior foco em 2020.

### 3. METAS RELACIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Em relação às metas que dizem respeito ao cumprimento de políticas públicas do Estado de Alagoas, a empresa definiu dois objetivos estratégicos principais: Realizar a Modelagem de Concessões e PPPs e a criação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

Em 2019, a empresa a empresa cumpriu as seguintes metas:

- a) Conclusão e entrega da avaliação e modelagem da concessão do matadouro de Viçosa;
- b) Conclusão e entrega da avaliação do Centro Cultural e Exposições Ruth Cardoso;
- c) Conclusão e entrega da avaliação do CEASA Maceió;
- d) Criação e estruturação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP;
- e) Assinatura do Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Administração de Contas do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP;
- f) Conclusão e entrega do estudo sobre a Estruturação do Fundo de Investimentos Imobiliários;

#### 3.3. METAS PARA 2020

Para 2020, toda a equipe, incluindo a Diretoria Geral e O Conselho de Administração se reuniu e desenvolveu o Planejamento Estratégico da empresa para o biênio 2020/2021, traçando novas metas para a empresa, das quais se destacam:

- a) Garantir projetos através do Fundo Alagoas de Parcerias – FAP;
- b) Modelar, pelo menos, três projetos de Concessão e PPP até 2021;
- c) Estruturar e criar Fundo imobiliário para otimizar a gestão dos ativos patrimoniais do Estado de Alagoas;
- d) Analisar estruturas das PPPs já existentes no Estado e avaliar a possibilidade de substituição das garantias fornecidas;

#### 4. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Enquanto empresa pública, a Alagoas Ativos não tem competência direta para executar políticas públicas, uma vez que, de acordo com sua lei de criação, tem atribuição de auxiliar a Administração Pública, através da prestação dos serviços elencados na sua lei de criação e no seu Estatuto Social a órgãos, entidades e outras empresas estatais do Estado de Alagoas.

Em 2019, a empresa, apesar de já estar em operação, ainda não gerou receitas próprias, se mantendo com o aporte inicial realizado quando da sua constituição.

No entanto, com a estruturação do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, e a assinatura do contrato com o Banco do Brasil e a Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas para o seu funcionamento, espera-se que, em 2020, a empresa comece a ter receitas advindas da administração do FAP, da outorga da concessão das garantias nos projetos de concessões e PPPs do Estado, além da gestão do Fundo Imobiliário e eventuais serviços prestados de modelagem de projetos de concessões e PPPs.

#### 5. IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Tendo em vista a missão da Alagoas Ativos de “viabilizar investimentos para o Estado de Alagoas, através de serviços técnicos diversificados e de excelência e diálogo aberto entre os setores público e privado”, e seus fins específicos, previstos em sua lei de instituição, os principais impactos, e considerando que a empresa ainda não gera receitas, é possível elencar dois principais impactos que se espera quando da operacionalização das políticas públicas pela empresa.

O primeiro impacto é efetivamente gerar receitas, seja pela remuneração pela outorga de garantias concedidas nos projetos de concessões e PPPs, seja pela gestão do Fundo Imobiliário e do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP.

O segundo impacto é a captação de investimentos para o Estado de Alagoas, através dos projetos de concessões e PPPs, que serão fontes de novos empregos, aumento do PIB e a melhoria na qualidade da prestação dos serviços públicos do Estado.

### III. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, em seu art. 8º, III e VIII, exige a elaboração “carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito, em linguagem clara e direta, (...) informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração”.

#### 1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Alagoas Ativos é uma empresa que tem a função de auxiliar na implementação de Concessões e Parcerias Público-Privadas junto aos órgãos interessados do Estado e na gestão dos ativos patrimoniais do estado, sendo responsável pelas seguintes atividades:

- a) colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas, e outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social e das finanças públicas do Estado de Alagoas;
- b) gerir os ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título;
- c) gerir os ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP; e
- d) estruturar e implementar operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Assim, a empresa é responsável por oferecer garantias nos contratos de PPPs e concessões, sendo a gestora financeira do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, de forma a assegurar o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de PPPs, enquanto parceiros públicos.

É, também, responsável pela gestão patrimonial do Estado de Alagoas, atuando no auxílio da conservação e manutenção de seus bens, o que ocorrerá através de Fundo Imobiliário, cujos imóveis também servirão de garantia nos contratos de PPPs e concessões.

#### 2. ESTRUTURAS DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Dentre as estruturas de controle da Alagoas Ativos estão o Conselho Fiscal é o órgão competente para controlar e fiscalizar os atos da empresa, dos seus administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, e a Assessoria Jurídica diretamente vinculada à Diretoria Geral, que é responsável por assessorar a Diretoria-Geral e as áreas em relação aos aspectos jurídicos a serem observados ou considerados na condução dos negócios da Companhia.

Em 2019, a empresa criou o cargo de Assessoria de Compliance e o cargo de Auditoria Interna, que durante o ano foi unificado em um único cargo intitulado Assessoria de Compliance e Auditoria Interna, que é responsável por desenvolver, implementar e avaliar o Programa de Integridade e controlar a sua execução, suportar a implementação de controles internos e ações voltadas ao combate à corrupção, suborno e fraude, realizar diligências de averiguação antes da

contratação de qualquer empregado e fornecedor da empresa e realizar investigações internas a fim de averiguar a conformidade das condutas dos colaboradores, realizar o gerenciamento dos riscos, realizar auditorias na área do Almoxarifado e na área operacional e de outras áreas específicas para apurar possíveis irregularidades nos procedimentos internos da empresa, aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações.

Em relação à rotina operacional, cada unidade possui seus próprios controles internos em relação às suas atividades, como licitações, contratos, processos administrativos, pagamentos, contabilidade, fornecedores, entre outros.

No que se refere à perspectiva de Processos Internos, a Alagoas Ativos mapeou e padronizou todos os processos internos operacionais em 2019, faltando, ainda, o mapeamento e a padronização dos processos finalísticos da empresa.

A empresa contou com auditoria independente que examinou suas demonstrações contábeis referentes ao balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício de 2019.

No que se refere ao controle externo, a empresa está subordinada ao controle da sociedade, à Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas, a qual a Alagoas Ativos está vinculada, à Controladoria Geral do Estado de Alagoas e ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, que são responsáveis pela fiscalização externa da Empresa.

### 3. FATORES DE RISCO

Para analisar o ambiente em que a Alagoas Ativos se encontra e substanciar seu planejamento estratégico para o biênio 2020/2021, a empresa utilizou a ferramenta de gestão Análise SWOT, em que identificou as Forças, as Fraquezas, as Oportunidades e as Ameaças que podem interferir na definição de suas metas, diretrizes e ações voltadas para o cumprimento de seus objetivos estratégicos.

Conforme a Análise realizada, os fatores relevantes para a atuação da Alagoas Ativos foram:

	<b>FATORES POSITIVOS</b>	<b>FATORES NEGATIVOS</b>
<b>FATORES INTERNOS</b>	<b>FORÇAS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Facilidade em adaptação</li> <li>• Comprometimento</li> <li>• Espírito de equipe;</li> <li>• Desenvolvimento pessoal;</li> <li>• Habilidades interpessoais;</li> <li>• Softwares contabilidade - Domínio;</li> <li>• Equipamentos modernos; *</li> <li>• Boa localização.</li> <li>• Transparência</li> <li>• Ética e conduta íntegra da equipe.</li> </ul>	<b>FRAQUEZAS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação técnica</li> <li>• Feedback;</li> <li>• Falta de planejamento;</li> <li>• Comunicação interna pouco eficaz;</li> <li>• Manuais e políticas internas</li> <li>• Não possui controle total sobre sua atividade fim;</li> <li>• Ausência de Gestão de Pessoas;</li> <li>• Ainda não possui receitas;</li> <li>• Baixa segurança de informações;</li> </ul>



<b>FATORES EXTERNOS</b>	<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Novos sistemas operacionais</li> <li>• Falta de Concorrência</li> <li>• Captação de recursos;</li> <li>• Interação entre o setor público e o setor privado;</li> <li>• Costumes e tradições da população;</li> <li>• Flexibilidade do processo do negócio;</li> <li>• Área de mercado novo</li> <li>• Segurança econômica do Estado (situação fiscal do Estado)</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Volatilidade de mercado</li> <li>• Deterioração do quadro fiscal do Estado</li> <li>• Volatilidade nas estratégias de investimentos do Estado;</li> <li>• Dificuldade na obtenção de informações externas (Secretarias);</li> <li>• Dependência de decisões externas (Governo, Conselho gestor);</li> <li>• Confusão finalística com outros órgãos</li> <li>• Público desconhece a empresa;</li> <li>• Atuação de Sindicatos</li> </ul>
-------------------------	---	--

Como etapa inicial para a implantação do Sistema de Compliance da empresa, realizou-se a análise de riscos, em que se identificou riscos estratégicos, operacionais e de conformidade relacionados com as atividades tanto finalísticas, quanto internas da empresa.

Com base nos fatores relevantes identificados na Análise SWOT e na análise de riscos, a Alagoas Ativos realiza o gerenciamento dos riscos identificados, de forma a definir as estratégias de tratamento e os eventuais controles internos a serem implantados.

#### 4. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Em 2019, os gastos da Alagoas Ativos se concentraram em despesas com pessoal e de custeio. Na categoria de Pessoal, incluem-se os gastos com salários, encargos sociais e pagamento de verba de representação dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal. Já na categoria custeio, estão incluídos, principalmente, as despesas com fornecedores habituais da empresa, além de gastos com diárias, passagens e material de consumo.

Apesar de empresa ainda não ter fontes de receita, após o encerramento do exercício de 2019, constatou-se a execução de apenas 56% do orçamento aprovado, onde grande parte foi representada pela contratação de consultoria da Fundação Getúlio Vargas - FGV para viabilizar estudos sobre futuros projetos de concessões e PPPs.

Neste primeiro ano de atividades, a Alagoas Ativos realizou a aplicação dos recursos, a qual teve suas variações de rendimentos no decorrer dos meses. Desta forma, foi possível verificar o comportamento ocorrido em nossas aplicações, Público Supremo e Público Absoluto, e de nossa disponibilidade financeira.

#### 5. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Estrutura de Governança da Alagoas Ativos é composta por um Conselho de Administração, integrado por quatro membros escolhidos pela Assembleia Geral, observados os requisitos constantes no art. 5º, do Decreto Estadual nº. 52.555, 2017, que regulamenta a Lei nº.

13.303/2016, e uma Diretoria Geral, constituída por três Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Financeiro, eleitos pelo Conselho de Administração.

Como instância maior de fiscalização da empresa está o Conselho Fiscal, composto por quatro membros, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, e eleitos pela Assembleia Geral Ordinária

A empresa conta, ainda, com uma Assessoria de Compliance e Auditoria Interna, responsável tanto pela implantação, execução e monitoramento do Sistema de Compliance da empresa, da verificação da conformidade da empresa às exigências legais e pela implantação, execução e monitoramento da auditoria interna da empresa e avaliação e acompanhamento dos controles internos de cada área.

Como resultado do trabalho realizado pela Assessoria de Compliance em 2019, a empresa conta com os seguintes documentos internos:

- a) Código de Conduta Ética
- b) Política de Classificação de Informações
- c) Política de Divulgação de informações
- d) Política de Porta-Vozes
- e) Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses
- f) Política de Indicação de Administradores
- g) Política de Distribuição de Dividendos
- h) Política de Remuneração dos Administradores
- i) Política de Diárias e Passagens

Outros documentos essenciais para o desenvolvimento das atividades da empresa são o Estatuto Social e o Regimento Interno, ambos revisados em 2019.

Importante mencionar que todas as mudanças de diretoria, a eleição de novos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e as contratações realizadas em 2019 foram precedidas do procedimento de due diligence, ou diligência prévia, implantado pela Assessoria de Compliance e Auditoria Interna para verificar a adequação da pessoa ao cargo, se ela preenche os requisitos legais e regimentais e se existe alguma situação de conflito de interesse que possa prejudicar ou interferir nas atividades da Alagoas Ativos.

Como meta de conformidade com a legislação, a área implantou o canal de denúncias, por meio do sistema virtual e-OUV e o sistema de informações ao cidadão e-SIC, ambos coordenados pela Controladoria Geral do Estado – CGE, em que qualquer cidadão pode pedir informações, adequando a empresa às exigências de transparência governamental.

Como parte de sua atuação, a Assessoria de Compliance e Auditoria Interna adequou o portal da transparência da empresa, mantido em seu site institucional, para apresentar informações exigidas pela legislação relativa à transparência pública, como licitações e contratações realizadas, despesas com pessoal e informações relativas à governança corporativa.

Em 2019 não foram realizadas auditorias internas, porém a área desenvolveu seu Plano Anual para 2020, além de fixar as metas de criar o Estatuto e o Manual de Auditoria Interna, de forma que consiga implantar adequadamente a área e auditar todos os processos da empresa.

## 6. REMUNERAÇÃO

A remuneração dos empregados e Administradores da sociedade não é afetada diretamente pelos indicadores de atuação da empresa. A empresa possui um quadro fixo de cargos e salários. Os valores remuneratórios são norteados pelos padrões dos agentes públicos, servidores ou empregados, do Estado de Alagoas, apesar de a empresa ser independente do Tesouro Estadual.

Quanto aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, compete à Assembleia Geral fixar sua remuneração. O Conselho de Administração, por sua vez, tem a atribuição de definir os valores de remuneração da Diretoria Geral e esta é responsável por fixar a remuneração dos empregados da empresa, em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/76, 13.303/16 e Decreto Estadual nº 52.555/16.

O regime de trabalho é celetista, sendo assegurado aos Diretores eleitos Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, décimo terceiro salário, férias, inclusive indenizadas, e eventuais benefícios, sujeito, ainda, ao recolhimento previdenciário. A remuneração dos administradores, conselheiros e empregados são divulgados no site institucional.

NOME	CARGO	REMUNERAÇÃO
George André Palermo Santoro	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00
Antonio Tenório Cavalcante Neto	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00
José Ernesto de Souza Filho	Conselheiro de Administração	R\$ 4.500,00
Gabriela Magalhães	Conselheira Fiscal	R\$ 4.500,00
Adrualdo de Lima Catão	Conselheiro Fiscal	R\$ 3.200,00
Renata dos Santos	Conselheira Fiscal	R\$ 3.200,00
José Ediberto de Omena	Conselheiro Fiscal	R\$ 3.200,00
Isabella Laíse Menezes Vasconcelos Vieira	Conselheira Fiscal	R\$ 3.200,00
Antonio Tenório Cavalcante Neto	Diretor Presidente	R\$ 19.950,00
Andrey Mello Cavalcante Gameleira	Diretor Executivo	R\$ 9.950,00

## 7. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

A Alagoas Ativos foi criada em 2017 para ser a empresa responsável pela viabilização de projetos de alto potencial de impacto no Estado de Alagoas, lhe cabendo ser uma entidade de auxílio na implementação de Concessões e Parcerias Público-Privadas no Estado.

Nesse sentido, a empresa é responsável por oferecer garantias nos contratos de PPPs, atuando, como a administradora do Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, de forma a assegurar o adimplemento das obrigações financeiras contraídas pelo Estado de Alagoas e por entidades da sua Administração Indireta em contratos de Concessão e de PPPs, enquanto parceiros públicos.

A Alagoas Ativos é, ainda, responsável pela gestão patrimonial do Estado de Alagoas, atuando no auxílio da conservação e manutenção de seus bens, o que ocorrerá através de Fundo Imobiliário, cujos imóveis também servirão de garantia nos contratos de PPPs e concessões.

Em 2019, os esforços da empresa se dividiram entre atividades interna e externas. Internamente, focou na melhoria de sua estrutura, com alterações em seu Regimento Interno, estrutura, revisão dos processos e implantação da área de Compliance e auditoria interna.

Externamente, iniciou efetivamente a atuar em suas atividades finalísticas, tendo entregue três estudos de potenciais projetos de concessão e PPP, realizado estudo sobre a estruturação do Fundo de Investimento Imobiliários do Estado de Alagoas e tendo estruturado o Fundo Alagoano de Parcerias – FAP, que será o garantidor dos projetos de PPP do Estado.

Apesar de não ter havido geração de receitas, a empresa evoluiu em suas atividades finalísticas, que se tornarão fontes de receitas futuras, com início a partir da operação do FAP em 2020, que já podendo ser garantidora de projetos, e deu passos importantes no que se refere à gestão de ativos imobiliários.

## 8. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Alagoas Ativos S.A. declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2018, em conformidade com o art. 8º, I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de março de 2016.

Maceió, 22 de abril de 2020

**GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO**

Presidente do Conselho de Administração

**ANTONIO TENÓRIO CAVALCANTE NETO**

Membro Conselho de Administração

**JOSÉ ERNESTO DE SOUZA FILHO**

Membro Conselho de Administração

**GABRIELA MAGALHÃES**

Membro do Conselho de Administração

ANEXO II - RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE

## **ALAGOAS ATIVOS S.A.**

# **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**Fim do em 31 de dezembro de 2019**

**ALAGOAS ATIVOS S.A.****RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES****Findo em 31 de dezembro de 2019****Conteúdo:**

✓ Apresentação .....	pág. 04
✓ Metodologia do Trabalho .....	pág. 06
✓ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2019 .....	pág. 08
✓ Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas .....	pág. 12

## **ALAGOAS ATIVOS S.A.**

### **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**Findo em 31 de dezembro de 2019**

#### **CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

---

(1.1) Com vistas à execução dos trabalhos de auditoria independente, voltada ao exame das demonstrações financeiras findas em **31 de dezembro de 2019**, informamos que realizamos os trabalhos da Companhia **ALAGOAS ATIVOS S.A.**, inclusive com visita "in-loco", no período de **16 de março a 7 de abril de 2020**.

(1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.



## ✓ **Apresentação**

## APRESENTAÇÃO

---

### Firma de Auditoria

---

Nome Empresarial: **CONVICTA Auditores Independentes S/S**

Endereço: Rua José Monteiro Sobrinho, 19 – Serraria - Cep: 57.046-780 – Maceió-AL – Brasil - Fone: +55 82 3035-4642

Inscrições: CNPJ nº 03.061.922/0001-05  
CRC/AL nº 196 | CVM nº 7.706 | CNAI-PJ nº 062  
CVM / SUSEP / BACEN / OCB / IBRACON / IIA Brasil / MP-AL

Responsável Técnico: Carlos Henrique do Nascimento  
Contador - CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

### Companhia Auditada

---

Nome Empresarial: **Alagoas Ativos S.A.**

Endereço: Rua Sampaio Marques, 25, Pajuçara, Maceió, Alagoas - Sala 608 - Cep 57.030-107

Inscrição: CNPJ nº 28.953.846/0001-65

Diretor Presidente: Antônio Tenório Cavalcante Neto

Contador: Flávia Mello dos Santos  
Contadora – CRC/AL-008214/O

---

✓ **Metodologia do Trabalho**

## **METODOLOGIA DO TRABALHO**

---

Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicáveis à auditoria independente, instituídas pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em consonância com a legislação vigente, envolvendo a análise das operações, realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente à emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragens indicada para este tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise básica de controles internos existentes na Entidade.

Nosso trabalho foi desenvolvido obedecendo a uma linha de ação sequenciada, tendo como objetivo precípuo a constatação do atendimento das finalidades, conforme exposto abaixo:

- a) Planejamento dos trabalhos de auditoria;
- b) Contatos com os responsáveis pelas áreas: contábil, administrativa e financeira, envolvidos com a movimentação dos recursos, registros contábeis e outros documentos, para um melhor entendimento das operações realizadas;
- c) Conhecimento e análise das transações praticadas, com a finalidade de conhecer os principais fluxos de documentos e informações, bem como as funções básicas de seus controles internos operacionais e contábeis;
- d) Avaliação dos sistemas básicos de controles internos utilizados, visando a constatação de sua segurança, principalmente, no tocante à existência da segregação de funções e responsabilidades;
- e) Testes das transações escrituradas na contabilidade, com base nos relatórios e demonstrativos contábeis, a fim de avaliar a sua consistência e o cumprimento dos normativos e dispositivos legais;
- f) Quantificação e avaliação realizadas sobre os saldos das rubricas integrantes das demonstrações financeiras, visando, com base nos resultados das constatações, apresentar este relatório, expressando nossa opinião sobre as demonstrações auditadas; e
- g) Avaliação da base contábil de continuidade operacional usada pela Administração.

✓ **Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

Aos Acionistas, Conselho de Administração e Diretoria Executiva da  
**ALAGOAS ATIVOS S.A.**  
Maceió - Alagoas

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da **ALAGOAS ATIVOS S.A. (Companhia)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ALAGOAS ATIVOS S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfases**

- (a) Base de Preparação das Demonstrações Financeiras – Continuidade Operacional – Prejuízos Acumulados

Chamamos a atenção para a nota explicativa 10, item "c", pois a Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acumula prejuízos contábeis de R\$ 7.959 mil. A **Companhia** preparou e apresentou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no pressuposto da continuidade normal dos negócios e das atividades. A Administração vem adotando medidas necessárias com o objetivo de assegurar a continuidade das operações. Assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes à realização e classificação de ativos e passivos, que poderiam ocorrer em caso de descontinuidade das operações da **Companhia**. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### (b) Ajustes de Exercícios Anteriores

A **Companhia**, dentro de uma interpretação do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, considerando a não relevância dos valores e a pouca abrangência qualitativa das correções dos erros, efetuou ajustes de exercícios anteriores, conforme nota explicativa 10, item "d", o que ocasionou em aumento do patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. As demonstrações contábeis não estão sendo reapresentadas para fins de comparação entre os exercícios. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Outros Assuntos

Revisão dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

As demonstrações financeiras da **Companhia** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 19 de março de 2019 com opinião com modificação ("ressalva") sobre a ausência de auditoria dos saldos iniciais daquele exercício. Contudo, em data posterior, a **Companhia** teve os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 auditados, por esta Firma de auditoria independente, que emitiu relatório em 7 de junho de 2019 com opinião sem ressalva ("sem modificação").

#### Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração da **Companhia** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Companhia** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da **Companhia** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió/AL, 7 de abril de 2020.

**CONVICTA**  
**Audidores Independentes S/S**  
CRC/AL nº 196 | CVM nº 7.706 | CNAI-PJ nº 062

  
**Carlos Henrique do Nascimento**  
Contador  
CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

Página 11





## ✓ **Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas**

**ALAGOAS ATIVOS S.A.**  
**CNPJ nº 29.218.037.0001-72**  
**Balancos Patrimoniais**  
**Fundos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31.12.2019	31.12.2018	Passivo	Notas	31.12.2019	31.12.2018
<b>Circulante</b>		<b>1.977</b>	<b>5.259</b>	<b>Circulante</b>		<b>453</b>	<b>93</b>
Caixa e Equivalente de Caixa		1.921	5.248	Fornecedores	6	284	15
Aplicações Financeiras	3	1.921	5.248	Obrigações Tributárias	7	20	11
Créditos de Curto Prazo		52	-	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	8	48	67
Valores a Receber		12	-	Outras Contas a Pagar	9	106	-
Tributos a Recuperar		40	-				
Adiantamentos a Funcionários	4	40	11				
Estoque - Almoxxarifado		-	-				
		4	-				
<b>Não Circulante</b>		<b>701</b>	<b>485</b>	<b>Não Circulante</b>		<b>179</b>	<b>-</b>
Realizável a Longo Prazo		104	56	Outras Contas a Pagar	9	179	-
Adiantamentos a Funcionários		9	-				
Tributos a Recuperar	4	95	56				
<b>Imobilizado</b>		<b>597</b>	<b>422</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>2.041</b>	<b>5.651</b>
Benefícios em Imóveis de Terceiros	5	65	118	Capital Social		10.000	10.000
Instalações		373	-	Prejuízos Acumulados		(7.959)	(4.349)
Móveis e Utensílios		240	240				
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas		33	33				
Equip. de Informática e Telecomunicação		48	39				
(-) Depreciação Acumulada		(162)	(8)				
<b>Intangível</b>		<b>-</b>	<b>7</b>				
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.678</b>	<b>5.744</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>2.678</b>	<b>5.744</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ALAGOAS ATIVOS S.A.**  
**CNPJ nº 29.218.037.0001-72**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**  
**Findas em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Em milhares de reais)

	Notas	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<b>(-) Despesas Operacionais</b>		<b><u>(3.816)</u></b>	<b><u>(3.666)</u></b>
(-) Despesas Gerais e Administrativas	11	(2.907)	(2.677)
(-) Despesas com Pessoal	12	(909)	(989)
<b>Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>		<b><u>(3.816)</u></b>	<b><u>(3.666)</u></b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	13	<b><u>177</u></b>	<b><u>294</u></b>
(+) Receitas Financeiras		180	296
(-) Despesas Financeiras		(3)	(2)
<b>Prejuízo do Exercício</b>		<b><u>(3.639)</u></b>	<b><u>(3.372)</u></b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ALAGOAS ATIVOS S.A.**  
**CNPJ nº 28.953.846/0001-65**  
**Demonstrações de Resultado Abrangente**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2017**  
(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<u>(3.639)</u>	<u>(3.372)</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<u>(3.639)</u>	<u>(3.372)</u>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**ALAGOAS ATIVOS S.A.**  
**CNPJ nº 29.218.037.0001-72**  
**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Findas em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>10.000</b>	<b>(977)</b>	<b>9.023</b>
Prejuízo do Exercício			(3.372)	(3.372)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>10.000</b>	<b>(4.349)</b>	<b>5.651</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	10.d		29	29
Prejuízo do Exercício			(3.639)	(3.639)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>10</b>	<b>10.000</b>	<b>(7.959)</b>	<b>2.041</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ALAGOAS ATIVOS S.A.**  
**CNPJ nº 29.218.037.0001-72**  
**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
**Findas em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
 (Em milhares de reais)

	Notas	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
<b>Resultado do Exercício</b>		<u>(3.639)</u>	<u>(3.372)</u>
<b>Ajustes do Lucro do Período</b>			
Depreciação e Amortização		154	8
Provisões de Férias		-	45
Ajuste de Exercícios Anteriores		29	-
<b>Lucro do Exercício Ajustado</b>		<u>(3.456)</u>	<u>(3.319)</u>
<b>Variação nas Contas Ativas e Passivas</b>			
<b>Ativas</b>		<u>(93)</u>	<u>(67)</u>
Valores a Receber		(12)	-
Tributos a Recuperar		(79)	(56)
Adiantamento a Funcionários		2	(11)
Estoques		(4)	-
<b>Passivas</b>		<u>544</u>	<u>(862)</u>
Fornecedores		269	(846)
Obrigações Tributárias		9	4
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		(19)	(1)
Outras Obrigações		285	(19)
<b>Caixa Aplicado nas Atividades Operacionais</b>		<u>(3.005)</u>	<u>(4.248)</u>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
Imobilizado	5	(329)	(409)
Intangível		7	(7)
<b>Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>		<u>(322)</u>	<u>(416)</u>
<b>Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<u>(3.327)</u>	<u>(4.664)</u>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	3	5.248	9.912
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	3	1.921	5.248
<b>Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<u>(3.327)</u>	<u>(4.664)</u>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**ALAGOAS ATIVOS S.A.****CNPJ nº 28. 218.037.0001-72****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Findas em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de reais)

**1. Contexto Operacional**

A Alagoas Ativos S.A "Companhia", é uma empresa pública estadual constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, tendo como objetivo social colaborar, apoiar e viabilizar a implementação de projetos do Governo do Estado de Alagoas através do desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas (PPP), gerir ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias - FAP e estruturação e implementação de operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Na data de divulgação das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía como principais administradores, o Senhor Antônio Tenório Cavalcante Neto (Presidente) e o Senhor Andrey Mello Cavalcante Gameleira (Diretor Executivo).

Além do Código de Ética e Conduta implantado pela Administração, as legislações fundamentais observadas pela Companhia na orientação do negócio são:

- Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre as sociedades por ações;
- Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Decreto nº 52.555, de 14 de março de 2017 - Regulamenta, no âmbito do estado de Alagoas, a aplicação da lei Federal Nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para estabelecer regras de governança e gestão às suas empresas públicas e sociedade de economia mista, e dá outras providências;
- Lei nº 7.893, de 23 de junho de 2017 - Autoriza o poder executivo a constituir sociedade anônima sob o controle acionário do estado de alagoas, institui o fundo alagoano de parcerias-FAP, e dá outras providências;
- Decreto nº 58.861, de 03 de maio de 2018 - Dispõe sobre o estatuto social da empresa Alagoas Ativos S.A. e dá outras providências

O Decreto nº 58.861 de 3 de maio de 2018, sancionou o estatuto social da empresa Alagoas Ativos S.A. e deu outras providências.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia continuava em fase pré-operacional, e a sua continuidade está condicionada ao fato da Alagoas Ativos S.A. vir a lograr êxito na celebração de Parcerias Públicos Privadas para o Estado de Alagoas, acionista único, que no decorrer desta fase, cobre as suas necessidades de caixa, por meio do capital social integralizado.

Os projetos de viabilização de futuras Parcerias Públicos Privadas estão sendo desenvolvidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), por meio da prestação de serviços de consultoria. Tais projetos foram contratados em 12 de dezembro de 2017, e tem como objetivo principal a assessoria para adequação da gestão de ativos e desenvolvimento de modelo institucional, a adequação aos novos postulados da Lei nº 13.303/16, conforme Termo de Referência, datado de 13 de julho de 2017, incluso ao ofício GSEF nº 677/2017, de 14 de julho de 2017. O valor do contrato dos serviços de consultoria da Fundação Getúlio Vargas - FGV é de R\$ 5.600 mil, e até a data da preparação das demonstrações financeiras, o referido instrumento jurídico havia sido aditado em 08 de agosto e 07 de dezembro de 2018, sem alteração no valor total.

## **2. Base de Preparação**

### **2.1. Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas a seguir.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Administradores da Companhia em 16 de março de 2020.

### **2.2. Base de Mensuração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações e riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir.



### **2.3. Principais Práticas Contábeis Adotadas**

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### **a) Moeda Funcional e de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

#### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **c) Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata**

As aplicações financeiras de liquidez imediata, ou com vencimento igual ou inferior a 90 dias, são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

#### **d) Instrumentos Financeiros – CPC 48**

A Companhia adota desde 1º de janeiro de 2018, quando aplicável, o CPC 48, o qual estabelece princípios para os relatórios financeiros de ativos financeiros e passivos financeiros envolvendo todos os três aspectos de contabilização: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilidade de hedge.

O CPC 48 introduz uma nova metodologia para classificação e mensuração de ativos financeiros, que consiste na determinação do modelo de negócio utilizado pela Companhia para gerir seus ativos financeiros. Com relação aos passivos financeiros, a classificação e mensuração continuam consistentes com CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

#### **Ativos Financeiros**

Os modelos de negócio definidos pelo CPC 48 são:

- Manter ativo financeiro para recebimento dos fluxos de caixa contratuais – objetivo de manter o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros somente para recebimento dos fluxos de caixa contratuais.
- Manter ativo financeiro tanto para recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto para sua venda: objetivo de manter o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros tanto para o recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela sua venda.
- Outros - Se um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não for classificado de acordo com os modelos de negócio anteriores, então, esse deve ser registrado na categoria residual de ativos.

Para os ativos financeiros, a determinação do modelo de negócio deve considerar os seguintes aspectos:

- Como o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros contidos nele) é avaliado e reportado ao pessoal-chave;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros contidos nele) e, em particular, a forma como esses riscos são gerenciados; e
- Como os gestores do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração baseia-se no valor justo dos ativos gerenciados ou nos fluxos de caixa contratuais recebidos).

**Perda por redução ao valor recuperável ("impairment")**

O CPC 48 introduz um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável ("impairment"), substituindo o modelo de perdas incorridas pelo modelo de perdas esperadas, demandando a constituição de uma provisão no reconhecimento inicial do ativo exposto ao risco de crédito.

#### **e) Imobilizado**

Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo deduzido da depreciação acumulada. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual, e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

#### **f) Operações de Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2)**

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço.

A Administração da Companhia avaliou a adoção da nova norma, e por não produzir impacto no resultado, optou pela abordagem sem realização de reapresentações dos períodos comparativos.

O CPC 06 (R2) inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pela Companhia na adoção inicial em 1º de janeiro de 2019:

- i. Contratos cujo o prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

ii. Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

A nova norma define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamento mercantil) e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para os arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros.

#### g) Provisão para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais (ações trabalhistas, tributárias, cíveis e ambientais), quando cabível, são realizadas com base nas informações dos assessores jurídicos (advogados) próprios e/ou terceirizados, da Entidade. Os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, são:

- ✓ **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- ✓ **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- ✓ **Passivo Contingente:** de acordo com o CPC 25, é caracterizado como obrigação possível que resulta de eventos passados e não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação, e se trata de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Os passivos contingentes que satisfazem os critérios de reconhecimento são considerados como perdas prováveis, devendo ser reconhecidos e divulgados em notas explicativas. Enquanto os que não satisfazem os critérios de reconhecimento são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- ✓ **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não haviam contingências judiciais que apresentavam prognóstico de perda como "provável" na referida data base.

#### **h) Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses da data das demonstrações financeiras. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### **i) Receita de Contratos com Clientes – CPC 47**

A Companhia aplica o CPC 47, que estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Como resultado da implementação do CPC 47, a Companhia revisitou suas práticas contábeis relacionadas à identificação das obrigações de desempenho, como por exemplo os reconhecimentos por desempenho concedidos às consultoras, os eventos e convenções destinados a estimular e congratular as melhores consultoras, e outras obrigações.

A Administração da Companhia entende que a adoção do CPC 47 não causou impacto na receita e no resultado da Companhia.

O CPC 47 prevê que a entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

Quando (ou à medida que) uma obrigação de performance for satisfeita, a entidade deve reconhecer como receita o valor do preço da transação (o qual exclui estimativas de contraprestação variável que sejam restringidas de acordo com os itens 56 a 58 do CPC 47), o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. O preço da transação é o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros (por exemplo, alguns impostos sobre vendas).

#### **j) Aval e Fiança**

Até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração informa que não existia qualquer tipo de aval e/ou fiança concedidas a terceiros pela Entidade

#### **k) Eventos Subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

### **I) Continuidade Operacional**

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível e de que a Administração não pretende liquidar a entidade ou interromper as operações; e envolveu o julgamento, em determinado momento, sobre resultados futuros inerentemente incertos de eventos ou condições.

### **3. Caixa e Equivalente de Caixa**

O saldo em 31 de dezembro de 2019, era representado por aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme quadro a seguir:

<b>Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Aplicações Financeiras</b>		
CNPJS Público Supremo - Banco do Brasil S/A	29	70
CNPJ Público Absoluto	1.892	5.178
<b>Total</b>	<b>1.921</b>	<b>5.248</b>

As aplicações referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, no Banco do Brasil S/A, e estão atrelados ao (CDI), com rendimentos pós-fixados.

### **4. Tributos a Recuperar – Circulante e Não Circulante**

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo era representado assim:

<b>Tributos a Recuperar</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Ativo Circulante</b>		
Tributos Pagos a Maior/Indevidamente - INSS	40	-
<b>Ativo Não Circulante</b>		
IRRF a Recuperar	95	56

### **5. Imobilizado**

Em 31 de dezembro de 2019, o subgrupo estava assim representado em sua composição e movimentação da seguinte forma:

Descrição	Tx.	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2018
<b>Imobilizado</b>					
Benefitorias em Imóveis de Terceiros	20% a.a.	66	-	(52)	118
Instalações	20% a.a.	373	373	-	-
Móveis e Utensílios	10% a.a.	240	-	-	240
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10% a.a.	33	-	-	33
Equipamentos de Informática e Ferramentas	20% a.a.	47	8	-	39
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>759</b>	<b>381</b>	<b>(52)</b>	<b>430</b>
<b>(-) Depreciação Acumulada</b>		<b>(162)</b>	<b>(154)</b>	<b>-</b>	<b>(8)</b>
<b>Valor Contábil</b>		<b>597</b>	<b>227</b>	<b>(52)</b>	<b>422</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em atendimento ao CPC 06 (R2) foi registrado o saldo do valor do contrato do imóvel de uso da Companhia, como instalações, o qual será depreciado ao longo do prazo restante do contrato e registrado no resultado como despesa, ao invés da despesa de locação.

Em 31 de dezembro de 2018, o subgrupo estava assim representado em sua composição e movimentação da seguinte forma:

Descrição	Tx.	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2017
<b>Imobilizado</b>					
Benefitorias em Imóveis de Terceiros	20% a.a.	118	118	-	-
Instalações	20% a.a.	108	95	-	13
Móveis e Utensílios	10% a.a.	132	132	-	-
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10% a.a.	33	33	-	-
Equipamentos de Informática e Ferramentas	20% a.a.	40	31	-	9
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>431</b>	<b>409</b>	<b>-</b>	<b>22</b>
<b>(-) Depreciação Acumulada</b>		<b>(9)</b>	<b>(9)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Valor Contábil</b>		<b>422</b>	<b>400</b>	<b>-</b>	<b>22</b>

## 6. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, esse subgrupo estava representado por obrigações junto a fornecedores com vencimento a curto prazo, como quadro a seguir:

Fornecedores	31/12/2019	31/12/2018
Conexão LTDA - ME	-	13
Fundação Getúlio Vargas - FGV	280	-
Thomsom Ruterts Brasil	1	1
Meyer Comercio e Serviços LTDA	1	1
Cepal - Companhia de Edição, Impressão e Publicação	1	-
Mare Engenharia, Arquitetura e Construção Ltda	1	-
<b>Total</b>	<b>284</b>	<b>15</b>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, os projetos de viabilização de futuras Parcerias Públicos Privadas serão desenvolvidos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, através da prestação de serviços de consultoria. O gasto com estes serviços de consultoria compreende a principal obrigação da Companhia com fornecedores.

## 7. Obrigações Tributárias

Esse subgrupo estava representado, em 31 de dezembro de 2019, da seguinte forma:

<b>Obrigações Tributárias</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
IRRF s/ Jetons	3	-
IRRF a recolher	9	9
INSS retido da recolher	1	2
IRRF s/ PF	7	-
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>11</b>

## 8. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Em 31 de dezembro de 2019, este subgrupo estava composto da seguinte forma:

<b>Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
INSS a recolher	18	15
FGTS a recolher	5	6
PIS s/ folha a recolher	-	1
Remuneração de férias	19	34
INSS sobre remuneração de férias	4	9
FGTS sobre remuneração de férias	1	2
FGTS sobre décimo terceiro salário	1	-
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>67</b>

## 9. Outras Obrigações – Circulante e Não Circulante

Esse subgrupo, em 31 de dezembro de 2019, essa estava composto assim:

<b>Outras Obrigações</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Passivo Circulante</b>		
Jetons - Conselho Administrativo e Conselho Fiscal	16	-
Contas a Pagar - Aluguel/Leasing	90	-
<b>Total - Circulante</b>	<b>106</b>	<b>-</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		
Contas a Pagar - Aluguel/Leasing	179	-
<b>Total - Não Circulante</b>	<b>179</b>	<b>-</b>

## 10. Patrimônio Líquido

Sobre o patrimônio líquido da Companhia:

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 10.000 mil, representado por 10.000 ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes ao Governo do Estado de Alagoas.

**b) Reservas e Distribuição de Resultados**

O Estatuto Social da Companhia prevê no art. 32 que ao final de cada exercício social, proceder-se-á o inventário físico dos bens e ao balanço geral com observância do disposto no art. 176 da Lei nº 6.404/76 e, feita as necessárias amortizações, do lucro serão deduzidos:

- I. 5% (cinco por cento) para constituição do Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- II. 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendos às ações, nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Havendo saldo, esse ficará à disposição da Assembleia Geral, que decidirá a respeito de sua aplicação, mediante proposta do Conselho de Administração.

**c) Prejuízos Acumulados**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo em prejuízos acumulados foi de R\$ 7.959 mil (Em 2018, R\$ 4.349 mil).

A Companhia preparou e apresentou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no pressuposto da continuidade normal dos negócios e das atividades. A Administração vem adotando medidas necessárias com o objetivo de assegurar a continuidade das operações. Assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes à realização e classificação de ativos e passivos, que poderiam ocorrer em caso de descontinuidade das operações da Companhia.

**d) Ajustes de Exercícios Anteriores**

A Companhia, dentro de uma interpretação do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, considerando a não relevância dos valores e a pouca abrangência qualitativa das correções dos erros, efetuou ajustes de exercícios anteriores, o que ocasionou em aumento do patrimônio líquido, conforme quadro a seguir:

<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Transposição saldo da conta do Intangível de 2018 - CPC 04	(7)	-
Apropriação de despesa antecipada - 2018	12	-
INSS de outras entidades recolhidos indevidamente - 2018	25	-
Apropriação de despesa antecipada - 2018	(1)	-
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>-</b>

**11. Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas, em 31 de dezembro de 2019, estavam assim compostas:



	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>		
Serviços de Consultoria	1.924	1.409
Capacitações e Viagens	248	342
Jetons Conselheiros	238	292
Serviços Terceirizados	156	243
Depreciações (e Aluguel, em 2018)	154	251
Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	81	-
Locação de Veículos	24	62
Locação de Impressoras	14	-
Serviços de Internet	11	6
Sistema Contábil	9	7
Energia Elétrica	7	13
Impostos, Taxas e Contribuições	6	-
Outras Despesas	35	52
<b>Total</b>	<u><b>2.907</b></u>	<u><b>2.677</b></u>

## 12. Despesas com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas com pessoal estavam assim compostas:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Despesas com Pessoal</b>		
Salários e Ordenados	706	698
Férias	14	83
Encargos Sociais	189	208
<b>Total</b>	<u><b>909</b></u>	<u><b>989</b></u>

## 13. Resultado Financeiro Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o resultado financeiro estava assim composto:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Juros e Aplicações	180	296
<b>Despesas Financeiras</b>		
Despesas Bancárias	(3)	(2)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<u><b>177</b></u>	<u><b>294</b></u>

## 14. Remuneração dos Conselhos e de Diretoria

O art. 11 do Decreto nº 58.861, de 3 de maio de 2018, que institui o estatuto social da Companhia, prevê que a Assembleia Geral fixará o montante anual global ou individual de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, incluindo verbas salariais, remuneração variável, benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em vista as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

O art. 13 do estatuto social da Companhia expõe que "fica assegurada aos membros da Diretoria, desde que em exercício de suas respectivas funções, remuneração e demais direitos trabalhistas, respeitando-se as disposições legais sobre o assunto, as diretrizes da política de remuneração fixada pelo Conselho de Administração e o limite anual global de remuneração estabelecido pela Assembleia Geral".

O Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2019, aprovou a Política de Remuneração da Administração da Companhia.

**Antônio Tenório Cavalcante Neto**  
Diretor Presidente

**Andrey Mello Cavalcante Gameleira**  
Diretor Executivo

**Flávia Mello dos Santos**  
Contadora CRC/AL nº 8.214

ANEXO III – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Empresa: **ALAGOAS ATIVOS S/A**  
 C.N.P.J.: 29.218.037/0001-72  
 Período: 01/01/2019 - 31/12/2019  
 Ins. Junta Comercial: Data: 06/12/2017

Folha: 0001  
 Número livro: 0001  
 Emissão: 29/03/2020  
 Hora: 17:26:55

## BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
<b>1</b>	<b>1</b>	<b>ATIVO</b>	<b>5.743.759,90D</b>	<b>9.501.247,38</b>	<b>12.567.171,15</b>	<b>2.677.836,13D</b>
<b>2</b>	<b>1.1</b>	<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.315.115,94D</b>	<b>9.015.805,23</b>	<b>12.353.984,46</b>	<b>1.976.936,71D</b>
<b>3</b>	<b>1.1.1</b>	<b>DISPONÍVEL</b>	<b>5.248.439,06D</b>	<b>8.863.999,26</b>	<b>12.190.641,21</b>	<b>1.921.797,11D</b>
<b>4</b>	<b>1.1.1.01</b>	<b>CAIXA</b>	<b>155,12D</b>	<b>3.070,86</b>	<b>2.762,91</b>	<b>463,07D</b>
6	1.1.1.01.002	FUNDO FIXO DE CAIXA	155,12D	3.070,86	2.762,91	463,07D
<b>7</b>	<b>1.1.1.02</b>	<b>BANCOS CONTA MOVIMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>6.098.847,66</b>	<b>6.098.847,66</b>	<b>0,00</b>
8	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	0,00	6.098.847,66	6.098.847,66	0,00
<b>10</b>	<b>1.1.1.03</b>	<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA</b>	<b>5.248.283,94D</b>	<b>2.762.080,74</b>	<b>6.089.030,64</b>	<b>1.921.334,04D</b>
521	1.1.1.03.002	CNFS PÚBLICO SUPREMO - BANCO DO BRASIL	69.790,28D	2.599.187,49	2.639.584,52	29.393,25D
558	1.1.1.03.003	CNPJ PÚBLICO ABSOLUTO	5.178.493,66D	162.893,25	3.449.446,12	1.891.940,79D
<b>12</b>	<b>1.1.2</b>	<b>CRÉDITOS</b>	<b>0,00</b>	<b>12.588,38</b>	<b>899,17</b>	<b>11.689,21D</b>
<b>13</b>	<b>1.1.2.01</b>	<b>OUTROS VALORES A RECEBER</b>	<b>0,00</b>	<b>12.588,38</b>	<b>899,17</b>	<b>11.689,21D</b>
504	1.1.2.01.001	RESSARCIMENTO MBA - EMILY	0,00	12.588,38	899,17	11.689,21D
<b>18</b>	<b>1.1.3</b>	<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>55.886,89D</b>	<b>78.905,95</b>	<b>94.977,11</b>	<b>39.815,73D</b>
<b>28</b>	<b>1.1.3.08</b>	<b>TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR</b>	<b>55.886,89D</b>	<b>78.905,95</b>	<b>94.977,11</b>	<b>39.815,73D</b>
31	1.1.3.08.003	IRRF A RECUPERAR	55.886,89D	39.000,22	94.977,11	0,00
34	1.1.3.08.006	TRIBUTOS PAGOS A MAIOR OU INDEVIDAMENTE	0,00	39.815,73	0,00	39.815,73D
<b>53</b>	<b>1.1.5</b>	<b>ESTOQUE</b>	<b>0,00</b>	<b>7.614,91</b>	<b>3.980,25</b>	<b>3.634,66D</b>
<b>61</b>	<b>1.1.5.02</b>	<b>ALMOXARIFADO</b>	<b>0,00</b>	<b>7.614,91</b>	<b>3.980,25</b>	<b>3.634,66D</b>
<b>63</b>	<b>1.1.5.02.002</b>	<b>ALMOXARIFADO ADMINISTRATIVO</b>	<b>0,00</b>	<b>7.614,91</b>	<b>3.980,25</b>	<b>3.634,66D</b>
614	1.1.5.02.002.001	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	0,00	4.745,25	2.238,00	2.507,25D
615	1.1.5.02.002.002	MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	0,00	1.927,01	1.249,73	677,28D
618	1.1.5.02.002.005	MATERIAL DE COPA E COZINHA	0,00	942,65	492,52	450,13D
<b>65</b>	<b>1.1.6</b>	<b>DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE</b>	<b>10.789,99D</b>	<b>52.696,73</b>	<b>63.486,72</b>	<b>0,00</b>
<b>66</b>	<b>1.1.6.01</b>	<b>DESPESAS DE MESES SEGUINTE</b>	<b>10.789,99D</b>	<b>52.696,73</b>	<b>63.486,72</b>	<b>0,00</b>
68	1.1.6.01.002	REFORMAS E BENFEITORIAS	0,00	52.696,73	52.696,73	0,00
553	1.1.6.01.003	MBA - PÓS GRADUAÇÃO	10.789,99D	0,00	10.789,99	0,00
<b>501</b>	<b>1.2</b>	<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>428.643,96D</b>	<b>485.442,15</b>	<b>213.186,69</b>	<b>700.899,42D</b>
<b>69</b>	<b>1.2.1</b>	<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>0,00</b>	<b>103.968,81</b>	<b>0,00</b>	<b>103.968,81D</b>
<b>70</b>	<b>1.2.1.01</b>	<b>OUTROS VALORES A RECEBER</b>	<b>0,00</b>	<b>8.991,70</b>	<b>0,00</b>	<b>8.991,70D</b>
<b>71</b>	<b>1.2.1.01.001</b>	<b>VALORES A RECEBER</b>	<b>0,00</b>	<b>8.991,70</b>	<b>0,00</b>	<b>8.991,70D</b>
72	1.2.1.01.001.001	RESSARCIMENTO MBA - EMILY	0,00	8.991,70	0,00	8.991,70D
<b>76</b>	<b>1.2.1.02</b>	<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>0,00</b>	<b>94.977,11</b>	<b>0,00</b>	<b>94.977,11D</b>
84	1.2.1.02.008	TRIBUTOS A RECUPERAR	0,00	94.977,11	0,00	94.977,11D
648	1.2.1.02.008.001	IRRF A RECUPERAR	0,00	94.977,11	0,00	94.977,11D
<b>111</b>	<b>1.2.3</b>	<b>IMOBILIZADO</b>	<b>422.143,96D</b>	<b>381.473,34</b>	<b>206.686,69</b>	<b>596.930,61D</b>
<b>112</b>	<b>1.2.3.01</b>	<b>IMÓVEIS</b>	<b>118.272,92D</b>	<b>373.277,38</b>	<b>52.696,73</b>	<b>438.853,57D</b>
114	1.2.3.01.002	INSTALAÇÕES (LEASING)	0,00	373.277,38	0,00	373.277,38D
572	1.2.3.01.003	BENFEITORIA EM IMÓVEIS DE TERCEIROS	118.272,92D	0,00	52.696,73	65.576,19D
<b>116</b>	<b>1.2.3.02</b>	<b>MÓVEIS E UTENSÍLIOS</b>	<b>239.785,00D</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>239.785,00D</b>
117	1.2.3.02.001	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	132.174,20D	0,00	0,00	132.174,20D
519	1.2.3.02.002	INSTALAÇÕES	107.610,80D	0,00	0,00	107.610,80D
<b>118</b>	<b>1.2.3.03</b>	<b>MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS</b>	<b>33.049,44D</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>33.049,44D</b>
119	1.2.3.03.001	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	33.049,44D	0,00	0,00	33.049,44D
<b>122</b>	<b>1.2.3.05</b>	<b>EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO</b>	<b>39.416,00D</b>	<b>8.195,96</b>	<b>0,00</b>	<b>47.611,96D</b>
534	1.2.3.05.001	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	28.924,00D	8.195,96	0,00	37.119,96D
580	1.2.3.05.002	APARELHOS CELULARES	10.492,00D	0,00	0,00	10.492,00D
<b>125</b>	<b>1.2.3.07</b>	<b>(-) DEPRECIACÕES, AMORT. E EXAUST. ACUMUL.</b>	<b>8.379,40C</b>	<b>0,00</b>	<b>153.989,96</b>	<b>162.369,36C</b>
126	1.2.3.07.001	(-) DEPRECIACÕES DE INSTALAÇÕES	1.537,18C	0,00	10.487,16	12.024,34C
127	1.2.3.07.002	(-) DEPRECIACÕES DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	991,31C	0,00	13.008,27	13.999,58C
128	1.2.3.07.003	(-) DEPRECIACÕES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	743,61C	0,00	2.938,91	3.682,52C
129	1.2.3.07.004	(-) DEPRECIACÕES DE COMPUTADORES E APARELHOS DE T	5.107,30C	0,00	9.223,94	4.116,64C
130	1.2.3.07.005	(-) DEPRECIACÃO DE INSTALAÇÕES (LEASING)	0,00	0,00	104.335,06	104.335,06C
535	1.2.3.07.007	(-) DEPRECIACÃO DE BENFEITORIAS EM IMÓVEIS DE TERCI	0,00	0,00	13.996,62	13.996,62C
<b>502</b>	<b>1.2.4</b>	<b>INTANGÍVEL</b>	<b>6.500,00D</b>	<b>0,00</b>	<b>6.500,00</b>	<b>0,00</b>
<b>575</b>	<b>1.2.4.02</b>	<b>SOFTWARE</b>	<b>6.500,00D</b>	<b>0,00</b>	<b>6.500,00</b>	<b>0,00</b>
576	1.2.4.02.001	WEBSITE (SOFTWARE)	6.500,00D	0,00	6.500,00	0,00
<b>149</b>	<b>2</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>5.743.759,90C</b>	<b>3.535.081,86</b>	<b>4.108.458,62</b>	<b>6.317.136,66C</b>
<b>150</b>	<b>2.1</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>92.892,37C</b>	<b>3.527.382,97</b>	<b>3.892.606,69</b>	<b>458.116,09C</b>
<b>164</b>	<b>2.1.3</b>	<b>FORNecedores</b>	<b>15.448,50C</b>	<b>2.167.075,30</b>	<b>2.435.184,13</b>	<b>283.557,33C</b>
<b>165</b>	<b>2.1.3.01</b>	<b>FORNecedores</b>	<b>15.448,50C</b>	<b>2.167.075,30</b>	<b>2.435.184,13</b>	<b>283.557,33C</b>
506	2.1.3.01.001	RESULTAR SOLUÇÕES ORGANIZACIONAIS LTDA	0,00	7.000,00	7.000,00	0,00
514	2.1.3.01.003	EQUATORIAL ENERGIA	379,99C	7.372,64	6.992,65	0,00
523	2.1.3.01.006	CONEXÃO LTDA - ME	12.709,97C	164.745,43	152.035,46	0,00
525	2.1.3.01.007	FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - FGV	0,00	1.628.000,00	1.908.000,00	280.000,00C
536	2.1.3.01.010	MDX P&L COMERCIO DE PAPELARIA E INFORMÁTICA EIRELI	0,00	94,00	94,00	0,00

Sistema licenciado para ALAGOAS ATIVOS S/A

Empresa: **ALAGOAS ATIVOS S/A**  
 C.N.P.J.: 29.218.037/0001-72  
 Período: 01/01/2019 - 31/12/2019  
 Ins. Junta Comercial: Data: 06/12/2017

Folha: 0002  
 Número livro: 0001  
 Emissão: 29/03/2020  
 Hora: 17:26:55

**BALANCETE**

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
548	2.1.3.01.014	RESULTAR SOLUÇÕES ORGANIZACIONAIS LTDA ME	0,00	9.000,00	9.000,00	0,00
556	2.1.3.01.016	GE OPERADORA TURISTICA LTDA - EPP	0,00	107.219,79	107.219,79	0,00
557	2.1.3.01.017	THOMSON REUTERS BRASIL CONTEUDC	701,40C	9.056,70	9.114,37	799,07C
562	2.1.3.01.019	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	0,00	13.604,52	13.604,52	0,00
564	2.1.3.01.020	MEYER COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	1.100,00C	4.385,05	14.085,05	800,00C
571	2.1.3.01.025	CERPAL - COMPANHIA DE EDIÇÃO, IMPRESSÃO E PUBLICA DI	0,00	18.726,43	19.998,64	1.272,21C
577	2.1.3.01.028	ALEXANDRE DO NASCIMENTO LOPEZ	0,00	7.150,00	7.150,00	0,00
579	2.1.3.01.030	F.A.M. SUPORTE TÉCNICO EM INFORMÁTICA LTDA - ME	0,00	6.754,70	6.754,70	0,00
582	2.1.3.01.031	CI MÓVEL	557,14C	4.621,88	4.290,79	226,05C
584	2.1.3.01.033	BUNONE - PONTES E SOMARES INFORMÁTICA LTDA	0,00	4.998,00	4.998,00	0,00
587	2.1.3.01.036	MORTSUL COMERCIAL LTDA	0,00	50,00	50,00	0,00
588	2.1.3.01.037	ALDO TELECOM - PST TECNOLOGIAS S.A.	0,00	11.316,75	11.316,75	0,00
589	2.1.3.01.038	CLINAF - CLINICA INTEGRADA DE AUDIOLOGIA E FONOAUE	0,00	240,00	240,00	0,00
606	2.1.3.01.054	RADAR PPP LTDA	0,00	45.795,10	45.795,10	0,00
607	2.1.3.01.055	O AMBÍGIO COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS	0,00	675,00	675,00	0,00
608	2.1.3.01.056	DOUGLAS DA SILVA FERREIRA	0,00	950,00	950,00	0,00
609	2.1.3.01.057	COMERCIAL NOVO BRASIL	0,00	894,65	894,65	0,00
610	2.1.3.01.058	JOSÉ DAMIÃO DA SILVA GOES EIRELI	0,00	1.122,40	1.122,40	0,00
611	2.1.3.01.059	MC MARQUES DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS	0,00	3.568,85	3.568,85	0,00
612	2.1.3.01.060	P GALVÃO DISTRIBUIDORA	0,00	708,00	708,00	0,00
613	2.1.3.01.061	HIGICLEAN PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - EPP	0,00	717,01	717,01	0,00
619	2.1.3.01.062	BOO RCS AUDITORES INDEPENDENTES	0,00	26.238,90	26.238,90	0,00
620	2.1.3.01.063	HOTEL BEIRIZ LTDA	0,00	7.500,00	7.500,00	0,00
621	2.1.3.01.064	SR LOCAÇÃO	0,00	24.059,30	24.059,30	0,00
622	2.1.3.01.065	DANILO LIMA DOS REIS - ME	0,00	170,00	170,00	0,00
623	2.1.3.01.066	LEC EDITORA E ORG. DE EVENTOS LTDA	0,00	6.053,33	6.053,33	0,00
624	2.1.3.01.067	WG MOURÃO SERVIÇOS ME	0,00	498,00	498,00	0,00
628	2.1.3.01.068	DELL COMPUTADORES DO BRASIL	0,00	3.198,00	3.198,00	0,00
629	2.1.3.01.068	TERRA CERTIFICADORA	0,00	250,00	250,00	0,00
630	2.1.3.01.069	COMVICTA AUDITORES INDEPENDENTES	0,00	9.385,00	9.385,00	0,00
631	2.1.3.01.070	VA HOTELS EMPREENDIMENTOS LTDA	0,00	186,16	186,16	0,00
632	2.1.3.01.071	GRÁFICA JARAQUÁ	0,00	500,00	1.000,00	500,00C
633	2.1.3.01.072	FMRE ENGENHARIA ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA	0,00	2.917,72	2.917,72	0,00
634	2.1.3.01.073	INSPIER - INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA	0,00	6.154,00	6.154,00	0,00
635	2.1.3.01.074	ESENI EDITORA SOFTWARES E EMPREENDIMENTOS EDUCA	0,00	950,00	950,00	0,00
636	2.1.3.01.075	IF NÓBREGA CONSULTORIA EIRELI ME	0,00	2.673,00	2.673,00	0,00
637	2.1.3.01.076	TOTEM ASSessoria LTDA	0,00	1.839,46	1.839,46	0,00
638	2.1.3.01.077	INDO BRAS UNETED LTDA	0,00	2.465,53	2.465,53	0,00
641	2.1.3.01.078	4M TREINAMENTOS EMPRESARIAIS	0,00	1.230,00	1.230,00	0,00
644	2.1.3.01.79	MUGAR MULTIMÍDIA S/A	0,00	1.580,00	1.580,00	0,00
<b>169</b>	<b>2.1.4</b>	<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>10.856,32C</b>	<b>126.889,53</b>	<b>136.400,00</b>	<b>20.366,79C</b>
<b>170</b>	<b>2.1.4.01</b>	<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER</b>	<b>10.856,32C</b>	<b>126.889,53</b>	<b>136.400,00</b>	<b>20.366,79C</b>
174	2.1.4.01.004	IRRF S/ JETONS	0,00	4.891,27	7.902,23	3.010,96C
176	2.1.4.01.006	IRRF S/ PJ	0,00	2.191,23	2.191,23	0,00
178	2.1.4.01.008	IRRF A RECOLHER	8.824,93C	91.718,52	91.781,95	8.868,36C
184	2.1.4.01.014	INSS RETIDO A RECOLHER	1.570,89C	17.023,29	17.109,02	1.696,62C
479	2.1.4.01.015	IRRF S/ PF	0,00	5.647,20	12.448,22	6.801,02C
489	2.1.4.01.021	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL RETIDA A RECOLHER	460,50C	5.418,02	4.987,35	29,83C
<b>185</b>	<b>2.1.5</b>	<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA</b>	<b>66.587,55C</b>	<b>915.588,72</b>	<b>897.051,13</b>	<b>48.049,96C</b>
<b>186</b>	<b>2.1.5.01</b>	<b>OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL</b>	<b>0,00</b>	<b>612.642,75</b>	<b>612.747,03</b>	<b>104,28C</b>
187	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	0,00	612.642,75	612.747,03	104,28C
<b>190</b>	<b>2.1.5.02</b>	<b>OBRIGAÇÕES SOCIAIS</b>	<b>21.358,61C</b>	<b>248.189,56</b>	<b>249.454,77</b>	<b>22.623,82C</b>
191	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	15.359,58C	190.521,81	192.814,29	17,652,06C
192	2.1.5.02.002	RGTS A RECOLHER	5.900,33C	57.169,05	56.640,48	4.971,76C
494	2.1.5.02.003	PIS S/ POLHA A RECOLHER	498,70C	498,70	0,00	0,00
<b>193</b>	<b>2.1.5.03</b>	<b>FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO</b>	<b>45.228,94C</b>	<b>54.756,41</b>	<b>34.849,33</b>	<b>25.321,86C</b>
194	2.1.5.03.001	REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS	33.615,84C	26.579,27	11.956,65	18.993,22C
195	2.1.5.03.002	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	0,00	12.759,17	12.759,17	0,00
196	2.1.5.03.003	INSS SOBRE REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS	9.117,25C	8.174,24	3.235,49	4.178,50C
197	2.1.5.03.004	INSS SOBRE DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	0,00	4.290,05	4.290,05	0,00
198	2.1.5.03.005	RGTS SOBRE REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS	2.495,85C	1.932,94	956,52	1.519,43C
199	2.1.5.03.006	RGTS SOBRE DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	0,00	1.020,74	1.651,45	630,71C
<b>200</b>	<b>2.1.6</b>	<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>317.829,42</b>	<b>423.971,43</b>	<b>106.142,01C</b>
<b>201</b>	<b>2.1.6.01</b>	<b>JETONS - CONSELHO ADMINISTRATIVO E CONSELHO FI</b>	<b>0,00</b>	<b>213.203,25</b>	<b>229.697,77</b>	<b>16.494,52C</b>
544	2.1.6.01.001	GEORGE ANDRE PALERMO SANTORO	0,00	7.994,52	52.118,15	412,63C
545	2.1.6.01.002	HELDER GONÇALVES LIMA	0,00	43.870,89	43.870,89	0,00
547	2.1.6.01.004	JOSÉ ERNESTO DE SOUZA FILHO	0,00	7.994,52	52.118,15	412,63C
549	2.1.6.01.005	ADRIWALDO DE LIMA CATÃO	0,00	18.949,60	18.949,60	0,00
550	2.1.6.01.006	JOSÉ EDIBERTO DE OLIVEIRA	0,00	18.949,60	18.949,60	0,00
551	2.1.6.01.007	RENATA DOS SANTOS	0,00	18.949,60	18.949,60	0,00
639	2.1.6.01.008	GABRIELA MANGALHÃES	0,00	12.370,89	16.494,52	4.123,63C
645	2.1.6.01.009	ANTONIO TENORIO	0,00	4.123,63	8.247,26	4.123,63C
<b>202</b>	<b>2.1.6.02</b>	<b>CONTAS A PAGAR</b>	<b>0,00</b>	<b>104.626,17</b>	<b>194.273,66</b>	<b>89.647,49C</b>
510	2.1.6.02.001	ALUGUEIS A PAGAR (LEASING)	0,00	104.626,17	194.273,66	89.647,49C

Sistema licenciado para ALAGOAS ATIVOS S/A

Empresa: **ALAGOAS ATIVOS S/A**  
 C.N.P.J.: 29.218.037/0001-72  
 Período: 01/01/2019 - 31/12/2019  
 Ins. Junta Comercial: Data: 06/12/2017

Folha: 0003  
 Número livro: 0001  
 Emissão: 29/03/2020  
 Hora: 17:26:55

## BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
503	2.2	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00	179.294,88	179.294,88
217	2.2.1	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	179.294,88	179.294,88
236	2.2.1.04	OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	0,00	179.294,88	179.294,88
237	2.2.1.04.001	OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	0,00	179.294,88	179.294,88
697	2.2.1.04.001.001	ALUGUEIS A PAGAR (LEASING)	0,00	0,00	179.294,88	179.294,88
242	2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.650.867,53	7.698,89	36.557,05	5.679.725,69
243	2.3.1	CAPITAL SOCIAL	10.000.000,00	0,00	0,00	10.000.000,00
244	2.3.1.01	CAPITAL SUBSCRITO	10.000.000,00	0,00	0,00	10.000.000,00
245	2.3.1.01.001	CAPITAL SOCIAL - ESTADO DE ALAGOAS	10.000.000,00	0,00	0,00	10.000.000,00
264	2.3.5	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	4.349.132,47	0,00	0,00	4.349.132,47
265	2.3.5.01	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	4.349.132,47	0,00	0,00	4.349.132,47
267	2.3.5.01.002	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	4.349.132,47	0,00	0,00	4.349.132,47
625	2.3.6	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	7.698,89	36.557,05	28.858,16
626	2.3.6.01	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	7.698,89	36.557,05	28.858,16
627	2.3.6.01.001	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	7.698,89	36.557,05	28.858,16
269	3	CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	0,00	3.906.784,88	87.473,30	3.819.311,58
295	3.2	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	3.906.784,88	87.473,30	3.819.311,58
296	3.2.1	DESPESAS COM CAPACITAÇÕES E VIAGENS	0,00	262.404,25	13.987,23	248.417,02
314	3.2.1.05	DESPESAS COM CAPACITAÇÕES E VIAGENS	0,00	262.404,25	13.987,23	248.417,02
315	3.2.1.05.001	PASSAGENS NACIONAIS	0,00	105.340,70	3.796,03	101.544,67
317	3.2.1.05.003	DIÁRIAS NACIONAIS	0,00	47.600,00	600,00	47.000,00
541	3.2.1.05.005	CURSOS E CAPACITAÇÕES	0,00	99.737,00	9.991,20	90.145,80
554	3.2.1.05.006	HOSPEDAGENS NACIONAIS	0,00	9.361,28	0,00	9.361,28
640	3.2.1.05.008	REEMBOLSO DE DESPESAS COM VIAGENS	0,00	355,27	0,00	355,27
329	3.2.2	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00	3.644.380,63	73.486,07	3.570.894,56
330	3.2.2.01	DESPESAS COM PESSOAL	0,00	981.818,26	72.836,07	908.982,19
331	3.2.2.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	0,00	677.122,86	9.625,58	667.497,28
334	3.2.2.01.004	13º SALÁRIO	0,00	32.168,91	732,11	31.436,80
335	3.2.2.01.005	FÉRIAS	0,00	40.981,66	26.579,27	14.402,39
336	3.2.2.01.006	INSS	0,00	155.207,62	23.427,63	131.779,99
337	3.2.2.01.007	FGTS	0,00	59.248,45	2.514,81	56.733,64
338	3.2.2.01.008	INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO	0,00	17.088,76	9.956,67	7.132,09
345	3.2.2.03	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	5.812,08	0,00	5.812,08
350	3.2.2.03.005	TAXAS DIVERSAS	0,00	5.243,46	0,00	5.243,46
351	3.2.2.03.006	IOF	0,00	544,33	0,00	544,33
352	3.2.2.03.007	MULTAS DE MOROSIDADE	0,00	24,29	0,00	24,29
353	3.2.2.04	DESPESAS GERAIS	0,00	2.654.577,54	650,00	2.653.927,54
354	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA	0,00	6.992,65	0,00	6.992,65
356	3.2.2.04.003	TELEFONE	0,00	4.290,79	0,00	4.290,79
357	3.2.2.04.004	DESPESAS POSTAIS E TELEGRÁFICAS	0,00	28,30	0,00	28,30
359	3.2.2.04.006	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	0,00	2.084,89	0,00	2.084,89
360	3.2.2.04.007	MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	0,00	1.260,71	0,00	1.260,71
361	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TI	0,00	5.114,88	0,00	5.114,88
362	3.2.2.04.009	SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	0,00	52,00	0,00	52,00
363	3.2.2.04.010	DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	0,00	153.989,96	0,00	153.989,96
364	3.2.2.04.011	REPRODUÇÕES E SERVIÇOS GRÁFICOS	0,00	209,80	0,00	209,80
365	3.2.2.04.012	DESPESAS CARTÓRIAS	0,00	374,70	0,00	374,70
512	3.2.2.04.015	SERVIÇOS DE INTERNET	0,00	11.501,40	0,00	11.501,40
517	3.2.2.04.016	MATERIAL ELETROELETRÔNICO	0,00	72,98	0,00	72,98
518	3.2.2.04.017	SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA	0,00	82.244,02	650,00	81.594,02
522	3.2.2.04.018	SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	0,00	155.639,15	0,00	155.639,15
524	3.2.2.04.019	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	1.924.000,00	0,00	1.924.000,00
537	3.2.2.04.021	MATERIAL DE INFORMÁTICA	0,00	263,50	0,00	263,50
539	3.2.2.04.027	JETONS CONSELHEIROS	0,00	237.600,00	0,00	237.600,00
559	3.2.2.04.028	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	0,00	24.059,30	0,00	24.059,30
561	3.2.2.04.029	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	0,00	13.591,65	0,00	13.591,65
567	3.2.2.04.031	MATERIAL DE COZINHA E COZINHA	0,00	1.487,98	0,00	1.487,98
568	3.2.2.04.032	SISTEMAS CONTÁBIL	0,00	9.485,94	0,00	9.485,94
605	3.2.2.04.033	BENS DE PEQUENO VALOR	0,00	467,60	0,00	467,60
563	3.2.2.04.034	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS	0,00	14.085,05	0,00	14.085,05
312	3.2.2.04.035	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE SITE	0,00	149,30	0,00	149,30
643	3.2.2.04.036	OUTRAS DESPESAS	0,00	5.530,99	0,00	5.530,99
367	3.2.2.05	DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	2.172,75	0,00	2.172,75
368	3.2.2.05.001	JUROS PASSIVOS	0,00	90,44	0,00	90,44
374	3.2.2.05.007	MULTAS, JUROS E ENCARGOS	0,00	242,73	0,00	242,73
533	3.2.2.05.009	DESPESAS BANCÁRIAS	0,00	1.879,58	0,00	1.879,58
402	4	CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	0,00	0,00	180.011,05	180.011,05
403	4.1	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	0,00	180.011,05	180.011,05
430	4.1.3	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	180.011,05	180.011,05
431	4.1.3.01	JUROS E DESCONTOS	0,00	0,00	180.011,05	180.011,05

Sistema licenciado para ALAGOAS ATIVOS S/A

Empresa: **ALAGOAS ATIVOS S/A**  
 C.N.P.J.: 29.218.037/0001-72  
 Período: 01/01/2019 - 31/12/2019  
 Ins. Junta Comercial: Data: 06/12/2017

Folha: 0004  
 Número livro: 0001  
 Emissão: 29/03/2020  
 Hora: 17:26:55

## BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
432	4.1.3.01.001	JUROS DE APLICAÇÕES	0,00	0,00	180.011,05	180.011,05C

## RESUMO DO BALANCETE

#ATIVO	5.743.759,90D	9.501.247,38	12.567.171,15	2.677.836,13D
PASSIVO	5.743.759,90C	3.535.081,86	4.108.498,62	6.317.136,66C
CONTAS DE RESULTADOS - CUSTOS E DESPESAS	0,00	3.906.784,88	3.906.784,88	3.819.311,58D
CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	0,00	0,00	180.011,05	180.011,05C
CONTAS DEVEDORAS	5.743.759,90D	13.408.032,26	12.659.644,45	6.497.147,71D
CONTAS CREDORAS	5.743.759,90C	3.535.081,86	4.288.469,67	6.497.147,71C
RESULTADO DO MES	0,00	3.819.311,58	180.011,05	3.639.300,53D
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	3.819.311,58	180.011,05	3.639.300,53D





**ALAGOAS ATIVOS S.A.**  
**CNPJ nº 29.218.037.0001-72**  
**Balancos Patrimoniais**  
**Fundos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31.12.2019	31.12.2018	Passivo	Notas	31.12.2019	31.12.2018
<b>Circulante</b>		<b>1.977</b>	<b>5.259</b>	<b>Circulante</b>		<b>458</b>	<b>93</b>
Caixa e Equivalente de Caixa		1.921	5.248	Fornecedores	6	284	15
Aplicações Financeiras	3	1.921	5.248	Obrigações Tributárias	7	20	11
Créditos de Curto Prazo		52	-	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	8	48	67
Valores a Receber		12	-	Outras Contas a Pagar	9	106	-
Tributos a Recuperar	4	40	-				
Adiantamentos a Funcionários		-	11				
Estoque - Almoxxarifado		4	-				
<b>Não Circulante</b>		<b>701</b>	<b>485</b>	<b>Não Circulante</b>		<b>179</b>	<b>-</b>
Realizável a Longo Prazo		104	56	Outras Contas a Pagar	9	179	-
Adiantamentos a Funcionários		9	-				
Tributos a Recuperar	4	95	56				
<b>Imobilizado</b>		<b>597</b>	<b>422</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>2.041</b>	<b>5.651</b>
Benefícios em Imóveis de Terceiros	5	65	118	Capital Social		10.000	10.000
Instalações		373	-	Prejuízos Acumulados		(7.959)	(4.349)
Móveis e Utensílios		240	240				
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas		33	33				
Equip. de Informática e Telecomunicação		48	39				
(-) Depreciação Acumulada		(162)	(8)				
Intangível		-	7				
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.678</b>	<b>5.744</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>2.678</b>	<b>5.744</b>

\*As notas e explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FLAVIA MELLO  
 DOS SANTOS:  
 05868724429

ANTONIO TENORIO  
 CAVALCANTE NETO

Página 3



**ALAGOAS ATIVOS S.A.**  
**CNPJ nº 29.218.037.0001-72**  
**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**  
**Findas em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
 (Em milhares de reais)

	Notas	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
<b>(-) Despesas Operacionais</b>		<b>(3.816)</b>	<b>(3.666)</b>
(-) Despesas Gerais e Administrativas	11	(2.907)	(2.677)
(-) Despesas com Pessoal	12	(909)	(989)
<b>Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>(3.816)</b>	<b>(3.666)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	13	<b>177</b>	<b>294</b>
(+) Receitas Financeiras		180	296
(-) Despesas Financeiras		(3)	(2)
<b>Prejuízo do Exercício</b>		<b>(3.639)</b>	<b>(3.372)</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FLAVIA MELLO DOS SANTOS:05888724428

ANTONIO TENORIO CAVALCANTE NET



**ALAGOAS ATIVOS S.A.**  
**CNPJ nº 29.218.037.0001-72**  
**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Findas em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>10.000</b>	<b>(977)</b>	<b>9.023</b>
Prejuízo do Exercício			(3.372)	(3.372)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>10.000</b>	<b>(4.349)</b>	<b>5.651</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	10.d		29	29
Prejuízo do Exercício			(3.639)	(3.639)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	10	<b>10.000</b>	<b>(7.959)</b>	<b>2.041</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**FLAVIA MELLO**  
 DOS SANTOS:  
 05868724429

**ANTONIO TENORIO**  
 CAVALCANTE  
 NETO

**ALAGOAS ATIVOS S.A.**  
**CNPJ nº 29.218.037.0001-72**  
**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
**Findas em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
 (Em milhares de reais)

	Notas	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
<b>Resultado do Exercício</b>		<b>(3.639)</b>	<b>(3.372)</b>
<b>Ajustes do Lucro do Período</b>			
Depreciação e Amortização		154	8
Provisões de Férias		-	45
Ajuste de Exercícios Anteriores		29	-
<b>Lucro do Exercício Ajustado</b>		<b>(3.456)</b>	<b>(3.319)</b>
<b>Variação nas Contas Ativas e Passivas</b>			
<b>Ativas</b>		<b>(93)</b>	<b>(67)</b>
Valores a Receber		(12)	-
Tributos a Recuperar		(79)	(56)
Adiantamento a Funcionários		2	(11)
Estoques		(4)	-
<b>Passivas</b>		<b>544</b>	<b>(862)</b>
Fornecedores		269	(846)
Obrigações Tributárias		9	4
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		(19)	(1)
Outras Obrigações		285	(19)
<b>Caixa Aplicado nas Atividades Operacionais</b>		<b>(3.005)</b>	<b>(4.248)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			
Imobilizado	5	(329)	(409)
Intangível		7	(7)
<b>Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos</b>		<b>(322)</b>	<b>(416)</b>
<b>Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(3.327)</b>	<b>(4.664)</b>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	3	5.248	9.912
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	3	1.921	5.248
<b>Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(3.327)</b>	<b>(4.664)</b>

\*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FLAVIA MELLO  
 DOS SANTOS  
 05868724429

ANTONIO  
 TENORIO  
 CAVALCANTE  
 NETO

ANEXO IV – NOTAS EXPLICATIVAS

**ALAGOAS ATIVOS S.A.**

CNPJ nº 28. 218.037.0001-72

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Findas em 31 de dezembro de 2019 e 2018**

(Em milhares de reais)

**1. Contexto Operacional**

A Alagoas Ativos S.A. "Companhia", é uma empresa pública estadual constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, tendo como objetivo social colaborar, apoiar e viabilizar a implementação de projetos do Governo do Estado de Alagoas através do desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas (PPP), gerir ativos patrimoniais do Estado ou de entidades da administração indireta, ativos financeiros, mobiliários, imobiliários e fiduciários que integrem o Fundo Alagoano de Parcerias - FAP e estruturação e implementação de operações para obtenção de recursos junto ao mercado de capitais.

Na data de divulgação das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía como principais administradores, o Senhor Antônio Tenório Cavalcante Neto (Presidente) e o Senhor Andrey Mello Cavalcante Gameleira (Diretor Executivo).

Além do Código de Ética e Conduta implantado pela Administração, as legislações fundamentais observadas pela Companhia na orientação do negócio são:

- Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 - Dispõe sobre as sociedades por ações;
- Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Decreto nº 52.555, de 14 de março de 2017 - Regulamenta, no âmbito do estado de Alagoas, a aplicação da lei Federal Nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para estabelecer regras de governança e gestão às suas empresas públicas e sociedade de economia mista, e dá outras providências;
- Lei nº 7.893, de 23 de junho de 2017 - Autoriza o poder executivo a constituir sociedade anônima sob o controle acionário do estado de alagoas, institui o fundo alagoano de parcerias-FAP, e dá outras providências;
- Decreto nº 58.861, de 03 de maio de 2018 - Dispõe sobre o estatuto social da empresa Alagoas Ativos S.A. e dá outras providências

O Decreto nº 58.861 de 3 de maio de 2018, sancionou o estatuto social da empresa Alagoas Ativos S.A. e deu outras providências.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia continuava em fase pré-operacional, e a sua continuidade está condicionada ao fato da Alagoas Ativos S.A. vir a lograr êxito na celebração de Parcerias Públicos Privadas para o Estado de Alagoas, acionista único, que no decorrer desta fase, cobre as suas necessidades de caixa, por meio do capital social integralizado.

Os projetos de viabilização de futuras Parcerias Públicas Privadas estão sendo desenvolvidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), por meio da prestação de serviços de consultoria. Tais projetos foram contratados em 12 de dezembro de 2017, e tem como objetivo principal a assessoria para adequação da gestão de ativos e desenvolvimento de modelo institucional, a adequação aos novos postulados da Lei nº 13.303/16, conforme Termo de Referência, datado de 13 de julho de 2017, incluso ao ofício GSEF nº 677/2017, de 14 de julho de 2017. O valor do contrato dos serviços de consultoria da Fundação Getúlio Vargas - FGV é de R\$ 5.600 mil, e até a data da preparação das demonstrações financeiras, o referido instrumento jurídico havia sido aditado em 08 de agosto e 07 de dezembro de 2018, sem alteração no valor total.

## **2. Base de Preparação**

### **2.1. Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas a seguir.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Administradores da Companhia em 16 de março de 2020.

### **2.2. Base de Mensuração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações e riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir.

### 2.3. Principais Práticas Contábeis Adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### c) Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

As aplicações financeiras de liquidez imediata, ou com vencimento igual ou inferior a 90 dias, são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

#### d) Instrumentos Financeiros – CPC 48

A Companhia adota desde 1º de janeiro de 2018, quando aplicável, o CPC 48, o qual estabelece princípios para os relatórios financeiros de ativos financeiros e passivos financeiros envolvendo todos os três aspectos de contabilização: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilidade de hedge.

O CPC 48 introduz uma nova metodologia para classificação e mensuração de ativos financeiros, que consiste na determinação do modelo de negócio utilizado pela Companhia para gerir seus ativos financeiros. Com relação aos passivos financeiros, a classificação e mensuração continuam consistentes com CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

#### Ativos Financeiros

Os modelos de negócio definidos pelo CPC 48 são:

- Manter ativo financeiro para recebimento dos fluxos de caixa contratuais – objetivo de manter o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros somente para recebimento dos fluxos de caixa contratuais.
- Manter ativo financeiro tanto para recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto para sua venda: objetivo de manter o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros tanto para o recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela sua venda.
- Outros - Se um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não for classificado de acordo com os modelos de negócio anteriores, então, esse deve ser registrado na categoria residual de ativos.

Para os ativos financeiros, a determinação do modelo de negócio deve considerar os seguintes aspectos:

- Como o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros contidos nele) é avaliado e reportado ao pessoal-chave;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio (e os ativos financeiros contidos nele) e, em particular, a forma como esses riscos são gerenciados; e
- Como os gestores do negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração baseia-se no valor justo dos ativos gerenciados ou nos fluxos de caixa contratuais recebidos).

Perda por redução ao valor recuperável ("impairment")

O CPC 48 introduz um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável ("impairment"), substituindo o modelo de perdas incorridas pelo modelo de perdas esperadas, demandando a constituição de uma provisão no reconhecimento inicial do ativo exposto ao risco de crédito.

#### **e) Imobilizado**

Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo deduzido da depreciação acumulada. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual, e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

#### **f) Operações de Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2)**

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço.

A Administração da Companhia avaliou a adoção da nova norma, e por não produzir impacto no resultado, optou pela abordagem sem realização de representações dos períodos comparativos.

O CPC 06 (R2) inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pela Companhia na adoção inicial em 1º de janeiro de 2019:

- Contratos cujo o prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.



ii. Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

A nova norma define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamento mercantil) e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para os arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros.

#### **g) Provisão para contingências**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais (ações trabalhistas, tributárias, cíveis e ambientais), quando cabível, são realizadas com base nas informações dos assessores jurídicos (advogados) próprios e/ou terceirizados, da Entidade. Os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, são:

- ✓ **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- ✓ **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- ✓ **Passivo Contingente:** de acordo com o CPC 25, é caracterizado como obrigação possível que resulta de eventos passados e não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação, e se trata de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Os passivos contingentes que satisfazem os critérios de reconhecimento são considerados como perdas prováveis, devendo ser reconhecidos e divulgados em notas explicativas. Enquanto os que não satisfazem os critérios de reconhecimento são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- ✓ **Obrigações Legais:** Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não haviam contingências judiciais que apresentavam prognóstico de perda como "provável" na referida data base.

#### **h) Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses da data das demonstrações financeiras. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### **i) Receita de Contratos com Clientes – CPC 47**

A Companhia aplica o CPC 47, que estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Como resultado da implementação do CPC 47, a Companhia revisitou suas práticas contábeis relacionadas à identificação das obrigações de desempenho, como por exemplo os reconhecimentos por desempenho concedidos às consultoras, os eventos e convenções destinados a estimular e congratular as melhores consultoras, e outras obrigações.

A Administração da Companhia entende que a adoção do CPC 47 não causou impacto na receita e no resultado da Companhia.

O CPC 47 prevê que a entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

Quando (ou à medida que) uma obrigação de performance for satisfeita, a entidade deve reconhecer como receita o valor do preço da transação (o qual exclui estimativas de contraprestação variável que sejam restringidas de acordo com os itens 56 a 58 do CPC 47), o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. O preço da transação é o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros (por exemplo, alguns impostos sobre vendas).

#### **j) Aval e Fiança**

Até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração informa que não existia qualquer tipo de aval e/ou fiança concedidas a terceiros pela Entidade

#### **k) Eventos Subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

### I) Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível e de que a Administração não pretende liquidar a entidade ou interromper as operações; e envolveu o julgamento, em determinado momento, sobre resultados futuros inerentemente incertos de eventos ou condições.

### 3. Caixa e Equivalente de Caixa

O saldo em 31 de dezembro de 2019, era representado por aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme quadro a seguir:

Caixa e Equivalente de Caixa	31/12/2019	31/12/2018
<b>Aplicações Financeiras</b>		
CNPJS Público Supremo - Banco do Brasil S/A	29	70
CNPJ Público Absoluto	1.892	5.178
<b>Total</b>	<b>1.921</b>	<b>5.248</b>

As aplicações referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, no Banco do Brasil S/A, e estão atrelados ao (CDI), com rendimentos pós-fixados.

### 4. Tributos a Recuperar – Circulante e Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo era representado assim:

Tributos a Recuperar	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativo Circulante</b>		
Tributos Pagos a Maior/Indevidamente - INSS	40	-
<b>Ativo Não Circulante</b>		
IRRF a Recuperar	95	56

### 5. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, o subgrupo estava assim representado em sua composição e movimentação da seguinte forma:

Descrição	Tx.	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2018
<b>Imobilizado</b>					
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20% a.a.	66	-	(52)	118
Instalações	20% a.a.	373	373	-	-
Móveis e Utensílios	10% a.a.	240	-	-	240
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10% a.a.	33	-	-	33
Equipamentos de Informática e Ferramentas	20% a.a.	47	8	-	39
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>759</b>	<b>381</b>	<b>(52)</b>	<b>430</b>
<b>(-) Depreciação Acumulada</b>		<b>(162)</b>	<b>(154)</b>	<b>-</b>	<b>(8)</b>
<b>Valor Contábil</b>		<b>597</b>	<b>227</b>	<b>(52)</b>	<b>422</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em atendimento ao CPC 06 (R2) foi registrado o saldo do valor do contrato do imóvel de uso da Companhia, como instalações, o qual será depreciado ao longo do prazo restante do contrato e registrado no resultado como despesa, ao invés da despesa de locação.

Em 31 de dezembro de 2018, o subgrupo estava assim representado em sua composição e movimentação da seguinte forma:

Descrição	Tx.	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2017
<b>Imobilizado</b>					
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20% a.a.	118	118	-	-
Instalações	20% a.a.	108	95	-	13
Móveis e Utensílios	10% a.a.	132	132	-	-
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10% a.a.	33	33	-	-
Equipamentos de Informática e Ferramentas	20% a.a.	40	31	-	9
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>431</b>	<b>409</b>	<b>-</b>	<b>22</b>
<b>(-) Depreciação Acumulada</b>		<b>(9)</b>	<b>(9)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Valor Contábil</b>		<b>422</b>	<b>400</b>	<b>-</b>	<b>22</b>

## 6. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, esse subgrupo estava representado por obrigações junto a fornecedores com vencimento a curto prazo, como quadro a seguir:

Fornecedores	31/12/2019	31/12/2018
Conexão LTDA - ME	-	13
Fundação Getúlio Vargas - FGV	280	-
Thomsom Ruterts Brasil	1	1
Meyer Comercio e Serviços LTDA	1	1
Cepal - Companhia de Edição, Impressão e Publicação	1	-
Mare Engenharia, Arquitetura e Construção Ltda	1	-
<b>Total</b>	<b>284</b>	<b>15</b>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, os projetos de viabilização de futuras Parcerias Públicos Privadas serão desenvolvidos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, através da prestação de serviços de consultoria. O gasto com estes serviços de consultoria compreende a principal obrigação da Companhia com fornecedores.

## 7. Obrigações Tributárias

Esse subgrupo estava representado, em 31 de dezembro de 2019, da seguinte forma:

<b>Obrigações Tributárias</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
IRRF s/ Jetons	3	-
IRRF a recolher	9	9
INSS retido da recolher	1	2
IRRF s/ PF	7	-
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>11</b>

## 8. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Em 31 de dezembro de 2019, este subgrupo estava composto da seguinte forma:

<b>Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
INSS a recolher	18	15
FGTS a recolher	5	6
PIS s/ folha a recolher	-	1
Remuneração de férias	19	34
INSS sobre remuneração de férias	4	9
FGTS sobre remuneração de férias	1	2
FGTS sobre décimo terceiro salário	1	-
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>67</b>

## 9. Outras Obrigações – Circulante e Não Circulante

Esse subgrupo, em 31 de dezembro de 2019, essa estava composto assim:

<b>Outras Obrigações</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Passivo Circulante</b>		
Jetons - Conselho Administrativo e Conselho Fiscal	16	-
Contas a Pagar - Aluguel/Leasing	90	-
<b>Total - Circulante</b>	<b>106</b>	<b>-</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		
Contas a Pagar - Aluguel/Leasing	179	-
<b>Total - Não Circulante</b>	<b>179</b>	<b>-</b>

## 10. Patrimônio Líquido

Sobre o patrimônio líquido da Companhia:

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 10.000 mil, representado por 10.000 ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes ao Governo do Estado de Alagoas.

**b) Reservas e Distribuição de Resultados**

O Estatuto Social da Companhia prevê no art. 32 que ao final de cada exercício social, proceder-se-á o inventário físico dos bens e ao balanço geral com observância do disposto no art. 176 da Lei nº 6.404/76 e, feita as necessárias amortizações, do lucro serão deduzidos:

- I. 5% (cinco por cento) para constituição do Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- II. 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendos às ações, nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Havendo saldo, esse ficará à disposição da Assembleia Geral, que decidirá a respeito de sua aplicação, mediante proposta do Conselho de Administração.

**c) Prejuízos Acumulados**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo em prejuízos acumulados foi de R\$ 7.959 mil (Em 2018, R\$ 4.349 mil).

A Companhia preparou e apresentou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no pressuposto da continuidade normal dos negócios e das atividades. A Administração vem adotando medidas necessárias com o objetivo de assegurar a continuidade das operações. Assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes à realização e classificação de ativos e passivos, que poderiam ocorrer em caso de descontinuidade das operações da Companhia.

**d) Ajustes de Exercícios Anteriores**

A Companhia, dentro de uma interpretação do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, considerando a não relevância dos valores e a pouca abrangência qualitativa das correções dos erros, efetuou ajustes de exercícios anteriores, o que ocasionou em aumento do patrimônio líquido, conforme quadro a seguir:

<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Transposição saldo da conta do Intangível de 2018 - CPC 04	(7)	-
Apropriação de despesa antecipada - 2018	12	-
INSS de outras entidades recolhidos indevidamente - 2018	25	-
Apropriação de despesa antecipada - 2018	(1)	-
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>-</b>

**11. Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas, em 31 de dezembro de 2019, estavam assim compostas:

<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Serviços de Consultoria	1.924	1.409
Capacitações e Viagens	248	342
Jetons Conselheiros	238	292
Serviços Terceirizados	156	243
Depreciações (e Aluguel, em 2018)	154	251
Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	81	-
Locação de Veículos	24	62
Locação de Impressoras	14	-
Serviços de Internet	11	6
Sistema Contábil	9	7
Energia Elétrica	7	13
Impostos, Taxas e Contribuições	6	-
Outras Despesas	35	52
<b>Total</b>	<b>2.907</b>	<b>2.677</b>

## 12. Despesas com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas com pessoal estavam assim compostas:

<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Salários e Ordenados	706	696
Férias	14	83
Encargos Sociais	189	208
<b>Total</b>	<b>909</b>	<b>989</b>

## 13. Resultado Financeiro Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o resultado financeiro estava assim composto:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Receltas Financeiras</b>		
Juros e Aplicações	180	296
<b>Despesas Financeiras</b>		
Despesas Bancárias	(3)	(2)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>177</b>	<b>294</b>

## 14. Remuneração dos Conselhos e de Diretoria

O art. 11 do Decreto nº 58.861, de 3 de maio de 2018, que institui o estatuto social da Companhia, prevê que a Assembleia Geral fixará o montante anual global ou individual de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, incluindo verbas salariais, remuneração variável, benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em vista as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

O art. 13 do estatuto social da Companhia expõe que "fica assegurada aos membros da Diretoria, desde que em exercício de suas respectivas funções, remuneração e demais direitos trabalhistas, respeitando-se as disposições legais sobre o assunto, as diretrizes da política de remuneração fixada pelo Conselho de Administração e o limite anual global de remuneração estabelecido pela Assembleia Geral".

O Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2019, aprovou a Política de Remuneração da Administração da Companhia.

ANTONIO TENORIO  
CAVALCANTE  
NETO  
Assinado de forma digital por  
ANTONIO TENORIO CAVALCANTE NETO  
Dados: 2020.04.15 12:02:49 -03'00'

Antônio Tenório Cavalcante Neto  
Diretor Presidente

ANDREY MELLO  
CAVALCANTE GAMELEIRA  
Assinado de forma digital por  
ANDREY MELLO CAVALCANTE  
GAMELEIRA  
Dados: 2020.04.15 12:02:49 -03'00'

Andrey Mello Cavalcante Gameleira  
Diretor Executivo

FLAVIA MELLO  
DOS SANTOS  
05888724428  
Assinado de forma digital por  
FLAVIA MELLO DOS SANTOS  
Dados: 2020.04.15 12:02:49 -03'00'

Flávia Mello dos Santos  
Contadora CRC/AL nº 8.214